

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

38º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Belém/PA, 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2019

Tema Central: Por Democracia, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços
Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente,
pela revogação da EC/95

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Quadra2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2018/2020

Presidente: Antonio Gonçalves Filho

Secretária-Geral: Eblin Farage

1ª Tesoureira: Raquel Dias Araújo

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Cláudio Anselmo de Souza Mendonça

SUMÁRIO

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 32 – Contribuição da Assembleia Geral da ADUSP – Seção Sindical	11
Texto 33 – Reorganização e resistência – As tarefas para o próximo ano – <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUR-RJ SSind</i>	11
Texto 34 – Reorganização e resistência – As tarefas para o próximo ano – <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFF SSIND</i>	14
Texto 35 – Resistir ao governo Bolsonaro, em defesa da democracia e dos direitos: Abaixo a contrarreforma da previdência! Lula Livre!– <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUNEMAT Seção Sindical</i>	20
Texto 36 –A dívida pública e as diretrizes das políticas neoliberais - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFS Seção Sindical</i>	24
Texto 37 – Resistir ao governo Bolsonaro, em defesa da democracia e dos direitos: Abaixo a contrarreforma da previdência! Lula Livre! - <i>Contribuição da Assembleia Geral da APUR</i>	29
Texto 38 – Unidade de ação para derrotar Bolsonaro e a ultradireita, classismo para não repetir a história como farsa - <i>Contribuição da Assembleia Geral do SINDCEFET-PI - Seção Sindical (SINDIFPI)</i>	33
TEMA II - POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 39 – Política de Ciência e Tecnologia - <i>Diretoriado ANDES-SN</i>	40
Texto 40 – Qualquer semelhança talvez não seja mera coincidência - <i>Contribuição do sindicalizado Zezinetto Mendes de Oliveira (ADUERN)</i>	42
Texto 41 –Criação do estatuto de proteção social e ambiental para o professor federal - <i>Contribuição do GTSSA-SEDUFMS</i>	45
Texto 42 – Texto de Apoio - <i>Contribuição do GTCA DA SEDUFMS e das sindicalizadas Juliana Petermann (SEDUFMS) e Luciana Carvalho (SEDUFMS)</i>	46
Texto 43 – Texto de Apoio - <i>Contribuição do GTCA DA SEDUFMS e das sindicalizadas Juliana Petermann (SEDUFMS) e Luciana Carvalho (SEDUFMS)</i>	47
Texto 44 –Apoio aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Agroecologia e à Produção agroecológica - <i>Contribuição dos sindicalizados Eduardo Antunes Dias (APROFURG) e Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ)</i>	48
Texto 45 – Luta de classes no Brasil: Onde estão os intelectuais orgânicos? - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; LÍlian Silva Catenacci; Lucineide Morais de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior</i>	49
Texto 46 – Crise política e defesa da universidade pública frente ao avanço do governo de extrema direita - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; LÍlian Silva Catenacci; Lucineide Morais de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior</i>	53
Texto 47 –Autonomia universitária, liberdade de cátedra e multicampia - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; LÍlian Silva Catenacci; Lucineide Morais de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior</i>	55
Texto 48 – Em defesa da autonomia das universidades, das instituições e dos servidores públicos e contra o desmonte do estado - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; LÍlian Silva Catenacci; Lucineide Morais de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.</i>	57
Texto 49 – Erradicar o analfabetismo e derrotar a “Escola sem Partido” no Nordeste - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo</i>	59

<p><i>Alves; Cleinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lílian Silva Catenacci; Lucineide Moraes de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior</i></p>	
<p>Texto 50 – Questões étnico-raciais: Preconceitos de raça e gênero, no ambiente de trabalho docente - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cleinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lílian Silva Catenacci; Lucineide Moraes de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior</i></p>	61
<p>Texto 51 – Fora Bolsonaro. Liberdade para Lula. Combater a escola com fascismo nas universidades - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Antonio Eduardo Alves de Oliveira (APUR) e Adroaldo Oliveira (ADUFS-BA)</i></p>	62
<p>Texto 52 – Pelo direito à livre manifestação e organização: não à criminalização dos movimentos sociais - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Celi Taffarel (APUB), Marize Souza Carvalho (APUB), Cássia Hack (SINDUFAP), Everaldo Andrade (ADUSP), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Liliam Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Flávio Pereira (ADUNIOESTE), Alessandra Carrijo (ADUNIOESTE), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eduardo Jorge Souza (ADUFERPE), Hélcio Batista (ADUFERPE), Isabelle Meunier (ADUFERPE), Márcia Félix (ADUFERPE), Tarcísio Augusto Silva (ADUFERPE), Flávio Dantas (ADUFERPE), Cristiano Bonneau (ADUFPB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Fernando Cunha (ADUFPB), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Helida Cristina Cavalcante Valerio (ADUFPB), Rita de Cassia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Antônio Joaquim Feitosa (ADUFPB), Eudes Baima (SINDUECE), Nelson Simões (SINDUECE), Lenúcia Moura (SINDUECE), Fred Costa (SINDUECE), Pedro Silva (SINDUECE), Joelma Albuquerque (ADUFAL), David Romão (APUR), Arlen Beltrão (APUR), Antônio Eduardo Alves De Oliveira (APUR), Paulo Riela (ADUFS-BA), Cláudio Felix (ADUSB), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Humberto Clímaco (ADUFG), Luiz Carvalho (ADCAC), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Francine Iegeski (ADUFF), Juanito Vieira (APESJF), Giselle Moreira (APESJF), Lisleandra Machado (SINDIFSULDEMINAS), Luciana Campos (ADUFVJM), Gilberto Brito (ADUFU), Benerval P. Santos (ADUFU), Eduardo Fraga Tullio (ADUFU), Luiz Eduardo Simões (APRUMA), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Tatiana Berringer (ADUFABC), Fabio Pessoa (SINDUNIFESSPA), Cássio Augusto Guilherme (SINDUNIFESSPA), Maria Luiza Pinho Pereira (ADUnB), Ricardo Coelho de Barros (ADUFAL), Rita de Cássia Fraga Machado (SINDUEA), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI)</i></p>	63
<p>Texto 53 – Afasta de mim este “Cale-se”: Ampla unidade para derrotar o “Escola Sem Partido” - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Celi Taffarel/APUB, Marize Souza Carvalho/APUB, Cássia Hack/SINDUFAP, Everaldo Andrade/ADUSP, Alberto Handfas/ADUNIFESP, Fábio Venturini/ADUNIFESP, Marcia Morschbacher/SEDUFMS, Esmael Almeida Machado/ADUEMS, Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE, Flávio Pereira/ADUNIOESTE, Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE, Erika Suruagy/ADUFERPE, Eduardo Jorge Souza/ADUFERPE, Hélcio Batista/ADUFERPE, Isabelle Meunier/ADUFERPE, Márcia Félix/ADUFERPE, Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE, Flávio Dantas/Uferpe, Cristiano Bonneau/ADUFPB, Melina Silva Alves/ADUFPB, Fernando Cunha/ADUFPB, Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB, Edson Franco De Moraes/ADUFPB, Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB, Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB, Rita De Cassia Cavalcanti Porto/ADUFPB, Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB, Eudes Baima/SINDUECE, Nelson Simões/SINDUECE, Lenúcia Moura/SINDUECE, Fred Costa/SINDUECE, Pedro Silva/SINDUECE, Joelma Albuquerque/ADUFAL, David Romão/APUR, Arlen Beltrão/APUR, Antônio Eduardo Alves De Oliveira/APUR, Paulo Riela/ADUFES, Cláudio Felix/ADUSB, Domingos Garcia/ADUNEMAT, Humberto Clímaco/ADUFG, Luiz Carvalho/ADCAC, Marco Aurélio Gomes De Oliveira/SESDUFT, Francine Iegeski/ADUFF, Juanito Vieira/APESJF, Giselle Moreira/APESJF, Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Campos/ADUFVJM, Gilberto Brito/ADUFU, Benerval P. Santos/ADUFU, Eduardo Fraga Tullio/ADUFU, Luiz Eduardo Simões/APRUMA, Maria Onete Lopes Ferreira/ADUFF, Tatiana Berringer/ADUFABC, Fabio Pessoa/SINDUNIFESSPA, Cássio Augusto Guilherme/SINDUNIFESSPA, Maria Luiza Pinho Pereira/ADUnB, Ricardo Coelho de Barros/ADUFAL, Rita De Cássia Fraga Machado/SIND-UEA, Maria De Lourdes Rocha Lima Nunes/ADUFPI.</i></p>	64
<p>Texto 54 – Defender a democracia é defender Lula Livre - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Celi</i></p>	66

<p><i>Taffarel/APUB, Marize Souza Carvalho/ APUB, Cássia Hack/SINDUFAP, Everaldo Andrade/ADUSP, Alberto Handfas/ADUNIFESP, Fábio Venturini/ ADUNIFESP, Marcia Morschbacher/SEDUFMS, Esmael Almeida Machado/ADUEMS, Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE, Flávio Pereira/ADUNIOESTE, Alessandra Carrizo/ADUNIOESTE, Erika Suruagy/ADUFERPE, Eduardo Jorge Souza – ADUFERPE, Hélcio Batista/ADUFERPE, Isabelle Meunier/ADUFERPE, Márcia Félix/ADUFERPE, Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE, Flávio Dantas/ADUFERPE, Cristiano Bonneau/ADUFPB, Melina Silva Alves/ADUFPB, Fernando Cunha/ADUFPB, Edson Franco de Moraes/ADUFPB, Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB, Rita de Cassia Cavalcanti Porto/ADUFPB, Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB, Eudes Baima/SINDUECE, Nelson Simões/SINDUECE, Lenúcia Moura/SINDUECE, Fred Costa/SINDUECE, Pedro Silva/SINDUECE, Joelma Albuquerque/ADUFAL, David Romão/APUR, Arlen Beltrão/APUR, Antônio Eduardo Alves de Oliveira/APUR, Paulo Riela/ADUFS-BA, Cláudio Felix/ADUSB, Domingos Garcia/ADUNEMAT, Humberto Clímaco/ADUFG, Luiz Carvalho (ADCAC), Marco Aurélio Gomes de Oliveira/SESDUFT, Francine Iegeslki/ADUFF, Juanito Vieira/APESJF, Giselle Moreira/ APESJF, Lisleandra Machado/ APESJF, Luciana Campos/ADUFVJM, Gilberto Brito/ADUFU, Benerval P. Santos/ADUFU, Eduardo Fraga Tullio/ADUFU, Luiz Eduardo Simões/APRUMA, Maria Onete Lopes Ferreira/ADUFF, Tatiana Berringer/ADUFABC, Fabio Pessoa/ADUNIFESSPA, Cássio Augusto Guilherme/ADUNIFESSPA, Maria Luiza Pinho Pereira/ADUnB, Ricardo Coelho de Barros/ADUFAL, Rita de Cássia Fraga Machado/SINDUEA, Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes/ADUFPI, Carime Rossi Elias/ADUFG, Arlene Carvalho de Assis Clímaco/ADUFG, Darcy Costa/ADUFG, Amone Inácia Alves/ADUFG, Ana Lúcia da Silva/ADUFG, Rusvênia Luiza/ADUFG.</i></p>	
<p>Texto 55 – Criação de uma proposta de gestão e federalização dos hospitais universitários - <i>Contribuição da diretoria da Adunifesp Seção Sindical.</i></p>	67
<p>Texto 56 – Opressões: Unificar a classe trabalhadora na luta em defesa das liberdades democráticas e dos nossos direitos -<i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alyne Maria Barbosa de Sousa, Patricia Andrade (SINDCEFET-PI /SINDIFPI); Ana Luiza Pereira (ADUFSCar); Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE); Cláudia Duran, Rosana Figueiredo (APRUMA); Daniela Batista Santos, Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB); Gelta Xavier (ADUFF); Graziela Lucci de Angelo, Gihad Mohamad (SEDUFMS); José Vitorio Zago (ADUNICAMP); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Levy Paes Barreto (ADUFERPE); Marcos Escher (APESJF); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE); Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raimundo Sergio de Farias Júnior (Sinduepa); Sandra Moreira (ADUFPA); Sergio Darwich (Sinduepa); Vitor Wagner N. Oliveira (ADLeste); Waldir Bertúlio (ADUFMT); Wanderley Padilha (Sindunifesspa).</i></p>	68
<p>Texto 57 – Existir para resistir: Apoio às organizações populares e sociais - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFU-SSIND: Aurelino José Ferreira Filho, Benerval Pinheiro Santos, Clarice Carolina Ortiz de Camargo, Cláudia Lúcia da Costa, Eduardo Fraga Tullio, Gizelda Costa da Silva, Gilberto Augusto de Oliveira Brito, Luiz Carlos Avelino da Silva e Jorgetânia da Silva Ferreira</i></p>	71
<p>Texto 58 – “Quem não se comunica se estrumbica”: Fortalecer a comunicação popular: Apoio à Mídia Ninja - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFU-SSIND: Aurelino José Ferreira Filho, Benerval Pinheiro Santos, Clarice Carolina Ortiz de Camargo, Cláudia Lúcia da Costa, Eduardo Fraga Tullio, Gizelda Costa da Silva, Gilberto Augusto de Oliveira Brito, Luiz Carlos Avelino da Silva e Jorgetânia da Silva Ferreira</i></p>	72
<p>Texto 59 – A resistência socioambiental nos territórios - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Eduardo Forneck (GTPAUA APROFURG), Jaqueline Durigon, (GTPAUA APROFURG), Márcia Umpierre (GTPAUA APROFURG), Tatiana Walter (GTPAUA APROFURG), Eduardo Antunes Dias (GTPAUA APROFURG), Cristiano Engelke (APROFURG)</i></p>	74
<p>Texto 60 – Enfrentar a contrarreforma moral e intelectual - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFRJ-SSind: Alexis Saludjean, Ana Claudia Tavares, André Luis Mourão de Uzêda, André Malina, Alessandra Nicodemos, Carlos Eduardo Martins, Celéia Machado, Claudio Ribeiro, Elaine Moreira, Elen Martins da Silva Castelo Branco, Elidio Marques, Eunice Bomfim, Fernanda Vieira, Gláucia Lelis, Graça Reis, Jacqueline Girão, José Antonio Martins Simões, José Henrique Sanglard, José Miguel Bendrao Saldanha, Leila Bergold, Leticia Carvalho, Luciana Boiteux, Luciano Rodrigues de Souza Coutinho, Luís Eduardo Acosta, Marcelo Paula de Melo, Maria Coelho, Maria Cristina Miranda, Marinalva Silva Oliveira, Michelle Pereira S. Fonseca, Núbia de Oliveira Santos, Regina H. Simões Barbosa, Regina Pugliese, Renata Flores, Renato Barreto da Silva, Renato Monteiro, Rodrigo Volcan Almeida, Rogéria de Ipanema, Salatiel Menezes, Sandra Martins Souza, Selene Alves Maia, Sergio Pereira Andrade, Taís de Souza Lopes, Vania Motta, Walcyr Oliveira, Wilson Vieira.</i></p>	76

TEMA III- PLANO DE LUTAS DOS SETORES		
Texto 61 – Correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com dedicação exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei 13325/2016 - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s do GTSSA da SEDUFMS Seção Sindical.</i>		80
Texto 62 – Criar uma comissão nacional de docentes vinculada ao MEC composta, paritariamente, por representantes: do Ministério da Educação, do Ministério do Planejamento e Gestão, da ANDIFES, do CONIF, do CONDITUF e da entidade sindical representativa do professor federal para: construir, analisar e discutir a proposta de carreira para o professor federal. após, acompanhar, assessorar e avaliar sua implementação nas IFES - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s do GTSSA da SEDUFMS Seção Sindical</i>		82
Texto 63 – Universidades no contexto de hiper ajuste fiscal e restrição à democracia: nenhum direito a menos! - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFRJ</i>		84
Texto 64 – Prioridades para a atuação do sindicato nacional e seções sindicais do ANDES-SN - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFRJ</i>		86
Texto 65 – Adicional de fronteira- um direito a ser conquistado de fato - <i>Contribuição da diretoria da SESDUF-RR.</i>		88
Texto 66 – Construir uma pauta de reivindicações unificada para o setor das IEESs E IMESs - <i>Contribuição da Diretoria Executiva da ADUNEMAT – SSIND, e do(a)s sindicalizado(a)s Clementino Nogueira de Souza (ADUNEMAT), Laudemir Luiz Zart (ADUNEMAT), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira (ADUNEMAT), Luciana Melhoranca Moreira (ADUNEMAT), Giuliana Miguel (ADUNEMAT), Edna Luzia Almeida Sampaio (ADUNEMAT), Tânia Paula da Silva (ADUNEMAT), Dimas Santana Souza (ADUNEMAT), Heloisa Salles Gentil (ADUNEMAT), Aparecido de Assis (ADUNEMAT), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Leni Hack (ADUNEMAT), Eudes Baima (SINDUECE), Nelson Simões (SINDUECE), Lenúcia Moura (SINDUECE), Fred Costa (SINDUECE), Pedro Silva (SINDUECE)</i>		91
Texto 67 – Texto de Apoio - <i>Contribuição da Diretoria da ADUNEMAT e do(a)s professore(a)s sindicalizado(a)s da ADUNEMAT: Clementino N. de Souza, Laudemir Luiz Zart, Dinairan Dantas Souza, Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, Luciana Melhorança Moreira, Giuliana Zilocchi Miguel, Edna Luzia Almeida Sampaio, Tânia Paula da Silva, Dimas Santana Neves, Heloisa Salles Gentil, Domingos Sávio da Cunha Garcia, Aparecido de Assis, Leni Hack, Luciene Neves Santos, Leonice Rodrigues Pereira, Sandra Neves, Silvia Regina Nunes.</i>		94
Texto 68 – Em defesa da categoria docente , da educação pública , gratuita, laica, crítica, de qualidade e socialmente referenciada - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alberto Handfas/ADUNIFESP; Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE; Ana Carolina Galvão Marsiglia/ADUFES; Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB; Arlen Beltrão/APUR; Cássia Hack/ADUFAP; Cássio Augusto Guilherme/ADUNIFESSPA; Celi Taffarel/APUB; Cláudio Felix/ADESB; Cláudio Lira/APUB ; Cristiano Bonneau/ADUFPB; David Romão/APUR; Domingos Garcia/ADUNEMAT; Edna Castro Oliveira/ADUFES; Edson Franco De Moraes/ADUFPB; Eduardo Jorge Souza da Silva/ADUFRPE; Eliane de Souza Cruz /ADUNIFESP; Erika Suruagy/ADUFRPE; Eliane de Souza Cruz/ADUNIFESP; Esmael Almeida Machado/UEMS; Eudes Baima/SINDUECE; Everaldo Andrade/ADUSP; Fabio Pessoa/SINDUNIFESSPA; Guilherme/SINDUNIFESSPA; Fábio venturini/ADUNIFESP; Fernando Cunha/ADUFPB; Flávio Dantas/ADUFERPE; Flávio Pereira/ADUNIOESTE; Fred Costa/SINDUECE; Francine Iegeslki/ADUFF; Gilberto Brito/ADUFU; Giselle Moreira/ADUFJF; Hélcio Batista/ADUFERPE; Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB; Humberto Clímaco/ADUFG; Isabelle Meunier/ADUFERPE; Joelma Albuquerque/ADUFAL; Janes Jorge/ADUNIFESP; José Tarcísio de Lima/ADUFLA; Juanito Vieira/APESJF; Lenúcia Moura/SINDUECE; Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE; Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares/ADUFES; Luiz Eduardo Simões/APRUMA; Luciana Campos/ADUFVJM; Luiz Carvalho/ADUFG (ADCAC); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos/ADUFU; Luiz Rojo/ADUFF; Marcelo Martins Barreira/ADUFES; Márcia Morschbacher/SEDUFMS; Márcia Félix/ADUFERPE; Marco Aurélio Gomes de Oliveira/SESDUFT; Mari Inez Tavares/ADUFES; Maria Onete Lopes Ferreira/ADUFF; Marize Souza Carvalho/APUB; Marlene de Fátima Cararo/ADUFES; Melina Silva Alves/ADUFPB; Odilea Dessaune de Almeida/ADUFES; Paulo Riela/ADUEFES; Pedro Silva/SINDUECE; rita de cassia cavalcanti porto/ADUFPB; Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB; Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE; Tatiana Berringer/ADUFABC</i>		96
Texto 69 – Pelo direito de aprender e ensinar - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alberto</i>		98

<p><i>Handfas/ADUNIFESP; Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE; Ana Carolina Galvão Marsiglia/ADUFES; Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB; Arlen Beltrão/ APUR; Cássia Hack/SINDUFAP; Cássio Augusto Guilherme/SINDUNIFESSPA; Celi Taffarel/APUB; Cláudio Felix/ADUSB; Cláudio Lira/APUB; Cristiano Bonneau/ADUFPB; Cristina Simões Bezerra/APESJF; David Romão/APUR; Domingos Garcia/ADUNEMAT; Edna Castro Oliveira/ADUFES; Edson Franco De Moraes/ADUFPB; Eduardo Jorge Souza Da Silva/ADUFRPE; Eliane De Souza Cruz/ADUNIFESP; Erika Suruagy/ADUFRPE; Eliane De Souza Cruz/ADUNIFESP; Esmael Almeida Machado/ADUEMS; Eudes Baima/SINDUECE; Everaldo Andrade/ADUSP; Fabio Pessoa/SINDUNIFESSPA; Guilherme/SINDUNIFESSPA; Fábio Venturini/ADUNIFESP; Fernando Cunha/ADUFPB; Flávio Dantas/ADUFERPE; Flávio Pereira/ADUNIOESTE; Fred Costa/SINDUECE; Francine Iegeslki/ADUFF; Gilberto Brito/ADUFU; Giselle Moreira/APESJF; Hércio Batista/ADUFERPE; Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB; Humberto Clímaco/ADUFG; Isabelle Meunier/ADUFERPE; Joelma Albuquerque/ADUFAL; Janes Jorge/ADUNIFESP; José Tarcísio De Lima/ADUFLA; Juanito Vieira/APESJF; LENÚCIA MOURA/SINDUECE; Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE; Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares/ADUFES; Luiz Eduardo Simões/APRUMA; Luciana Campos/ADUFVJM; Luiz Carvalho/ADUFG (ADCAC); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos/ADUFU; Luiz Rojo/ADUFF; Marcelo Martins Barreira/ADUFES; Márcia Morschbacher/SEDUFMS; Márcia Félix/ADUFERPE; Marco Aurélio Gomes de Oliveira/SESDUFT; Mari Inez Tavares/ADUFES; Maria Onete Lopes Ferreira/ADUFF; Marize Souza Carvalho/APUB; Marlene de Fátima Cararo/ADUFES; Melina Silva Alves/ADUFPB; Odilea Dessaune de Almeida/ADUFES; Paulo Riela/ADUFS-BA; Pedro Silva/SINDUECE; Rita de Cassia Cavalcanti Porto/ADUFPB; Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB; Silvina Carrizo/APESJF; Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE; Tatiana Berringer/ADUFABC</i></p>	
<p>TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</p>	
<p>Texto 70 – Textos de Conjuntura (Tema 1) Para o Anexo ao Caderno de Textos - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Airton Paula Souza (ADUFS), Alair Silveira (ADUFMAT), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU), Antônio José Mayhe Nunes (ADUR-RJ), Antonio Luiz de Andrade (ADUNESP), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ), Denise Monte Brás (ADUR-RJ), Dileno Dustan Lucas de Souza (APES-JF), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL), Janete Luzia Leite (ADUFRJ), Leandro Tomáz de Araújo (ADUR-RJ), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ), Marília Leite Washington (ADUFSCAR), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP), Olinto Silveira (ADUFS), Vera Lucia Jacob (ADUFPA)</i></p>	103
<p>Texto 71 – Pela reestruturação dos eventos organizativos da categoria docente - <i>Contribuição da diretoria da Adunifesp Seção Sindical</i></p>	103
<p>Texto 72 – Reformulação dos eventos nacionais deliberativos (CONGRESSO E CONAD) do ANDES-SN - <i>Contribuição da Assembleia Geral da APROFURG Seção Sindical</i></p>	105
<p>Texto 73 – Segurança digital e movimento sindical –<i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Carolina Ferreira Souza (AdCAJ); André Felipe Soares de Arruda (AdCAJ); Deborah Fontenelle (Asduerj)</i></p>	107
<p>Texto 74 – Texto de Apoio - <i>Contribuição da Diretoria da APROFURG</i></p>	108
<p>Texto 75 – Alterações no Regimento do 38º Congresso do ANDES-SN - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE; Ana Carolina Galvão Marsiglia/ADUFES, Celi Taffarel/APUB; Edna Castro Oliveira/ADUFES; Eduardo Jorge Souza/ADUFERPE; Eliane de Souza Cruz/ADUNIFESP; Erika Suruagy/ADUFERPE; Eudes Baima/SINDUECE; Flávio Dantas/ADUFERPE; Flávio Pereira/ ADUNIOESTE; Giselle Moreira/APESJF; Janes Jorge/ADUNIFESP; José Tarcísio de Lima/ADUFLA; Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares/ADUFES; Luiz Rojo /ADUFF; Lurdes Sarmiento/ADUEPB; Marcelo Martins Barreira/ADUFES; Mari Inez Tavares/ADUFES; Marlene de Fátima Cararo/ADUFES; Odilea Dessaune de Almeida/ADUFES; Pedro Claesen Dutra Silva/ SINDUECE; Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB.</i></p>	110

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 32 – Contribuição da assembleia geral da ADUSP – Seção Sindical	11
TR 33 –Reorganização e resistência - As tarefas para o próximo ano	14
TR 34 – Reorganização e resistência - As tarefas para o próximo ano	20
TR 35 –Resistir ao governo Bolsonaro, em defesa da democracia e dos direitos: Abaixo a contrarreforma da previdência! Lula Livre!	23
TR 36 –A dívida pública e as diretrizes das políticas neoliberais	29
TR 37 – Resistir ao governo Bolsonaro, em defesa da democracia e dos direitos: Abaixo a contrarreforma da previdência! Lula Livre!	32
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 39 – Política de Ciência e Tecnologia	41
TR 40 –Qualquer semelhança talvez não seja mera coincidência	44
TR 41 –Criação do estatuto de proteção social e ambiental para o professor federal	45
TR 42	47
TR 43	47
TR 44 –Apoio aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Agroecologia e à Produção agroecológica	49
TR 45 –Luta de classes no Brasil: Onde estão os intelectuais orgânicos?	52
TR 46 –Crise política e defesa da universidade pública frente ao avanço do governo de extrema direita	54
TR 47 –Autonomia universitária, liberdade de cátedra e multicampia	56
TR 48 –Em defesa da autonomia das universidades, das instituições e dos servidores públicos e contra o desmonte do estado	58
TR 49 –Erradicar o analfabetismo e derrotar a “Escola sem Partido” no Nordeste	60
TR 50 –Questões étnico-raciais: Preconceitos de raça e gênero, no ambiente de trabalho docente	61
TR 51 –Fora Bolsonaro. Liberdade para Lula. Combater a escola com fascismo nas universidades	62
TR 52 –Pelo direito à livre manifestação e organização: não à criminalização dos movimentos sociais	64
TR 53 –Afasta de mim este “Cale-se”: Ampla unidade para derrotar o “Escola Sem Partido”	65
TR 54 – Defender a democracia é defender Lula Livre	68

TR 55 – Criação de uma proposta de gestão e federalização dos hospitais universitários	71
TR 56 –Opressões: Unificar a classe trabalhadora na luta em defesa das liberdades democráticas e dos nossos direitos	72
TR 57 –Existir para resistir: Apoio às organizações populares e sociais	74
TR 58 –“Quem não se comunica se estrumbica”: Fortalecer a comunicação popular: Apoio à Mídia Ninja	75
TR 59 – A resistência socioambiental nos territórios	78
TR 60 – Enfrentar a contrarreforma moral e intelectual	
TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 61 –Correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com dedicação exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei 13325/2016	82
TR 62 –Criar uma comissão nacional de docentes vinculada ao MEC composta, paritariamente, por representantes: do Ministério da Educação, do Ministério do Planejamento e Gestão, da ANDIFES, do CONIF, do CONDITUF e da entidade sindical representativa do professor federal para: construir, analisar e discutir a proposta de carreira para o professor federal. após, acompanhar, assessorar e avaliar sua implementação nas IFES	83
TR 63 –Universidades no contexto de hiper ajuste fiscal e restrição à democracia: nenhum direito a menos!	85
TR 64 –Prioridades para a atuação do sindicato nacional e seções sindicais do ANDES-SN	88
TR 65 –Adicional de fronteira- um direito a ser conquistado de fato	90
TR 66 –Construir uma pauta de reivindicações unificada para o setor das IEESS E IMESs	93
TR 67	96
TR 68 –Em defesa da categoria docente , da educação pública , gratuita, laica, crítica, de qualidade e socialmente referenciada	98
TR 69 –Pelo direito de aprender e ensinar	101
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 70 –Textos de Conjuntura (Tema 1) Para o Anexo ao Caderno de Textos	103
TR 71 –Pela reestruturação dos eventos organizativos da categoria docente	104
TR 72 –Reformulação dos eventos nacionais deliberativos (CONGRESSO E CONAD) do ANDES-SN	106
TR 73 –Segurança digital e movimento sindical	108
TR 74	109
TR 75 –Alterações no Regimento do 38º Congresso do ANDES-SN	110

**TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE,
CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA**

TEXTO 32

Contribuição da Assembleia Geral da ADUSP – Seção Sindical

CONTRIBUIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ADUSP – SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Tendo como referência a análise de conjuntura da Diretoria do Andes, que indica a centralidade em articular ampla frente nacional na defesa de tudo que está explícita e implicitamente ameaçado nessa conjuntura, face às propostas e programas do governo federal eleito em 2018, assim como de seus aliados e apoiadores nos estados e municípios, no que concerne ao respeito aos princípios básicos da democracia, das liberdades democráticas, dos direitos humanos, do devido financiamento para a manutenção e desenvolvimento da educação e da saúde públicas, da necessária manutenção e ampliação dos serviços públicos e da defesa dos direitos e devidas condições de trabalho dos servidores e servidoras públicos em todas as esferas da administração, aí compreendidos a manutenção e a ampliação dos direitos previdenciários e trabalhistas, propomos a seguinte resolução para a centralidade da luta:

TR – 32

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Construir uma ampla Frente Nacional em Defesa das Liberdades Democráticas, para, em unidade de ação e preservando a autonomia e a independência de classe:

- 1) defender os direitos de livre expressão, organização e manifestação, os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras, os serviços e o(a)s servidore(a)s público(a)s, assim como a garantia do devido financiamento público da Educação, da Pesquisa e da Saúde Públicas, com especial atenção para as Universidades Públicas, os Institutos Federais e os CEFET, direta e integralmente vinculados aos respectivos orçamentos governamentais;
- 2) lutar pela revogação da EC95/2016 e contra toda forma de precarização, terceirização dos serviços e das/dos servidores públicos e de toda forma de privatização do patrimônio público.

TEXTO 33

Contribuição da Assembleia Geral da ADUR-RJ SSind

REORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA - AS TAREFAS PARA O PRÓXIMO ANO

TEXTO DE APOIO

Este texto é o resultado do debate presencial e via internet, de filiados(as) que veem com extrema preocupação o avanço do conservadorismo e da extrema direita em todo o mundo; da crise econômica internacional - que já dura dez anos e que dá sinais de recrudescimento-, e dos graves ataques a direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, como nos casos das investidas contra sistemas previdenciários, da privatização de patrimônio público e da retirada de direitos trabalhistas, mesmo nos chamados países centrais. Filiadas(os) que vivenciam os efeitos desta ofensiva no seu cotidiano, na precarização da carreira, no sucateamento das IES e nos ataques recentes à liberdade de cátedra.

Baseado no percentual de eleitores que lhe deram a vitória, o futuro governo Bolsonaro aponta para políticas que, além da privatização do patrimônio público e do avanço sobre riquezas naturais de nosso país, deverá suprimir direitos, retroceder no combate às opressões, aumentar a violência rural e urbana e atacar de forma contundente as políticas públicas, suas instituições e o funcionalismo público. Para avançar e retirar conquistas históricas da classe trabalhadora já anunciou que irá criminalizar o ativismo, atacar sindicatos e combater os movimentos sociais, buscando neutralizar ou eliminar, qualquer oposição. As evidências, ainda no período anterior à sua posse, são de que irá tentar cumprir todas as ameaças que foram feitas, durante a campanha eleitoral.

Parte destas ameaças depende apenas de medidas administrativas, parte de votações por maioria simples no Congresso Nacional e parte por quórum qualificado, também no Congresso. Destes, o primeiro já está dado e o segundo é bastante provável que se efetive, considerando o suporte às políticas bolsonaristas pelas bancadas ruralista, evangélica e da bala. Pelo mesmo motivo, não é pequena a probabilidade de o futuro governo obter quórum qualificado no Congresso, para mudanças mais substanciais, por exemplo, como emendas constitucionais. Aliado a isto, é sempre importante lembrar o papel relevante da grande mídia adesista (com raríssimas exceções) e a entrada de representantes das forças militares e de repressão, incluindo Forças Armadas e aparato repressivo das unidades da Federação - todas elas com representantes cada vez mais atuantes na política, e afinadas como há muito não se via.

Com este quadro, a escala de enfrentamento muda e o debate sobre possíveis pautas e eixos de luta deverá considerar uma situação nova para este sindicato. O ANDES-SN foi criado durante o processo de redemocratização e, nos últimos 30 anos, nos acostumamos às conquistas do Constituição de 1988 e às garantias que ela trazia. Mesmo com todos os ataques e tentativas de desconstrução destes direitos, a luta partia de um conjunto de normas que servia como referência às ações políticas, ao ativismo, à militância e aos atos de representação coletiva. Temos agora um cenário no qual um candidato foi eleito com propostas para o desmonte destas referências, para o recrudescimento e a criminalização dos movimentos sociais. Se a Lei Antiterror de 2016 já abria brecha para ações autoritárias, as emendas propostas pelos parlamentares eleitos na onda bolsonarista tentam explicitamente tornar crime a contestação ao Estado e as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo.

É preciso entender que, preservados todos os pontos de nossas pautas e o acúmulo que tivemos nos últimos anos, o enfrentamento em 2019 deverá se dar em

outro patamar. E o eixo de lutas que poderá instrumentalizar o Movimento Docente para este novo quadro deve se centrar na reorganização da classe trabalhadora e no embate, certamente de resistência, à onda de orientação fascista que irá ocupar o Estado a partir de janeiro.

Do lado de cá, da parte dos(as) que enfrentam esta onda conservadora, a situação é complexa e os desafios são grandes.

E a primeira dificuldade se refere ao entendimento que uma boa fração deste campo ainda tem de que a luta contra a direita se dá através de disputas nos parlamentos, disputa de cargos majoritários e da ocupação do Estado capitalista como forma de avanço nas conquistas sociais. Este tema precisa ser aprofundado, à luz inclusive, do que significaram os anos de sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores e o seu legado para a classe trabalhadora. Vemos hoje uma parte do campo da esquerda tentando trilhar o mesmo caminho como se o problema que se viu nestes governos se devesse exclusivamente a “desvios”, e não às políticas via parlamento, poder executivo e conciliação de classes. Joga-se mais uma vez as esperanças num sistema que historicamente nunca foi favorável à classe trabalhadora.

Romper com estas fórmulas fracassadas exige construir novas alternativas de organização. Devemos buscar formas que garantam o funcionamento pela base, com estruturas horizontais, o mais protegidas possível das disputas de hegemonia por cima, e do oportunismo, sempre tão presentes nos momentos de inflexão na luta de movimentos sociais.

Se poderia avançar, com a construção de uma Frente neste campo, organizada em plenárias locais, com todo o leque de entidades e movimentos existentes, e com coordenações atuando em rodízio, com deliberações por maioria - desde que emanadas da base. Para os encaminhamentos nacionais se constituiria uma Coordenação Nacional nos moldes, por exemplo, da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF), em que as decisões se dariam por consenso.

O ANDES-SN tem um desenho que representa um avanço às estruturas verticalizadas; a nossa Central CSP-Conlutas inclui sindicatos e movimentos e a nossa participação, em uma construção como a proposta descrita acima, não romperia com as nossas práticas. O acúmulo que já temos certamente ajudaria.

O sistema educacional e, em particular, a universidade é um dos principais alvos de ataque do governo que assume em janeiro. Além do embate ideológico, além do fato de a universidade se constituir num espaço de livre pensar, e de influência na opinião pública, a disputa pelo mercado privado da educação pesa, e muito. A preparação do futuro Ministério da Educação já expôs a influência da bancada evangélica na indicação do ministro da educação e os interesses no mercado de estudo à distância (EAD) por parte da família do superministro da área econômica.

Os ataques anunciados deverão vir de várias frentes e, se efetivados, transformarão completamente o que entendemos hoje como instituição de ensino superior. Os exemplos atingem a instituição como um todo, seu funcionamento, nossas salas de aula, laboratórios e a nossa interação com a sociedade. A autonomia, que já vinha sendo “flexibilizada” nos governos passados poderá virar letra morta. Os orçamentos das instituições públicas de ensino superior (IFES e IEES) poderão ser direcionados para as novas políticas, reduzindo - e até asfixiando - os que não endossarem as medidas do novo governo. Editais, bolsas, programas, se continuarem, poderão ser destinados à nova ordem. O ensino, a pesquisa e a extensão poderão ser

afetados profundamente, na sua forma e no seu conteúdo, alguns possivelmente sendo inviabilizados, alguns deixados à míngua e outros, ligados ao mercado, supervalorizados. O fechamento de agências, como CAPES e CNPq, proposta colocada pela bancada evangélica, poderá levar a consequências difíceis de prever. Docentes e técnicos-administrativos poderão ser atacados também como servidores públicos, aprofundando a terceirização, a precarização e a retirada de direitos.

Esta situação impõe aos movimentos presentes nestas instituições a necessidade ainda mais urgente, de se organizarem, acompanharem cada novo ataque, denunciarem e fazerem o enfrentamento.

Por fim, pensar nos eixos de luta do ANDES-SN para o ano de 2019, pensar o movimento docente hoje e seus desafios, envolve refletir sobre a vida, o trabalho e o contexto no qual os docentes estarão inseridos no próximo período. Significa pensar professores e professoras como integrantes da classe trabalhadora, com os enfrentamentos que estão se configurando e mantendo a luta por uma sociedade justa e solidária.

Pensar as nossas vidas nesta conjuntura deve significar retornar às nossas utopias, num momento tão difícil, de conflitos agudos, em que será necessária toda a resistência e força que já demonstramos em outras conjunturas. Deve significar retomar o nosso projeto, aquele que foi apropriado e traído. Um projeto para a classe trabalhadora e conduzido por esta classe. Pensar o mundo, os laços latino-americanos, os povos do Brasil, o funcionalismo, a universidade, nossas salas de aula e laboratórios.

A tarefa é árdua, mas as eleições de outubro ao menos mostraram que deveremos contar com dezenas de milhões do nosso lado.

TR - 33

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

O 38º Congresso do ANDES-SN delibera que o eixo de luta para o próximo período é de, tendo como referência a pauta acumulada nas instâncias deliberativas do Sindicato, encaminhar ações buscando a mobilização da base docente para construir uma ampla unidade da reorganização da classe trabalhadora, acumulando forças para o enfrentamento contra as medidas autoritárias, antidemocráticas e de orientação fascista, já apontadas pelo futuro governo, através de uma frente unitária, que reúna entidades, sindicatos, fóruns, coletivos e outros movimentos em luta - funcionando por meio de plenárias locais e de uma Coordenação Nacional, sempre com estrutura horizontal, coordenações em rodízio e deliberações por consenso na Coordenação Nacional.

TEXTO 34

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFF SSIND

REORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA - AS TAREFAS PARA O PRÓXIMO ANO

TEXTO DE APOIO

Uma década após a crise econômica de 2008 que implicou uma desaceleração abrupta e queda profunda na atividade econômica, desestabilizando os mercados, atingindo todos os países com efeitos deletérios em suas economias e novamente “nuvens” já estão carregadas na economia mundial, prenunciando um ambiente bem mais desafiador de frente. Dificilmente não veremos tempestades. A mobilização de bancos centrais, ainda nos primeiros anos da crise, com a injeção significativa de recursos públicos, trouxe fôlego e manteve o sistema funcionando, mas as dívidas contraídas e a instabilidade permanecem e inibem perspectivas otimistas. Algumas análises já apontam números preocupantes da economia de países centrais bem como retrações nas bolsas de valores e no mercado do petróleo nos últimos meses, que sugerem a iminência de uma nova fase aguda e de perdas significativas.

Crises como a que atravessamos são acompanhadas de mudanças políticas importantes, tanto nas relações internacionais, quando em novas conformações do mercado e nas relações políticas internas de cada país, onde as disputas se acirram, surgem novos conflitos e se aprofundam os confrontos.

1. No campo ideológico, o avanço do conservadorismo marcou os últimos dez anos em todos os quadrantes. A ascensão da extrema direita em toda a Europa, a vitória de Trump e o avanço de governos conservadores na América Latina, incluindo a eleição de um governo de orientação fascista no Brasil, não deixam dúvidas sobre esta nova onda. No campo comercial, as disputas por mercados se acirraram e o alinhamento do Brasil às políticas norte-americanas, por exemplo, pode significar um movimento importante no tabuleiro. Esta aproximação e um eventual esvaziamento do papel do Brasil nos BRICS podem ter consequências significativas nas disputas atuais, em especial na guerra comercial deflagrada entre EUA e China.

Chile, Argentina e agora Brasil levam parte considerável da América Latina para as antigas políticas de alinhamento e de colaboração com os Estados Unidos, incluindo aí blocos de pressão contra adversários políticos, como Cuba e Venezuela. No campo militar, as disputas desta década também se expressaram na deflagração e no acirramento de conflitos locais armados apoiados pelas potências centrais, mantendo, como de costume, lucrativa a indústria bélica, servindo como controle territorial, principalmente em áreas ricas em reservas naturais como petróleo, e atuando como fator de coação para disputas geopolíticas.

2. Todos esses fatores incidem também nas condições de vida e trabalho da população, que mais uma vez é chamada para “resolver” a crise criada pelo capital. Os chamados “ajustes” resultaram em ataques ferozes a direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, mesmo em países centrais. Mudanças em sistemas previdenciários, nas políticas públicas e, em alguns casos, na privatização de patrimônio público e no direito trabalhista tornaram a vida da população ainda mais difícil. O receituário aplicado pelo capital levou países à bancarrota como a Grécia e ao aumento no endividamento, como no caso da Argentina.

3. Políticas de proteção social vêm sendo revertidas e os índices de desenvolvimento humano mostram desigualdades inaceitáveis. A concentração de riqueza só aumenta entre regiões, entre países e dentro de países, principalmente nos de economia periférica. Chegamos a um tempo em que as amarras do chamado “bem-estar social” não atendem mais à voracidade do capital e passamos a assistir o rompimento deste modelo, muitas vezes com o enfraquecimento ou mesmo a ruptura do chamado estado de direito. Na América Latina, uma nova fórmula que combina forças de direita,

alojadas em diferentes instâncias do Estado, aliadas ao uso da bandeira do combate à corrupção (que não é nova e que é inerente ao sistema capitalista) e ajudadas pelo fracasso de governos denominados populares, tem sido usada para alavancar novos governos liberais e de direita. Esta fórmula tem varrido governos considerados de centro-esquerda, que chegaram ao Estado com expectativas de um novo projeto, ou, pelo menos, de uma nova forma de governar.

A adoção das velhas práticas das oligarquias, as alianças com as classes dominantes e a adoção de políticas neoliberais por estes governos “populares” frustraram e levaram as populações destes países a buscarem outras alternativas, em um quadro que precisa ser avaliado.

No Brasil, se por um lado o candidato eleito teve apenas 39% do total do eleitorado, por outro, somados os votos do vencedor, as abstenções nulos e brancos, vemos um percentual de cerca de 70% do Colégio Eleitoral rejeitando a candidatura Haddad e não vendo nela uma alternativa. Números que precisam ser refletidos, se não pelos que não fizeram e já mostraram que não farão autocrítica, mas, principalmente pelos que estão buscando construir e retomar outro projeto e que devem trazer a história para não repetir equívocos.

4. Baseado no percentual de eleitores que lhe deram a vitória, o governo Bolsonaro aponta para políticas que, além da privatização do patrimônio público e do avanço sobre riquezas naturais, deverá suprimir direitos, retroceder no combate às opressões, aumentar a violência rural e urbana e atacar de forma contundente as políticas públicas, suas instituições e o funcionalismo. Para avançar e retirar conquistas históricas da classe trabalhadora já anunciou que irá criminalizar o ativismo, atacar sindicatos e combater os movimentos sociais, buscando neutralizar ou eliminar, qualquer oposição. As evidências, ainda no período anterior à sua posse, são de que irá tentar cumprir todas as ameaças que foram feitas, durante a campanha eleitoral.

5. Parte destas ameaças depende apenas de medidas administrativas, parte de votações por maioria simples no Congresso e parte por quórum qualificado, também no Congresso. Destes, o primeiro já está dado e o segundo é bastante provável que consiga, considerando o suporte às políticas bolsonaristas pelas bancadas ruralista, evangélica e da bala. Pelo mesmo motivo, não é pequena a probabilidade do futuro governo obter quórum qualificado no Congresso, para mudanças mais substanciais, por exemplo, como emendas constitucionais. Aliado a isto, é sempre importante lembrar o papel relevante da grande mídia adesista (com raríssimas exceções) e a entrada de representantes das forças militares e de repressão, incluindo Forças Armadas e aparato repressivo das unidades da Federação. Todas elas com representantes cada vez mais atuantes na política e afinadas como há muito não se vê.

Com este quadro, a escala de enfrentamento muda e o debate sobre possíveis pautas e eixos de luta deverá considerar uma situação nova para este sindicato. O ANDES-SN foi criado durante o processo de redemocratização e, nos últimos trinta anos, nos acostumamos às conquistas do Constituição de 1988 e às garantias que ela trazia. Mesmo com todos os ataques e tentativas de desconstrução destes direitos, a luta partia de um conjunto de normas que servia como referência às ações políticas, ao ativismo, à militância e às ações de representação coletiva. Temos agora um cenário em que um governo foi eleito com propostas para o desmonte destas referências, para o recrudescimento e a criminalização dos movimentos. Se a Lei Antiterror de 2016 já abria brecha para ações autoritárias, as emendas propostas pelos parlamentares eleitos na onda bolsonarista tentam explicitamente tornar crime a contestação ao Estado e as ações do MST, por exemplo.

Portanto, há um novo governo, cujos sinais na campanha eleitoral e movimentos presentes são de radicalização do neoliberalismo, onde pontificam as privatizações e supressão de direitos dos trabalhadores, combinada com repressão política e retrocesso civilizatório, traços que inspiram, não sem razão, a que muitos se refiram a fascismo e outros suponham o retorno à ditadura militar. Cabem sobre ele algumas palavras no sentido de identificar com maior precisão a fase histórica em que entramos. Primeiro, afirmando que de fato temos diante de nós uma formação política que recupera o anticomunismo como poucos imaginavam, investe contra direitos e conquistas dos trabalhadores e de setores supostamente minoritários como LGBTs e povos originários, mas também contra segmentos sociais majoritários, como negros e mulheres, resgatando todos os preconceitos e discriminações que a sociedade moderna, inclusive amplos setores da burguesia, supunha superados ou restringidos. Entretanto, em segundo lugar, não devemos acreditar que as condições semelhantes à ditadura militar dos anos 1960/70 estejam reinstaladas. Sejam as forças reacionárias, sejam as forças progressistas, ambas se encontram em correlação diferente daquela época, as instituições ainda conseguem reagir, como demonstraram nos ataques desferidos contra a Universidade no segundo turno eleitoral, sem falar das contradições ainda presentes no campo conservador e no plano internacional, onde os negócios conseguem prevalecer sobre os aspectos ideológicos. Não estamos com essa avaliação afastando completamente a possibilidade de endurecimento, à medida em que se colocarem as resistências ao projeto econômico burguês, mas estamos dizendo que as fissuras no campo da direita e a conjuntura adversa para o capital, além da melhor atuação de nossa parte, podem conter e abreviar a etapa histórica que ora iniciamos. Vale sempre lembrar que, a despeito da derrota em termos numéricos e societário ser chocante, ela não registrou resultado superior ao resultado obtido pelos setores progressistas em 2002, com colégio eleitoral menor, nem se deu em condições democráticas limpas e claras, mas sob restrições a direitos, com o candidato mais forte preso e privado da liberdade de expressão pública, ameaças de intervenção militar e uso de dinheiro de empresas, proibido pelas leis eleitorais. Neste sentido, o reconhecimento da legitimidade do novo governo consiste em equívoco e concorre para a sua valorização indevidamente.

É preciso entender que, preservados todos os pontos de nossas pautas e o acúmulo que tivemos nos últimos anos, o enfrentamento em 2019 deverá se dar em outro patamar. E o eixo de lutas que poderá instrumentalizar o Movimento Docente para este novo quadro deve centrar na reorganização da classe e no embate, certamente de resistência, à onda de orientação fascista que irá ocupar o Estado a partir de janeiro.

6. Do lado de cá, da parte dos(as) que enfrentam esta onda conservadora, a situação é complexa e os desafios são grandes.

E a primeira dificuldade se refere ao entendimento que uma boa fração deste campo ainda tem de que a luta contra a direita se dá através de disputas nos parlamentos, disputa de cargos majoritários e da ocupação do Estado capitalista como forma de avanço nas conquistas sociais. Este tema precisa ser aprofundado, à luz inclusive, de que significaram os anos de sucessivos governos do PT e o saldo que ficou para a classe trabalhadora. Vemos hoje uma parte do campo da esquerda tentando trilhar o mesmo caminho como se o problema que se viu nestes governos se devesse exclusivamente a “desvios” e não às políticas via parlamento, poder executivo e conciliação de classes. Joga-se mais uma vez as esperanças num sistema que historicamente nunca foi favorável à classe trabalhadora.

O campo de esquerda evoluiu em suas aproximações nas lutas políticas, sociais e organicamente, com mais diálogo entre correntes de linhas distintas e com movimentos que reuniram forças dispersas de mesma matriz ideológica. Mas persistem dois

problemas táticos marcantes: a falta de um programa de luta que dialogue com as grandes massas de trabalhadores e possa se constituir em plataforma comum ou agregadora e a difícil questão de método, quando continuam a preponderar *as performances* políticas, atos e manifestações que se esvaziam em seguida, contracenando com (e parecendo pretender compensar) a falta de construção nas bases, em particular nos espaços de trabalho e moradia das camadas mais populares. Além desses problemas mais agudos, sobrevive o desafio dos meios de comunicação, que se agrava com a falta de organizações de base que poderiam amenizar a nossa desvantagem atual, nas lutas de classes teórica e política. No plano estratégico, persiste a omissão deliberada do socialismo como a perspectiva a ser sempre lembrada, cada vez mais colocado na realidade como única possibilidade de superação do quadro de miséria e desigualdades crescentes, para o que o capitalismo já se demonstrou incapaz.

7. Romper com estas fórmulas fracassadas exige construir novas alternativas de organização. Devemos buscar formas que garantam o funcionamento pela base, com estruturas horizontais, o mais protegidas possível das disputas de hegemonia por cima, e dos oportunistas, sempre tão presentes nos momentos de inflexão na luta de movimentos sociais.

Se poderia avançar, com a construção de uma Frente neste campo, organizada em plenárias locais, com todo o leque de entidades e movimentos existentes, e com coordenações atuando em rodízio, com deliberações por maioria. Para os encaminhamentos nacionais se constituiria uma Coordenação Nacional nos moldes, por exemplo, da CENESF, em que as decisões desta se dariam por maioria.

O ANDES-SN tem um desenho que representa um avanço às estruturas verticalizadas; a nossa Central CSP Conlutas inclui sindicatos e movimentos e a nossa participação, em uma construção como a proposta descrita acima, não romperia com as nossas práticas. O acúmulo que já temos certamente ajudaria.

Mas evidentemente que temos adequações a fazer. Não só o ANDES, mas as nossas ADs, precisam diminuir a distância com as bases, ouvir, debater e pautar questões internas em paralelo e articuladamente com as questões externas e reconstruir a relação estreita das questões identitárias com as questões de classe, tomando como exemplo os últimos fatos que demonstram a estreita associação do pensamento econômico burguês mais radical com as discriminações mais extremadas de gênero, de raça e de orientação sexual. A reunião de todas as nossas energias, ainda que mais motivadas pelas questões específicas, sob a bandeira da luta de classes, reduzindo as distâncias e superando as eventuais incompreensões, é mais do que nunca necessária para nos reforçar enquanto coletivo e potencializar todas as lutas. Além disto, precisamos superar o grupismo que divide rebaixadamente o movimento, às vezes descambando para a grosseria, a discriminação e a intolerância entre colegas e militantes; e o burocratismo que imobiliza as direções.

8. É importante que se retorne à reflexão, ao debate e à retomada da construção de outro projeto para a sociedade. A hegemonização do PT nos últimos anos não ajudou neste sentido e praticamente se abandonou este debate. Sempre é bom lembrar que quem tem um projeto se fortalece.

9. O sistema educacional e, em particular, a universidade é um dos principais alvos de ataque do governo que assume em janeiro. Além do embate ideológico, além do fato da universidade se constituir num espaço de livre pensar, e de influência na opinião pública, a disputa pelo mercado privado da educação pesa, e muito. A preparação do ministério já expôs a influência da bancada evangélica na indicação do ministro da educação e os interesses no mercado de EAD por parte da família do superministro da área econômica.

Os ataques anunciados deverão vir de várias frentes e, se efetivados, mudarão completamente o que entendemos hoje como instituição de ensino superior. Os exemplos atingem a instituição como um todo, seu funcionamento, nossas salas de aula, laboratórios e a nossa interação com a sociedade. A autonomia, que já vinha sendo “flexibilizada” nos governos passados poderá virar letra morta. Os orçamentos das IFES e IEES poderão ser direcionados para as novas políticas, reduzindo e até asfixiando os que não endossarem as medidas do novo governo. Editais, bolsas, programas, se continuarem, poderão ser destinados à nova ordem. O ensino, a pesquisa e a extensão serão afetados profundamente, na sua forma e no seu conteúdo, alguns possivelmente sendo inviabilizados, alguns deixados à míngua e outros, ligados ao mercado, supervalorizados. Neste sentido, o mais recente e agressivo ataque ao caráter público da universidade é a lei 13.243/2016, novo marco da ciência, tecnologia e inovação, que atrela completamente a Universidade pública não só às empresas nacionais, mas agora igualmente às estrangeiras, seduz os pesquisadores com bolsas e liberação de quase ¼ da jornada de trabalho em favor de parcerias empresariais e disponibiliza toda a estrutura das IFES para sociedade com empresas, cujos produtos não mais serão compartilhados, porém de exclusiva propriedade das organizações privadas (art. 5º, §1º). O fechamento de agências, como CAPES e CNPq, proposta colocada pela bancada evangélica, poderá levar a consequências difíceis de prever. Docentes e servidores poderão ser atacados também como servidores, aprofundando a terceirização, precarização e retirada de direitos.

Esta situação impõe aos movimentos presentes nestas instituições a necessidade ainda mais urgente, de se organizarem, acompanharem cada novo ataque, denunciarem e fazerem o enfrentamento.

É tarefa prioritária para o ANDES-SN e suas Seções criarem um sistema eficiente de coleta de informações, divulgação, denúncia e de mobilização da base docente.

Reorganizar e resistir, entretanto, envolve também iniciativas que combinem ações externas e internas. No plano externo, devemos impulsionar duas movimentações necessárias: a primeira, a constituição de uma frente político-sindical, que defenda a democracia, os direitos trabalhistas e os movimentos sociais ameaçados; a segunda, o engajamento na frente democrática que se articula, com forças que se estendem em arco aberto da centro direita à esquerda. Portanto, cabe compreender que há interesses dos trabalhadores não compartilhados por setores burgueses, cuja ameaça é sentida quanto à democracia liberal e direitos individuais. Isto nos coloca a necessidade de uma frente que defenda direitos do trabalho e de organização e mobilização popular - a Frente pela democracia, direitos trabalhistas e movimentos sociais. Mas ao mesmo tempo não devemos nos afastar da luta pelos direitos individuais e pela democracia, cuja destruição afetará até mais profundamente a nós e aos setores populares vulneráveis. No plano interno, precisamos 1. organizar Comissão intersegmentos – docentes, técnico-administrativos e estudantes – em defesa da liberdade de expressão na Universidade (e da própria Universidade pública), 2. reforçar o aparato jurídico do sindicato, ampliando seu espectro 3. mobilizar o corpo docente das nossas escolas de direito, para que se agreguem ao amparo dos colegas dos três segmentos, e 4. estreitar nossa aproximação com as instâncias democráticas da Universidade, os departamentos, colegiados e Conselhos superiores, onde poderão se expressar as contradições radicalizadas pelos grupos fascistas e onde também devemos defender a Universidade pública ameaçada. Neste sentido, a posição economicista que contrapõe a luta sindical à luta institucional na Universidade, separando espaços que constituem um todo, deve dar lugar à reunião dessas dimensões da vida no trabalho e ao interesse por elas.

Por fim, pensar nos eixos de luta do ANDES-SN no ano de 2019, pensar o movimento docente hoje e seus desafios, envolve refletir sobre a vida, o trabalho e o contexto em que docentes estarão inseridos no próximo período. Significa pensar professores e professoras como integrantes da classe trabalhadora, com os enfrentamentos que estão apontados e mantendo a luta por uma sociedade justa e solidária.

Pensar as nossas vidas nesta conjuntura deve significar retornar às nossas utopias, num momento tão difícil, de conflitos agudos, em que será necessária toda a resistência e força que já demonstramos em outras oportunidades. Deve significar retomar o nosso projeto, aquele que foi apropriado e traído. Um projeto para a classe trabalhadora e conduzido pela classe. Pensar o mundo, os laços latino-americanos, os povos do Brasil, o funcionalismo, a universidade, nossas salas de aula e laboratórios. A tarefa é árdua, mas as eleições plebiscitárias de outubro ao menos mostraram que teremos alguns milhões do nosso lado. São, portanto, uma conjuntura e uma perspectiva que não nos devem intimidar, nem nos tranquilizar, mas nos obrigar a elevar nosso padrão de unidade, de organização, de mobilização e principalmente de percepção de que temos ao nosso lado um grande número de homens e mulheres que rejeitam o projeto reacionário e estão dispostos a defender os seus direitos e a democracia.

TR -34

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que o eixo de luta para o próximo período é de lutar contra a Reforma da Previdência; a Escola sem Partido; pela revogação da EC 95; da Reforma Trabalhista; da Lei de Terceirizações; da Defesa do Ensino Público; e, defesa intransigente das Liberdades Democráticas, tendo como referência a pauta acumulada nas instâncias deliberativas do Sindicato, encaminhando ações junto a outras Entidades, Fóruns, Coletivos diversos, Movimentos, Centrais, buscando construir, por um lado, uma Frente Unitária, com estrutura horizontal, no sentido de reorganização da classe trabalhadora e da mobilização da base docente e, por outro, uma Frente Ampla, com estrutura igualmente horizontal, em defesa das liberdades democráticas.

TEXTO 35

Contribuição da Assembleia Geral da ADUNEMAT Seção Sindical

**RESISTIR AO GOVERNO BOLSONARO, EM DEFESA DA
DEMOCRACIA E
DOS DIREITOS: ABAIXO A CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
LULA LIVRE!**

TEXTO DE APOIO

A SITUAÇÃO POLÍTICA

O resultado das eleições no Brasil se situa no contexto continental. Na América Latina, a situação está marcada por um quadro mundial onde o imperialismo, no nosso caso

especialmente o estadunidense, aprofunda a espoliação e o rebaixamento sem fim do custodaforçadetrabalho,demodoquenãoháespaçoparaumdesenvolvimentonacional soberano, enquanto perdurar sua dominação. Nos últimos anos, as ilusões a respeito da convivência entre a soberania das nações da região e a manutenção dos interesses do imperialismo têm ruído em nosso continente.

Contudo, a situação não é unilateral. Há resistência dos povos. Contra essa ofensiva imperialista, a luta dos povos registrou este ano a derrota do imperialismo dos EUA nas eleições do México, em contraste com a Venezuela, onde tardam as medidas de governo para tirar efetivamente o povo que resiste da crise de penúria acentuada pelo cerco imperialista, situação reforçada pela derrota do candidato do PT nas eleições no Brasil.

No Brasil, com os votos de significativos 32% do total de eleitores, o candidato do PT, Fernando Haddad, perdeu estas eleições para Bolsonaro, candidato da extrema-direita, apoiado pela classe dominante, que obteve 39% dos eleitores. Mas 29% do eleitorado se absteve, votou em branco ou nulo, numa evidente recusa do sistema político e eleitoral vigente. O mesmo sistema quemoldouoprocesso deforma a fraudaravontadedopovo, por exemplo, impedindo Lula de concorrer.

Montado na farsa da candidatura “antissistema”, Bolsonaro se ancorou nas instituições do Estado-um grupomilitareumsetordojudiciário-erelaçõesemWashington, apoiado em empresários "ultraliberais" e respaldo nas igrejas evangélicas, além dos grupos fascistas. Ao contrário de antissistema, Bolsonaro é produto direto de um regime bonapartista jurídico-militar a serviço do imperialismo que começou a se constituir com o golpedeimpeachment, em 2016. Passados dois anos de resistência, a coalizão golpista, acentuando seu componente militar, impôs, agora na forma eleitoral (mas apoiada nas medidas de regressão antidemocráticas formatadas a partir de 2016) uma nova derrota às massas.

O primeiro cumprimento que o vencedor recebeu, com efeito, foi de Donald Trump, expressão da expectativa do imperialismo de aprofundar a ofensiva em curso contra a soberania e os direitos dos povos do continente latino-americano.

Defato, o resultado, somado à conquista pela extrema-direita dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, num primeiro momento, põe os setores populares e democráticos na defensiva. Já no domingo do segundo turno à noite, atos violentos de “comemoração” levavam intranquilidade à família trabalhadora e aos oprimidos.

Mas a realidade da situação não demorou a aparecer, inclusive para aqueles que, levados pelo engodo e a mentira, votaram no candidato da extrema-direita. O economista-assecla Paulo Guedes anunciou a "eliminação dos encargos trabalhistas sobre a folha de pagamentos" (13º, adicional de férias, garantias, enfim, uma profundamentodacriminosa contrarreforma trabalhista de Temer), enquanto seus pares banqueiros elogiaram o "funcionamento das instituições" pedindo "urgência nas reformas" (como disseram os proprietários do Bradesco), especialmente, como sabemos, a da Previdência.

Com efeito, a liquidação da previdência pública, sua transformação em plano de capitalização sob gestão dos bancos já foi anunciada para ser realizada ainda este ano, aproveitando o frenesi da vitória eleitoral, para evitar este desgaste ao novo governo.

ORGANIZAR A RESISTÊNCIA CONTRA BOLSONARO: DEFENDER A DEMOCRACIA E OS DIREITOS

O candidato Haddad teve razão, na noite do 2º turno, de exortar "a coragem" contra o medo, afirmando que "estamos aqui juntos". Mas não é razoável dar prioridade a "garantir as instituições"—pútridas, essa é a verdade!—, as quais deveriam, em caso de uma vitória das forças populares, ser reformadas integralmente. Afinal, um elemento da vitória eleitoral da extrema-direita foi a inversão de papéis pelo farsante, que se fez passar por "antissistema", quando ele emerge diretamente do esgoto do sistema que sobreviveu à Constituição de 1988 (sempre emendada para pior): os militares impunes, o Judiciário cúmplice, a representação corrupta e a iníqua desigualdade social.

Bolsonaro é a representação de um governo autoritário e antipopular (que pode ser uma forma preventiva de uma eventual saída ditatorial ou fascista, o que só a luta de classes vai decidir), agência imperialista de Trump, amparado num bonapartismo jurídico-militar com uma perspectiva totalitária. Mas que, de todo modo, vai ter de atacar imediata e duramente as condições de vida inclusive de seu próprio eleitorado. Vai tentar fazer o "ajuste" e criminalizar as organizações. Nestas condições, será a luta de classes dos trabalhadores, a capacidade de suas organizações de realizar a unidade e defender os direitos, a democracia e a nação, o que determinará o desenlace da situação aberta com o resultado eleitoral.

Para amplas as massas, a resistência passa por se apoiar nas suas principais organizações que, apesar dos problemas, estão de pé: as centrais sindicais, a UNE, os movimentos camponeses, de moradia e outros. Não se deve descartar dessa unidade os partidos de esquerda, com suas bancadas, vários governos estaduais no Nordeste, e uma base de massas que deve ser mobilizada na luta de resistência na via de uma contraofensiva popular.

Foi das atuais instituições que saiu o golpe do impeachment. Foram elas que puseram Lula na cadeia, para impedi-lo de vencer estas eleições. Cúmplices da manipulação eleitoral fraudulenta desde o 1º turno, as instituições assistiram à coação ilegal dos trabalhadores nas empresas, à orquestração dos TREs e PMs nas invasões de escolas, universidades e sindicatos na semana anterior ao pleito e a ação também ilegal de certas igrejas. Foram estas instituições que deixaram impune o crime eleitoral do caixa 2 que financiou a indústria de fake news no Whatsapp. Não é com elas que podemos contar para resistir à extrema-direita.

É hora, portanto, de organizar a resistência. A agenda de guerra contra o povo já começou a ser aplicada por Temer, em harmonia com o Gabinete de Transição de Bolsonaro. Uma ampla campanha para derrotar a contrarreforma da Previdência, os projetos de lei da Escola "Sem Partido", a desestruturação das carreiras do serviço público, a anunciada privatização das universidades públicas deve estar no centro das atividades do ANDES-SN. Voltar à base para reativar a mobilização, se apoiando na reação popular que assistimos no 2º turno (que não foi suficiente para barrar a extrema-direita, mas foi real!) é uma tarefa urgente.

Para tanto, é necessário que o 38º Congresso do ANDES-SN se abra para a ampla unidade das organizações sindicais, populares e juvenis, na base de uma plataforma

que sensibilize amplos setores e permita instituir uma barreira contra a política de guerra ao povo que Bolsonaro vai desencadear:

- **Defesa da Previdência pública** - "Não mexam na Previdência" - a luta contra a reforma exigida pelo capital financeiro será a batalha fundamental de ampla frente única para preservar a classe com base nas suas organizações.
- **Defesa da Universidade pública**, desde já atacada pelos efeitos da EC 95, asfixiada pelo corte de verbas que já proíbe o concurso de novos efetivos, mas também em sua integridade, na sua autonomia e na liberdade de ensinar e aprender de seus professores e estudantes.
- **Defesa do Ensino Público nos três níveis** contra o "ajuste" (consequência da EC 95) e também contra os ataques reacionários da "Escola sem partido", movida por setores clericais e obscurantistas, mas que se põe no terreno da destruição do financiamento da escola, do currículo e da carreira docente, é uma segunda batalha da mais ampla frente única apoiada nos sindicatos, mas que tem também a vocação de envolver setores da cultura e da opinião democrática.
- **Contra as privatizações**, defesa do serviço público, das estatais, patrimônio do povo brasileiro, do Pré-Sal e das riquezas minerais em geral, e dos mananciais de água.
- **Defesa dos direitos dos servidores e do serviço público**, ao lado da defesa do patrimônio contra as privatizações que os governos organizam sob a bandeira da renegociação da dívida, imposta pela política de juros do capital financeiro, mas que nunca "empoderado".
- **Lula Livre**, bandeira política da resistência que enfeixa as diversas reivindicações democráticas, ressaltada pelo perfil judicial-militar do novo governo, simbolizada pela indicação de Sérgio Moro como titular de um superministério, no Governo Bolsonaro. O ANDES-SN deve indicar suas seções a integrar os comitês pela democracia e pela liberdade de Lula que se constituíram ao longo deste ano.
- **Defesa de nossas organizações**, em especial dos sindicatos. Bolsonaro anunciou a extinção do Ministério do Trabalho. Na "redistribuição" de suas funções por outros órgãos, Bolsonaro colocou a normatização sindical e a concessão de cartas sindicais nas mãos do superministério de Moro. Anuncia-se aí uma ofensiva sem precedente contra nossas organizações.

TR – 35

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

O centro da luta do ANDES-SN, diante da ascensão do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, se expressa na luta pela ampla unidade do movimento sindical e popular sob o lema "defesa da democracia e dos direitos", materializado na plataforma que se segue:

- **Defesa da Previdência pública - "Não mexam na Previdência.**

- **Defesa da Universidade pública, revogação da EC 95. Defesa de sua integridade, de sua autonomia e da liberdade de ensinar e aprender de seus professores e estudantes.**
- **Defesa da Ensino Público nos três níveis contra o “ajuste” (consequência da EC95) e também contra os ataques reacionários da "Escola sem partido". Barrar a “Escola sem Partido”.**
- **Contra as privatizações, defesa do serviço público, das estatais, patrimônio do povo brasileiro, do Pré-Sal e das riquezas minerais em geral, e dos mananciais de água.**
- **Defesa dos direitos dos servidores e do serviço público estaduais. Barrar as privatizações operadas no contexto das renegociações das dívidas.**
- **Lula Livre, em defesa da democracia, das liberdades e dos direitos.**
- **Defesa dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores.**

TEXTO 36

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFS Seção Sindical

A DÍVIDA PÚBLICA E AS DIRETRIZES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

TEXTO DE APOIO

A dívida pública e as diretrizes das políticas neoliberais

A formação do neoliberalismo, enquanto ideologia e conjunto de políticas econômico-sociais, foi construída no decorrer da década de 70 e início dos anos 80 do século passado, durante a grande crise energética e de estagnação econômica. No entanto, o neoliberalismo já havia surgido desde os primeiros anos após o término da Segunda Guerra Mundial e teve como mote a reação teórica e política contra o Estado keynesiano, de cunho “intervencionista”, que se apresentava como realidade concreta na Europa (Estado de Bem-Estar Social) e nos Estados Unidos (*New Deal*). Seus teóricos (destaque para Friedrich Hayek – membro da escola de economia austríaca), criticavam todo e qualquer limite ao funcionamento dos “mecanismos de mercado”, de maneira que condenavam **as políticas ativas** por parte do Estado, como, por exemplo, as políticas macroeconômicas de estímulo à produção e à geração de emprego e renda.

A tentativa de impulsionar a economia, por meio de políticas monetárias e fiscais, de acordo com os teóricos neoliberais, resultaria em um verdadeiro desastre, pois provocaria inflação e não traria grande impacto nem na redução do desemprego e nem na geração de renda. O objetivo central e quase que exclusivo da política econômica, segundo a doutrina neoliberal, deve ser o de assegurar o poder de compra da

moeda e a estabilidade dos preços, garantindo, adicionalmente, o cumprimento dos contratos e da “livre concorrência”.

Nas transações internacionais, as orientações neoliberais convergiam para uma política de livre mobilidade de capitais e mercadorias, retirando todas as barreiras comerciais. Portanto, defendiam a irrestrita liberdade para a circulação do capital financeiro.

No Brasil, as diretrizes de políticas macroeconômicas, de viés neoliberais, começaram a ser colocadas em prática a partir dos governos de Fernando Collor/Itamar Franco e, mais eficazmente, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique. Todavia, o que nos interessa aqui é que, mesmo desconsiderando todo o período do chamado “milagre econômico” dos militares, **a dívida externa**, herdada da década de 1980, tinha sido **prescrita** em 1992, por conta das leis de Nova Iorque, “estatuto de limitações”. De fato, Paul Volcker, presidente do *Federal Reserve Bank* (banco central americano), em outubro de 1979, por meio de um choque monetário e financeiro, elevou os juros básicos da economia americana (que estava em torno de 4% ao ano) para algo em torno de 19%, provocando a chamada crise das **dívidas externas dos países do terceiro mundo**, que durará toda a década de 1980 (década perdida).

Nesse contexto, vários países da América Latina e África foram à bancarrota, o primeiro foi o México, 1982. Enquanto que o Brasil, em 1983, foi obrigado a dar um “calote técnico”; recebendo em seguida, pela primeira vez, a visita do FMI, oferecendo-se para “ajudar”, com suas “recomendações” de diretrizes neoliberais: privatização e ajuste fiscal. Contudo, face ao calote, de acordo com o citado “estatuto de limitações”, os países credores deveriam recorrer à justiça contra os “caloteiros” (judicialização da dívida), num prazo de até 6 anos – caso contrário, a dívida do país devedor prescreveria (deixaria de existir). Foi o que de fato ocorreu, pois até 1992 os credores não entraram na justiça reclamando seus “direitos”. A omissão dos credores tem uma explicação simples: a dívida externa de então (na totalidade dos países devedores) foi feita de forma ilegal: ausência de fato gerador (contraprestação) e inexistência dos devidos documentos probatórios.

Não obstante, essa **dívida externa**, muito provavelmente prescrita, foi transformada em **dívida interna** (Plano Brady, 1994), através da **emissão de títulos públicos**, a cargo do Tesouro Nacional, por imposição do FMI (é interessante lembrar que os negociadores brasileiros de plantão, à época, foram: Pedro Malan, Armínio Fraga e Murilo Portugal). Esses títulos, que não valiam nada (pois nasceu de uma renegociação fraudulenta de **dívida morta**), eram considerados como “títulos podres”, no mercado internacional; apesar disto, foram usados (e aceitos) como moeda na compra das nossas empresas estatais pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (Companhia Vale do Rio Doce, CSN etc).

A gestão de FHC agregou alguns “dispositivos duvidosos” de políticas macroeconômicas. Por exemplo, na **política monetária**, as “operações compromissadas do Banco Central”; na **política fiscal**, o “ajuste” (apenas para os gastos primários); e, na **política cambial**, o tal do *swap* de divisas (moeda estrangeiras). Foi justamente a partir (e no decurso) do governo de FHC que se sistematizou (e se colocou em prática) o tal do **tripé macroeconômico**: regime de metas inflacionárias, câmbio flutuante e superávit fiscal; esses instrumentos de políticas se transformaram em verdadeiros mecanismos ilegais e fraudulentos de **geração e perpetuação de dívida pública** (pois sua fonte de sustentabilidade tem sido, desde então, a **emissão de títulos públicos** pelo Tesouro Nacional), mas não será possível explicar aqui, dado o limitado escopo deste texto.

O governo “neodesenvolvimentista” de Lula manteve o **núcleo duro** das políticas macroeconômicas de FHC, muitas vezes incorporando ações mais

contundentes, claro, em benefício do grande capital financeiro. Além do mais, o governo petista, em 2005, trocou a parcela da **dívida externa** do Brasil (feita em dólares), junto ao FMI (de US\$ 15,5 bilhões), que pagava juros de 4% ao ano, por uma **dívida interna** (feita em reais), emitindo títulos públicos (pagando juros de 19% ao ano) – lembrando-se que, à época, o real valia mais do que o dólar. Ou seja, deixamos de dever ao FMI e passamos a dever aos bancos privados nacionais e internacionais (com sede no país). Adicionalmente, ainda durante o governo petista, o Tesouro Nacional passou a resgatar títulos da dívida pública com ágio de até 70%.

O governo Temer, além de dar prosseguimento às políticas macroeconômicas dos governos anteriores, com seu projeto “Ponte para o Futuro”, acelerou as diretrizes neoliberais que estavam em curso durante os governos petistas, aprovando a EC/95 (exclusivamente benéfica para o sistema financeiro, nacional e internacional), a reforma trabalhista e a lei de terceirização. Tentou aprovar **a reforma da previdência**, mas não obteve êxito, e deu continuidade às políticas de privatização, como, por exemplo, a da Petrobrás (consegui privatizar 70% dos campos que estão na área do pré-sal).

O futuro governo de Bolsonaro, de viés autoritário, protofascista e entreguista, promete manter as mesmas bases da política macroeconômica dos governos anteriores, potencializadas pelas diretrizes de um **liberalismo extremo**. Com efeito, Paulo Guedes (futuro super-ministro da economia) anunciou sua desastrosa proposta de privatização de todas as estatais brasileiras e venda dos imóveis da união, no sentido de arrecadar pelo menos **2,0 trilhões de reais**, com a falsa justificativa de sanear a dívida pública, diminuir os juros e obter recursos para o financiamento da educação e da saúde. Por fim, como vem sinalizando, o novo governo pretende fazer uma política de atrelamento e submissão aos interesses do imperialismo norte-americano.

A dívida pública e a transferência dos recursos públicos para o sistema financeiro

Fica cada vez mais evidente **a natureza da dívida pública** e seus mecanismos de sequestro das fontes orçamentárias e da fazenda pública (fundo público e recursos naturais). Com efeito, ela se configura, no contexto atual, como um meio de chantagem odiosa da oligarquia financeira mundial, que concentra a maior parte dos títulos soberanos dos países, obrigando-os a adotar medidas de austeridade orçamentária e ajustes fiscais – cortes dos gastos sociais e degradação dos serviços públicos, mantendo dogmaticamente o pagamento dos juros e serviços da dívida.

Os títulos da dívida pública são particularmente aplicações confiáveis e de risco zero e representa mais da metade de todos os ativos do capital financeiro mundial. Em sendo assim, esses ativos permitem que os especuladores (tanto financeiros como industriais) se envolvam, de forma irracional e gananciosa, em toda espécie de transações financeiras, cuja eventual inadimplência deve ser paga pelos contribuintes, seja através da carga tributária (cada vez mais regressiva), seja através das políticas macroeconômicas de viés monetarista, como as que estão sendo praticadas, principalmente, nos países da América Latina e da União Europeia.

Os países são devedores, não porque gastam muito em políticas públicas e serviços sociais (nem mesmo na própria administração da máquina pública), mas porque o Estado não cobra impostos suficientes dessas elites privilegiadas, pois, além de não as taxarem tributariamente, dão-lhes todo tipo de subsídios e privilégios. De fato, a dívida é um mecanismo que permite que essa elite abonada acumule fortunas, principalmente por meio da especulação financeira e monetária, pois quase a metade dos recursos orçamentários dos países é canalizado para o pagamento de juros,

amortização e serviços da dívida pública. Elas são, portanto, diretamente responsáveis pelo agravamento das desigualdades sociais, em termos de emprego, da péssima distribuição de renda e da oferta de saúde e educação para a população.

A Auditoria Cidadã da Dívida, coordenada por Maria Lúcia Fattorelli, tem feito um excelente trabalho de pesquisas, estudos e acompanhamento da **dívida pública** brasileira (mobilizando e conscientizando o povo para esse **crucial problema**), de tal maneira que, quem acessar seu site (<https://auditoriacidada.org.br/>) encontrará, entre outros materiais, **um gráfico**, em forma de pizza, **do Orçamento Federal**, exercício de 2017, executado e consolidado, totalizando um montante de **2,483 trilhões** de reais (**100% da pizza**).

No referido gráfico está expresso, em termos percentuais, cada fatia correspondente à alocação dos recursos orçamentários. Assim, é possível observar que, o pedaço maior, 39,79% (985,75 bilhões de reais) foi designado para **o pagamento dos juros e amortização da dívida pública**; o segundo maior pedaço, algo em torno de 25,66% (637,13 bilhões de reais), foi **alocado para previdência social**; o terceiro pedaço, 8,68% (225,52 bilhões de reais), foi canalizado para as **Transferências a Estados e Municípios**; o quarto, 4,14% (102,79 bilhões de reais), foi destinado para **saúde**; o quinto, aproximadamente 4,1% (101,80 bilhões de reais), foi transferido para **educação**. Vamos parar por aqui (face a escassez de espaço e tempo), todavia, a título de ilustração, observa-se que apenas 0,25% (620 milhões de reais), da famosa pizza, foi consagrado para o setor de **ciência e tecnologia**.

Fica cada vez mais claro, frente aos dados apresentados acima, o porquê das reformas propostas por **todos os governos** eleitos depois da constituição de 1988, desde Collor de Mello/Itamar Franco, passando por FHC, Lula/Dilma, Temer e Bolsonaro (futuro). O motivo das reformas sempre foi o mesmo: **manter e alimentar o sistema da dívida**, transferido os recursos produzidos pela classe trabalhadora, o excedente global, para o sistema financeiro nacional e internacional. Por conta disso, a menina dos olhos, de todos eles, tem sido a segunda maior fatia da pizza: **a reforma da previdência**.

Se acompanharmos o processo histórico de inserção do projeto neoliberal no Brasil, é fácil chegar a seguinte conclusão: a luta contra o Regime Militar e pela redemocratização do país, que conseguiu mobilizar os trabalhadores, os estudantes e o povo brasileiro (nas famosas manifestações pelas eleições diretas para Presidente da República) e, também, por conta da convocação e instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que formatou e promulgou a Constituição de 1988, **fez retardar**, por pelo menos uma década, a implantação do neoliberalismo no solo brasileiro. Portanto, o receituário neoliberal só conseguiu pousar muito tardiamente nestas plagas verde-amarelas, a partir da eleição de Collor de Mello, conduzido pelas ideias do Consenso de Washington.

Na sequência, após o impeachment do primeiro governo civil, tivemos um governo de transição, Itamar Franco, até as eleições do socialdemocrata e defensor da legalização da maconha, Fernando Henrique Cardoso. O governo de FHC, instrumentalizado pelo Plano Real, levou a cabo de forma mais “refinada e inteligente” as diretrizes do neoliberalismo no país; particularmente, seu governo foi responsável pela destruição e desnacionalização do Parque Industrial brasileiro, pela privatização das grandes empresas nacionais e pela reestruturação do sistema bancário nacional (privatizando quase a totalidade dos bancos estaduais).

Foi especialmente no governo de FHC que o país conseguiu, de fato, a estabilidade monetária, depois de décadas de convivência com a inflação (claro, depois de congelar preços e salários – arrojando a renda do trabalhador) e presentear os bancos com o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema

Financeiro Nacional - PROER). Foi ainda em sua administração que se criou as políticas de **metas inflacionárias** e, após a crise cambial de 1999, foi estabelecido o **regime de câmbio flexível**. Todavia, não conseguiu, de forma plena, aprovar todas as reformas recomendadas pelo FMI, dentre elas **a reforma da previdência**, pois havia “uma pedra no caminho” do PSDB: o movimento sindical e popular, ambos conduzidos quase que exclusivamente pelo PT e seu “puxadinho”, o PCdoB.

Finalmente, depois de várias e malogradas tentativas, o PT chega ao poder, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Em que pese sua história de luta e de construção de um projeto popular e democrático (gradativa e pacientemente construído a partir das lutas contra o regime miliar e contra as políticas neoliberais dos anos 90), o governo do PT, apesar das contradições e vacilações, manteve o núcleo duro da Política Econômica de FHC, como vimos acima: perseguição de superávit primário, política de câmbio flutuante e metas para a inflação. Para levar a cabo essas políticas, conseguiu o que o governo poliglota anterior sempre quis obter: **Autonomia do Banco Central**. Na verdade, a proposta liberal mais ortodoxa, defende um Banco Central independente, orientado pelas “forças do mercado”. Lula também tentou **privatizar a previdência**, começou “comendo pela beirada” com o FUNPRESP (Fundo de Previdência Complementar do Servidores Público Federal), mas não conseguiu em sua totalidade. Já sabemos o restante da história, com os governos da Dilma e do Temer.

Para concluir este texto, apresento **os montantes brutos da dívida pública brasileira**, dos governos dos últimos 24 anos, acompanhe pela Tabela abaixo:

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS DOS JUROS, SERVIÇOS E “AMORTIZAÇÃO” DA DÍVIDA PÚBLICA

GOVERNO	DÍVIDA NO INÍCIO DO GOVERNO	PAGAMENTO DE JUROS, SERVIÇOS E “AMORTIZAÇÃO”	DÍVIDA NO TÉRMINO DO GOVERNO
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO , 8 anos	153,52 Bilhões de reais	2,00 Trilhões de reais	892,29 Bilhões de reais
LUIZ INÁCIO DA SILVA , 8 anos	932,13 Bilhões de reais	4,73 Trilhões de reais	3,54 Trilhões de reais
DILMA ROUSSEFF , 6 anos	3,54 Trilhões de reais	3,50 Trilhões de reais	3,89 Trilhões de reais
MICHELL TEMER , 2 anos	3,89 Trilhões de reais	*2,12 Trilhões de reais	**6,40 Trilhões de reais

*O PAGAMENTO DE JUROS, SERVIÇOS E “AMORTIZAÇÃO” EM 2017 FOI DE 1,13 TRILHÃO DE REAIS, EQUIVALENTE A 2,7 BILHÕES DE REAIS/DIA

1. Fernando Henrique Cardoso, cujo governo durou oito anos (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003), inicia seu mandato herdando uma dívida pública bruta na ordem de R\$ 152,52 bilhões, **pagou juros, serviços e amortizações**, algo em torno de **R\$ 2,00 trilhões**. Deixou um saldo devedor de R\$ 892,29 bilhões para seu sucessor;
2. Luiz Inácio Lula da Silva, também com oito anos na Presidência da República (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011), recebe de seu antecessor uma dívida bruta na ordem de R\$ 892,29 bilhões, **pagou juros, serviços e amortizações**, uma escandalosa cifra de **R\$ 4,73 trilhões**. Deixou para o futuro ocupante do seu cargo um saldo devedor astronômico de R\$ 3,54 trilhões;
3. Dilma Rousseff, que teve seu segundo mandato interrompido por um duvidoso processo de impeachment, que lhe reduziu à metade o segundo mandato, portanto, sua gestão como Presidenta da República durou 6 anos (1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de

2016), começa sua administração “devendo” R\$ 3,54 trilhões, **pagou juros, serviços e amortizações**, algo em torno **de R\$ 3,50 trilhões**. Deixou como saldo devedor um pouquinho a mais do que o governo de Lula, ou seja, uma cifra, também astronômica, de R\$ 3,89 trilhões; por fim,

4. Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018), o golpista de plantão, inicia seu maléfico e curto mandato com uma dívida bruta na ordem de R\$ 3,89 trilhões, **está pagando juros, serviços e amortizações**, algo estimado em torno de **R\$ 2,12 trilhões**, deixará um saldo devedor também estimado em torno da colossal cifra de R\$ 6,40 trilhões.

Portanto, tomando como referência tudo que foi apresentado e analisado até aqui, fica demasiadamente claro que **o principal problema do povo brasileiro é a dívida pública**, pois condiciona e amarra todas as políticas de Estado e de governo. Por outro lado, para derrubar os argumentos de que as políticas públicas são caras e responsáveis pelo **déficit orçamentário** do país, que no ano vindouro de 2019 está estimado em torno de **R\$ 139 bilhões**, é só mostrar o contraste entre **o valor médio de pagamento dos juros, serviços e “amortizações”**, em torno da escandalosa cifra **R\$ 1,20 trilhão** (de uma fraudulenta e ilegítima dívida pública, que nunca foi auditada), e os **gastos com a educação e a saúde** que alcança, em média, um pequeno montante de **R\$ 200 bilhões**.

TR - 36

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Lutar contra a Reforma da Previdência; lutar pela instauração imediata da **Auditoria Cidadã da Dívida Pública Brasileira** (prevista na constituição de 1988); lutar contra a Escola sem Partido; lutar a favor da revogação da EC/95 (que congela os gastos primários, mas **deixa sem limites os gastos financeiros**, não primários, que alimenta os ganhos dos rentistas, detentores dos títulos da dívida pública), da Reforma Trabalhista e da Lei de Terceirizações; Defesa do Ensino Público; e, defesa intransigente das Liberdades Democráticas, tendo como referência a pauta acumulada nas instâncias deliberativas do Sindicato, encaminhando ações junto a outras Entidades, Fóruns, Coletivos diversos, Movimentos, Centrais, buscando construir uma Frente Unitária, com estrutura horizontal, no sentido de reorganização da classe trabalhadora e da mobilização da base docente.

TEXTO 37

Contribuição da Assembleia Geral da APUR

**RESISTIR AO GOVERNO BOLSONARO, EM DEFESA DA
DEMOCRACIA E DOS DIREITOS: ABAIXO A
CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA! LULA LIVRE!**

TEXTO DE APOIO

A SITUAÇÃO POLÍTICA

O resultado das eleições no Brasil se situa no contexto continental. Na América Latina, a situação está marcada por um quadro mundial onde o imperialismo, no nosso caso especialmente o estadunidense, aprofunda a espoliação e o rebaixamento sem fim do custo da força de trabalho, de modo que não há espaço para um desenvolvimento nacional soberano, enquanto perdurar sua dominação. Nos últimos anos, as ilusões a respeito da convivência entre a soberania das nações da região e a manutenção dos interesses do imperialismo têm ruído em nosso continente.

Contudo, a situação não é unilateral. Há resistência dos povos. Contra essa ofensiva imperialista, a luta dos povos registrou este ano a derrota do imperialismo dos EUA nas eleições do México, em contraste com a Venezuela, onde tardam as medidas de governo para tirar efetivamente o povo que resiste da crise de penúria acentuada pelo cerco imperialista, situação reforçada pela derrota do candidato do PT nas eleições no Brasil.

No Brasil, com os votos de significativos 32% do total de eleitores, o candidato do PT, Fernando Haddad, perdeu estas eleições para Bolsonaro, candidato da extrema-direita, apoiado pela classe dominante, que obteve 39% dos eleitores. Mas 29% do eleitorado se absteve, votou em branco ou nulo, numa evidente recusa do sistema político e eleitoral vigente. O mesmo sistema que moldou o processo de forma a fraudar a vontade do povo, por exemplo, impedindo Lula de concorrer.

Montado na farsa da candidatura “antissistema”, Bolsonaro se ancorou nas instituições do Estado - um grupo militar e um setor do judiciário - e relações em Washington, apoiado em empresários "ultraliberais" e respaldo nas igrejas evangélicas, além dos grupos fascistas. Ao contrário de antissistema, Bolsonaro é produto direto de um regime bonapartista jurídico-militar a serviço do imperialismo que começou a se constituir com o golpe do impeachment, em 2016. Passados dois anos de resistência, a coalizão golpista, acentuando sua componente militar, impôs, agora na forma eleitoral (mas apoiada nas medidas de regressão antidemocráticas formatadas a partir de 2016) uma nova derrota às massas.

O primeiro cumprimento que o vencedor recebeu, com efeito, foi de Donald Trump, expressão da expectativa do imperialismo de aprofundar a ofensiva em curso contra a soberania e os direitos dos povos do continente latino-americano.

De fato, o resultado, somado à conquista pela extrema-direita dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, num primeiro momento, põe os setores populares e democráticos na defensiva. Já no domingo do segundo turno à noite, atos violentos de “comemoração” levavam intranquilidade à família trabalhadora e aos oprimidos.

Mas a realidade da situação não demorou a aparecer, inclusive para aqueles que, levados pelo engodo e a mentira, votaram no candidato da extrema-direita. O economista-assecla Paulo Guedes anunciou a "eliminação dos encargos trabalhistas sobre a folha de pagamentos" (13º, adicional de férias, garantias, enfim, um aprofundamento da criminosa contrarreforma trabalhista de Temer), enquanto seus pares banqueiros elogiaram o "funcionamento das instituições" pedindo "urgência nas reformas" (como disseram os proprietários do Bradesco), especialmente, como sabemos, a da Previdência.

Com efeito, a liquidação da previdência pública, sua transformação em plano de capitalização sob gestão dos bancos já foi anunciada para ser realizada ainda este ano, aproveitando o frenesi da vitória eleitoral, para evitar este desgaste ao novo governo.

ORGANIZAR A RESISTÊNCIA CONTRA BOLSONARO: DEFENDER A DEMOCRACIA E OS DIREITOS

O candidato Haddad teve razão, na noite do 2º turno, de exortar "a coragem" contra o medo, afirmando que "estamos aqui juntos". Mas não é razoável dar prioridade a "garantir as instituições" – pútridas, essa é a verdade! -, as quais deveriam, em caso de uma vitória das forças populares, ser reformadas integralmente. Afinal, um elemento da vitória eleitoral da extrema-direita foi a inversão de papéis pelo farsante, que se fez passar por "antissistema", quando ele emerge diretamente do esgoto do sistema que sobreviveu à Constituição de 1988 (sempre emendada para pior): os militares impunes, o Judiciário cúmplice, a representação corrupta e a iníqua desigualdade social.

Bolsonaro é a representação de um governo autoritário e antipopular (que pode ser uma forma preventiva de uma eventual saída ditatorial ou fascista, o que só a luta de classes vai decidir), agência imperialista de Trump, amparado num bonapartismo jurídico-militar com uma perspectiva totalitária. Mas que, de todo modo, vai ter de atacar imediata e duramente as condições de vida inclusive de seu próprio eleitorado. Vai tentar fazer o “ajuste” e criminalizar as organizações. Nestas condições, será a luta de classes dos trabalhadores, a capacidade de suas organizações de realizar a unidade e defender os direitos, a democracia e a nação, o que determinará o desenlace da situação aberta com o resultado eleitoral.

Para amplas as massas, a resistência passa por se apoiar nas suas principais organizações que, apesar dos problemas, estão de pé: as centrais sindicais, a UNE, os movimentos camponeses, de moradia e outros. Não se deve descartar dessa unidade os partidos de esquerda, com suas bancadas, vários governos estaduais no Nordeste, e uma base de massas que deve ser mobilizada na luta de resistência na via de uma contraofensiva popular.

Foi das atuais instituições que saiu o golpe do impeachment. Foram elas que puseram Lula na cadeia, para impedi-lo de vencer estas eleições. Cúmplices da manipulação eleitoral fraudulenta desde o 1º turno, as instituições assistiram à coação ilegal dos trabalhadores nas empresas, à orquestração dos TREs e PMs nas invasões de escolas, universidades e sindicatos na semana anterior ao pleito e a ação também ilegal de certas igrejas. Foram estas instituições que deixaram impune o crime eleitoral do caixa 2 que financiou a indústria de fake news no Whatsapp. Não é com elas que podemos contar para resistir à extrema-direita.

É hora, portanto, de organizar a resistência. A agenda de guerra contra o povo já começou a ser aplicada por Temer, em harmonia com o Gabinete de Transição de Bolsonaro. Uma ampla campanha para derrotar a contrarreforma da Previdência, os projetos de lei da Escola “Sem Partido”, a desestruturação das carreiras do serviço público, a anunciada privatização das universidades públicas deve estar no centro das atividades do ANDES-SN. Voltar à base para reativar a mobilização, se apoiando na reação popular que assistimos no 2º turno (que não foi suficiente para barrar a extrema-direita, mas foi real!) é uma tarefa urgente.

Para tanto, é necessário que o 38º Congresso do ANDES-SN se abra para a ampla unidade das organizações sindicais, populares e juvenis, na base de uma plataforma que sensibilize amplos setores e permita instituir uma barreira contra a política de guerra ao povo que Bolsonaro vai desencadear:

- **Defesa da Previdência pública** - "Não mexam na Previdência" -a luta contra a reforma exigida pelo capital financeiro será a batalha fundamental de ampla frente única para preservar a classe com base nas suas organizações.

- **Defesa da Universidade pública**, desde já atacada pelos efeitos da EC 95, asfixiada pelo corte de verbas que já proíbe o concurso de novos efetivos, mas também em sua integridade, na sua autonomia e na liberdade de ensinar e aprender de seus professores e estudantes.

- **Defesa da Ensino Público nos três níveis** contra o “ajuste” (consequência da EC 95) e também contra os ataques reacionários da "Escola sem partido", movida por setores clericais e obscurantistas, mas que se põe no terreno da destruição do financiamento da escola, do currículo e da carreira docente, é uma segunda batalha da mais ampla frente única apoiada nos sindicatos, mas que tem também a vocação de envolver setores da cultura e da opinião democrática.

- **Contra as privatizações**, defesa do serviço público, das estatais, patrimônio do povo brasileiro, do Pré-Sal e das riquezas minerais em geral, e dos mananciais de água.

- **Defesa dos direitos dos servidores e do serviço público**, ao lado da defesa do patrimônio contra as privatizações que os governos organizam sob a bandeira da renegociação da dívida, imposta pela política de juros do capital financeiro, mais que nunca “empoderado”.

- **Lula Livre**, bandeira política da resistência que enfeixa as diversas reivindicações democráticas, ressaltada pelo perfil judicial-militar do novo governo, simbolizado pela indicação de Sérgio Moro como titular de um superministério, no Governo Bolsonaro. O ANDES-SN deve indicar suas seções a integrar os comitês pela democracia e pela liberdade de Lula que se constituíram ao longo deste ano.

- **Defesa de nossas organizações**, em especial dos sindicatos. Bolsonaro anunciou a extinção do Ministério do Trabalho. Na “redistribuição” de suas funções por outros órgãos, Bolsonaro colocou a normatização sindical e a concessão de cartas sindicais nas mãos do superministério de Moro. Anuncia-se aí uma ofensiva sem precedente contra nossas organizações.

TR - 37

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

O centro da luta do ANDES-SN, diante da ascensão do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, se expressa na luta pela ampla unidade do movimento sindical e popular sob o lema “defesa da democracia e dos direitos”, materializado na plataforma que se segue:

- **Defesa da Previdência pública** - "Não mexam na Previdência.

- Defesa da Universidade pública, revogação da EC 95. Defesa de sua integridade, de sua autonomia e da liberdade de ensinar e aprender de seus professores e estudantes.
- Defesa da Ensino Público nos três níveis contra o “ajuste” (consequência da EC 95) e também contra os ataques reacionários a Educação. Barrar a aprovação do projeto de lei “Escola sem Partido”.
- Contra as privatizações, defesa do serviço público, das estatais, patrimônio do povo brasileiro, do Pré-Sal e das riquezas minerais em geral, e dos mananciais de água.
- Defesa dos direitos dos servidores e do serviço público estaduais. Barrar as privatizações operadas no contexto das renegociações das dívidas.
- Lula Livre, em defesa da democracia, das liberdades e dos direitos.
- Defesa dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores. Defesa do direito de manifestação e organização, liberdade para o ativismo político. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais.

TEXTO 38

Contribuição da Assembleia Geral do SINDCEFET-PI - Seção Sindical (SINDIFPI)

UNIDADE DE AÇÃO PARA DERROTAR BOLSONARO E A ULTRADIREITA, CLASSISMO PARA NÃO REPETIR A HISTÓRIA COMO FARSA

TEXTO DE APOIO

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”.*
(Guimarães Rosa)

*“O que é,
exatamente por ser tal como é,
não continuará a ser tal como está”.*
(Bertolt Brecht)

Nos últimos anos, vivenciamos profundos ataques à classe trabalhadora, em escala mundial. A crise econômica iniciada em 2008, e até o momento não superada, aprofundou-se no plano social e político, conforme os limites da democracia burguesa.

Para aumentar a exploração dos trabalhadores e controlar as lutas contra as medidas de ajuste fiscal, o imperialismo e as burguesias têm apelado para governos autoritários ou populistas de ultradireita, como Donald Trump (Estados Unidos), Recep Tayyip Erdogan (Turquia), Rodrigo Duterte (Filipinas), Vladimir Putin (Rússia), ou saídas neoliberais clássicas como Macron (França), Macri (Argentina), entre outros.

Esses governos têm atacado os/as trabalhadores/as no terreno político, social, especialmente retirando os direitos trabalhistas. Contudo, a classe tem empreendido lutas e resistências aos ataques.

Trump, a verdadeira cara feia do imperialismo, logo em seu primeiro dia de mandato, teve de enfrentar uma mobilização gigantesca, quando mais de dois milhões de mulheres se manifestaram contrariamente à política por ele implementada. No mês de novembro de 2018, sofreu derrota eleitoral, perdendo a maioria da câmara para os democratas.

Macron, o presidente francês, eleito há menos de dois anos, é repudiado em seu país por cerca de 75% dos franceses, depois dos planos econômicos aplicados. No final de novembro/2018, grandes mobilizações contra o aumento nos combustíveis, decretado por ele, sacudiram o país. As mobilizações dos coletes amarelos romperam fronteira, atingindo cidades da Bélgica e, no início de dezembro, o presidente francês, por conta do clima de insurreição, teve que recuar do pacote de aumentos.

Na Argentina, Macri enfrentou quatro greves gerais contra seu governo, e é repudiado por 70% dos argentinos. Aplicou os planos ditados pelo imperialismo, e agora quer atacar ainda mais os trabalhadores. O presidente argentino tem reprimido as greves, mobilizações e criminalizado os lutadores sociais. Vivemos uma crise econômica, sem solução alguma vinda do capitalismo, que tem somente aplicado a retirada de direitos, via leis de trabalho, reformas previdenciárias, falta de investimentos na saúde e educação, redução de gastos que são exigência do Capital.

Na América Latina, o receituário do imperialismo consiste na aplicação de planos neoliberais duríssimos contra os nossos povos e a imposição de uma agenda de privatização das empresas estatais que sobraram.

No final de novembro, foi realizada a reunião do G20, na Argentina. A preocupação da cúpula dirigente deste grupo, era estabelecimento de garantias para a estabilidade do mercado e dos bancos, mesmo que isso custe a miséria e a fome dos povos.

A crise econômica e política repercutiu de forma particularmente intensa no Brasil com a divisão entre diversos setores burgueses, a partir das infundáveis denúncias de corrupção que desgastaram profundamente as instituições do Estado, principalmente o Executivo, o Congresso e os partidos políticos. Tais divisões e enfrentamentos entre setores burgueses, combinados com a perda da base social do PT, desembocaram no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. E, nos dois anos do desastroso governo, Michel Temer, que longe de conter a crise, aprofundou-a.

Em meio a este quadro de uma das maiores crises política, social e econômica da história, ocorreram, em 2018, as eleições no país e Jair Bolsonaro, do PSL, foi eleito Presidente da República.

Avaliamos que o resultado eleitoral foi uma expressão distorcida da indignação contra “tudo”, mas que acabou desembocando no voto na ultradireita. Isso encontra explicação na ausência de uma direção com independência de classe e, também, nas péssimas condições de vida, impostas ao conjunto do povo pobre e trabalhador de nosso país. Consideramos que estes fatos, produto de treze anos de governos de colaboração de classes, capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, explicitam a manutenção e

adaptação do PT às relações promíscuas do aparelho do Estado, estando empresários e partidos políticos denunciados por sua participação em vários esquemas de corrupção.

O agravamento da crise econômica, em que o desemprego aumentou (afetando mais de 60 milhões de pessoas, incluindo os subempregados); o aumento da violência urbana e rural, a precarização do trabalho e dos serviços públicos básicos são outros elementos da realidade do último período que certamente contribuíram para consolidar a ruptura de massas com o PT.

A eleição de Bolsonaro impõe uma mudança na conjuntura e exige que nos preparemos para enfrentar um governo de ultradireita liberal, em aliança com setores das Forças Armadas e que prega abertamente a defesa da ditadura militar, seus métodos de tortura e que ainda faz apologia às ideologias de perseguição aos “comunistas” (leia-se movimentos sociais e sindicatos), de racismo, machismo, lgbtfobia, xenofobia e toda forma de discriminação e opressão.

As várias lutas e mobilizações nesses últimos anos, observando a proeminência de mulheres com seus levantes multitudinários, revelam o ponto alto de nossa resistência em 2017. A Greve Geral e o Ocupa Brasília, ou ainda, o aumento do número de greves no país e a intensificação das lutas por território, no campo e na cidade, demonstram que a classe trabalhadora não está derrotada.

Mas, o fato é que a vitória de Bolsonaro significa o fortalecimento orgânico de setores reacionários no cenário político. Oficialmente, a partir de janeiro de 2019, eles passarão a gerir o Estado brasileiro e, desde já, impõem um momento muito difícil para a classe trabalhadora. Passar a um momento ofensivo exige a construção de uma pauta de ação unificada de classe. Uma mudança da defesa, de um modo reativo, para um modo de atuar na ofensiva é uma urgência histórica.

Durante o processo eleitoral, vimos a ocorrência de episódios protofascistas, apoiados nos discursos da família Bolsonaro, que resultaram no assassinato de Moa do Katendê, na Bahia, e a invasão, coordenada da polícia, a dezenas de universidades públicas, para ficar apenas em dois exemplos.

Casos dessa natureza se somam a anúncios do presidente eleito que diz que irá, via o aprofundamento da lei “antiterrorismo”, criada no governo Dilma (PT), tipificar como terroristas as lutas por terra e moradia e, assim, criminalizar as lideranças. Estão sob ameaça, portanto, as poucas liberdades democráticas conquistadas pela luta de nosso povo.

No terreno econômico, o governo eleito, não só anuncia como, desde já, pretende aprovar a Reforma da Previdência (com idade mínima de 65 anos, 40 anos de contribuição, previdência complementar privada, benefícios com 70% do valor do salário mínimo etc) e busca acelerar a aprovação do projeto “Escola Sem Partido”, a implementação do ensino a distância até para o nível fundamental, o fim do Ministério do Trabalho, a implantação da “Carteira de Trabalho Verde-Amarela” sem direitos, e a privatização da quase totalidade das empresas estatais, entre outras medidas.

O governo eleito aposta, como prioridade, no desmonte dos serviços públicos e no ataque aos servidores. Essa é uma das estratégias para avançar na retirada de direitos da classe trabalhadora, reduzindo os serviços prestados à maior parte da população e mercantilizando as políticas públicas como forma de atender aos interesses do capital. Ainda nesse cenário, o ataque à educação pública, com os projetos “escola sem partido” e todas as formas de cerceamento da liberdade de ensinar, são tentativas de rebaixar a qualidade de ensino oferecido à classe trabalhadora, eliminação da dimensão crítica e ampliação do senso comum. O discurso de “ódio” aos/às professores/as e de combate aos “privilégios” e as promessas de militarização da vida, revelam quem são os alvos do

futuro governo – professores/as, servidores públicos, trabalhadores/as mais pobres, negros e negras, indígenas, mulheres e LGBTs.

Bolsonaro já demonstrou o seu papel submisso aos interesses do imperialismo, por exemplo, ao buscar agradar Trump e Benjamin Netanyahu com a sinalização da mudança da embaixada brasileira, em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém. Estamos diante de mais um governo completamente a serviço dos banqueiros e grandes empresários, nacionais e internacionais, em meio ao aprofundamento da crise econômica nacional e internacional.

O desafio que se impõe ao movimento, portanto, ganha novas dimensões e tarefas o que, para o nosso sindicato e para a nossa Central, significa encará-las nos marcos da independência de classe, como fizemos diante dos demais governos. É exigida ousadia na construção da unidade de ação, agora mais necessária ainda.

Nesse terreno é fundamental buscarmos nos apoiar nos acertos e na tentativa de superação dos erros do período anterior. Quanto à luta de classes, verificamos ainda nos últimos anos o quanto foi danosa (e segue sendo) a conciliação de classes e, junto a isso, o papel cumprido pela cúpula dirigente da direção das organizações do movimento, em especial das Centrais Sindicais, como CUT e Força sindical, que atuaram para frear a luta da classe trabalhadora.

Um exemplo disso foi quando, em 2017, desmarcaram ou boicotaram a segunda greve geral, que estava convocada para junho daquele ano. Contribuíram, assim, para secundarizar a presença de nossa classe na disputa das lutas e dos rumos de nosso país.

Ao final, essas cúpulas, cada uma a seu modo e interesse, canalizaram suas apostas para o terreno das eleições, deixando o caminho aberto para que outros setores e frações sociais se colocassem em evidência política. É sempre muito importante pautar e agir na perspectiva classista e não reativamente, na defensiva, em face da pauta do novo governo e do calendário eleitoral.

Para enfrentar a ultradireita, aliada a um setor das Forças Armadas no poder central de nosso país, devemos construir uma frente única de nossa classe, levantar um programa mínimo, que inclua a defesa intransigente de nossos direitos, como a aposentadoria, emprego e valorização dos salários. Que também hierarquize a defesa de uma escola pública laica e sem mordada – sempre socialmente referenciada – o controle estatal de nossas riquezas, do patrimônio nacional e todas as áreas estratégicas, bem como a ampliação e melhoria dos serviços públicos e valorização dos servidores e, agora, a defesa do Ministério do Trabalho. Junto a esses elementos devemos ainda incluir a defesa do acesso e direito à terra para quem nela trabalha e o reconhecimento e proteção das áreas e culturas dos povos originários, a defesa dos setores oprimidos, entre inúmeras outras bandeiras.

Diante da atual realidade, devem se somar a esse nosso programa, e com devida força, a defesa das liberdades democráticas, o direito de greve e manifestação, o fim da criminalização das lutas e dos lutadores sociais. Nesse marco, é fundamental continuar fortalecendo as mobilizações convocadas pelas mulheres, indo às ruas, bairros e locais de trabalho em ações, diretamente contra o governo ou potencializando e organizando a luta contra o machismo, racismo, lgbtfobia, xenofobia e toda forma de opressão e discriminação.

Defendemos que se formem frentes, fóruns e/ou espaços de unidade de ação. Advogamos que os esforços em torno da construção da unidade de ação devem ser intensificados nesse momento, com base num programa mínimo de luta que inclua as bandeiras de “Não à Reforma da Previdência”, “Não à Escola Sem Partido”, “Não à nova Base Nacional Curricular Comum”, “Contra a carteira de trabalho, sem direitos”; “Não às privatizações”; “Em defesa das liberdades democráticas, direito de organização,

manifestação e greve”; “Por emprego, salário, terra e moradia”; “Contra toda forma de opressão e discriminação” e “Não à criminalização das lutas e dos movimento sociais”, bem como a defesa do Ministério do Trabalho.

Devemos tomar iniciativas para unificar o conjunto de nossa classe e de nossas organizações numa frente única permanente e de ação.

Nesse esforço, com suas expressões nacionais, estaduais, regionais ou locais só não nos afastaremos de nosso princípio de independência de classe e nem nos proporemos a integrar qualquer iniciativa de viés e estratégia meramente eleitoral, como já propõe agora a direção do PT, e outras organizações, atrelando sua iniciativa a campanhas de “Lula Livre”. Manteremos nossa coerência política e de fóruns com esse caráter não participaremos.

Tomamos a Central como polo alternativo para condução das lutas. Consideramos fundamental seguir fortalecendo a CSP-CONLUTAS como ponto de apoio às lutas e mobilizações de nossa classe contra os patrões e os governos, com independência de classe. E colocá-la a serviço da construção da mais ampla unidade de ação e em defesa de um programa mínimo emergencial são tarefas que se impõem, ainda mais, nesta conjuntura.

Na mesma dimensão torna-se necessário, juntamente a nossa luta contra as medidas de ajuste fiscal, defender o emprego, melhores condições de vida e trabalho, bem como hierarquizar a defesa das liberdades democráticas, o direito de organização, manifestações e greves e a nossa luta contra a criminalização dos movimentos sociais.

O caráter sindical e popular da nossa central carrega, nesse momento, ainda mais peso estratégico por somar e expressar de forma ativa a confluência orgânica e viva de todos os setores e segmentos que vivem do trabalho, em toda a sua dimensão territorial, camponesa e urbana.

Junta-se a essa compreensão a consciência de que somente juntos às demais organizações do movimento de massas seremos capazes de enfrentar os ataques dessa nova conjuntura. Guiados pela estratégia da construção de uma sociedade livre e igualitária e apoiados na disposição de luta de nossa classe, cremos, podemos vencer!

Realçamos tarefas fundamentais para o conjunto dos ativistas sociais. A primeira tarefa de todo ativista consciente da classe trabalhadora e da juventude é conversar com a maioria da classe e explicar os projetos do futuro governo. Alertar sobre o que vem aí. Que está se preparando um enorme ataque à aposentadoria que atingirá os mais pobres e acabará com qualquer futuro da juventude. Que vão nos atacar violentamente para entregar o Brasil aos gringos e banqueiros.

A segunda tarefa é construir a mais ampla unidade para lutar. No chão das fábricas, nos locais de trabalho e estudo, no campo e na cidade é preciso unir as lutas dos funcionários públicos, estudantes, trabalhadores do setor privado com os desempregados, a juventude, camponeses, quilombolas, negros, mulheres, LGBT e indígenas.

A terceira tarefa diz respeito à defesa das liberdades democráticas, do direito de se manifestar, de lutar, de se expressar e de se organizar. Lutar contra toda criminalização dos lutadores, dos movimentos, sindicatos e das nossas organizações.

Por fim, é preciso exigir da parte de todos os grupos, sindicatos e movimentos que organizem um plano de lutas e construam a unidade para lutar em defesa da aposentadoria, do emprego, da educação e saúde. É necessário construir uma greve geral. As direções das centrais sindicais não podem fazer o que fizeram em 2017, quando, à exceção da CSP-Conlutas, desmontaram a segunda greve geral que podia ter impedido a reforma trabalhista e, até mesmo, ter derrubado Temer. Naquele momento,

submeteram-se à estratégia de partidos como PT, Solidariedade e PCdoB, que privilegiavam as eleições e sempre estiveram dispostos a negociar reformas.

Para derrotar Bolsonaro e construir uma alternativa da classe trabalhadora, que não seja o retorno dos governos de frente popular, que nos levaram a essa situação crítica, é necessária muita luta, muita organização, muita unidade de ação. A roda da História não para de girar, os processos são dialéticos. A vitória de um governo de ultradireita pode ser o prelúdio de sua derrocada. As denúncias de corrupção contra a família Bolsonaro já começam a surgir. Seu governo não dará as respostas que seus eleitores esperam, a crise deve se aprofundar. É mais do que nunca necessária a nossa intervenção. Não há tempo para ter medo. É preciso seguir o lema de Danton: “audácia, sempre audácia, e ainda mais audácia”.

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

A privatização da Ciência e Tecnologia públicas no Brasil não é uma situação recente. Desde a criação das Fundações ditas de Apoio à Pesquisa na década de 1990 (Lei nº. 8.958/1994), ainda no governo FHC, passando pela Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004), pela Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), pelas mudanças nas Leis 8.666 e 10.973 em 2010 (Lei nº 12.349/2010), pela EC 85/2015 que inseriu a “inovação das empresas” no contexto da Ciência e Tecnologia, todas editadas durante os governos de conciliação de classes, preparando o cenário para finalmente em 2016 aprovar, com apoio de boa parte da comunidade científica, o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016).

A posição do ANDES-SN tem sido a denúncia e combate ao processo de privatização e a desresponsabilização do Estado quanto ao financiamento da Ciência e Tecnologia públicas. Também combate a inserção das parcerias público privadas nas instituições de pesquisa e ensino superior, que é onde efetivamente a Ciência e Tecnologia brasileiras têm sido desenvolvidas, que sob a justificativa de investimento direcionam a produção do conhecimento às demandas do mercado. Os danos a longo prazo e para a sociedade são secundarizados em favor de benefícios privados.

Em 2018, no governo Temer, ocorreram dois fatos a serem destacados: a aprovação do Decreto Regulamentador do MLCTI (Decreto nº 9.283/2018) e o julgamento da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 324 pelo STF, que ampliou o alcance da Lei nº 13.429/2017, que instituiu a terceirização, agora irrestrita, incluindo também a atividade fim do serviço público.

É urgente que o(a) servidor(a) público(a) e, de modo geral, a sociedade, apercebam-se que este conjunto de medidas significa a exploração da força de trabalho do(a) docente e do(a) pesquisador(a), do(a)s servidore(a)s público(a)s; a utilização da infraestrutura pública e dos já escassos recursos públicos ali investidos, para atender à demanda do mercado e do sistema financeiro, sem que, em contrapartida, qualquer efetivo benefício retorne para as instituições públicas.

Este contexto está a serviço do esvaziamento das instituições de ensino e pesquisa, pois, com a descaracterização do regime de trabalho de dedicação exclusiva, estão autorizados afastamentos de docentes visando à inovação e ao empreendedorismo, como previsto no MLCTI. É neste cenário que as instituições serão impulsionadas a ampliar a terceirização irrestrita para recompor seus quadros de docentes e pesquisadore(a)s, acentuando a precarização do trabalho docente.

Na mesma lógica caminham os sistemas de avaliação das pós-graduação, que terminam por promover uma concentração dos programas em determinadas regiões do país e estimulam o aumento da produção científica (artigos e patentes), sem que ocorra significativo impacto para a sociedade.

O quadro tende a piorar ainda mais, diante do cenário que vem se configurando desde a EC 95/2016, que restringiu o teto de investimentos públicos, à custa de manter um *superávit* para pagar a dívida pública, que não se permite auditar, sufocando, matando por inanição, a já incipiente produção de Ciência e Tecnologia brasileiras. O que se anuncia é a cobrança de cursos, maior subordinação da produção do conhecimento às necessidades privadas do mercado e do capital, o desmonte do sistema público de pesquisa e de ciência e tecnologia, o acirramento das disputas pelos editais e a subordinação dos programas de pós graduação às diretrizes da mercantilização da educação.

TR - 39

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Que o ANDES-SN:

1. Intensifique a luta pela **revogação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação** (Lei nº 13.243/2016) e da **EC 95/2016**, para que recursos públicos possam ser destinados para a Ciência e Tecnologia desenvolvida em Instituições públicas;
2. Produza ampla **campanha** de divulgação da **importância** da Ciência e Tecnologia Públicas, denunciando **o impacto** do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016 e sua regulamentação) através de:
 - a. **seminários regionais** (por regional ou inter-regionais) ou **eventos unificados** entre docentes, servidore(a)s técnico(a)-administrativo(a)s e estudantes das instituições públicas de pesquisa e ensino superior para debater o MLCTI incluindo, sempre que possível, **outras entidades**;
 - b. material em vídeo e impresso (cartilhas, adesivos etc.) para fomentar **campanhas**, utilizando também as mídias sociais e a imprensa, dando visibilidade aos:
 - i. **avanços** da Ciência e Tecnologia como fruto do investimento público na área; e
 - ii. **impactos** do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - MLCTI para a sociedade, para as Instituições de Ensino Superior (Universidades, CEFET e Institutos) e para os Centros de Pesquisa;
3. Denuncie e lute contra a ampliação da precarização do trabalho docente a partir do **afastamento de docentes das IES** por meio do **MLCTI**;
4. Apresente a pauta da defesa da C&T para a **CSP-Conlutas** para que seja incorporada à pauta da Central;
5. Através do GTCeT faça levantamento junto às seções sindicais do nível de **regulamentação** do **MLCTI** nas IES, acompanhando e **denunciando as irregularidades**;
6. Via GTCeT nacional incentive as seções sindicais a promover debate, incluindo outras entidades, sobre os sistemas de avaliação da pós-graduação no Brasil visando **subsidiar a elaboração de uma nova proposta de critérios**, permitindo o fortalecimento da pesquisa pública no país.

TEXTO 40

Contribuição do sindicalizado Zezinetto Mendes de Oliveira (ADUERN).

QUALQUER SEMELHANÇA TALVEZ NÃO SEJA MERA COINCIDÊNCIA

TEXTO DE APOIO

Em passado recente numa região do novo mundo existia uma pequena cidade que tinha na exploração da agricultura e da pecuária a base de sustentação de sua economia e de sua sociedade; essa cidade se parecia com as demais da região, com pequenas ruas e casas, além de igrejas e praças que formavam o cenário de toda e qualquer pequena cidade do interior.

A terra, o campo e a natureza eram a base de sustentação da sociedade local. Os transformadores dos recursos naturais em coisas que eram consumidas pela comunidade, os chamados trabalhadores, produziam os mais variados tipos de produtos essenciais que eram usados no dia a dia das pessoas, como roupas, calçados, alimentos, moradias e outros produtos do seu sustento.

Por muitos anos essa relação do homem com a natureza determinou a base de sustentação da sociedade, em que através do uso adequado e necessário dos recursos dados pela terra, a sociedade se desenvolvia em padrões sustentáveis e em harmonia com a natureza.

Um pequeno grupo de homens percebendo que os transformadores tinham uma capacidade de produção que poderia ir além do necessário para transformar esse excedente em algo de maior valor, se organizaram e criaram companhias que passaram a explorar tanto os recursos naturais – como fonte fornecedora, quanto os transformadores – como fonte produtora.

Com o surgimento dessas companhias, a realidade da pequena cidade começa a se transformar rapidamente. Surgem novos prédios, novas companhias e novas realidades. O que se buscava na natureza com poucos passos, agora tinha que se buscar cada vez mais distante por conta da excessiva exploração. Os transformadores passaram a trabalhar cada vez mais para poder atender as necessidades dos indivíduos que cada vez aumentava mais.

E aquele pequeno grupo de homens que crescia rapidamente a cada dia, agora são chamados de acumuladores e proprietários, detentores e controladores daquilo que determina o sustento de uma sociedade: os recursos naturais e os transformadores. Esses acumuladores e proprietários passam a determinar as relações sociais e econômicas na cidade e conseqüentemente na região. São responsáveis agora pelo destino da sociedade, porque são os detentores dos meios que geram a riqueza e, por consequência o poder.

Os transformadores que antes tinham uma relação harmoniosa com a natureza, expressada no seu modo de vida, nas suas canções e danças, e que eram vistas nas ruas e nas praças da cidade no tempo livre do seu labor. Agora são silenciados e paralisados por conta do cansaço e do pouco tempo que tem para o descanso e para o lazer.

Não existe mais tempo para apreciar a natureza numa noite de luar ou ao entardecer do sol. Não se cantavam mais a alegria do acordar e a calma do anoitecer.

Os transformadores estão silenciados e quietos porque a excessiva carga de trabalho consomem suas energias.

Três jovens trabalhadores, percebendo que, mesmo com o crescimento da cidade que resultou na construção de uma nova realidade, não se ouviam mais as belas canções acompanhadas das alegres danças da população nas ruas e nas praças da cidade, resolveram cantar uma canção que expressava a realidade vivida pelo povo da cidade naquele momento. E numa dessas praças, eles começaram a entoar uma canção:

*Não vamos parar de lutar, somos feitos para viver e morrer.
E vamos morrer lutando. Vocês já tiram nossas vidas. Todos os dias. Isso há muito tempo.*

*Agora vão ter que nos enfrentar. E conhecer a nossa revolta.
Nós somos feitos à imagem e semelhança do Criador. Por isso, temam nossa revolta.*

*São séculos de exploração. Numa guerra que já perdemos muitas batalhas.
Mas nunca nos entregamos. Vivemos da força e do suor do nosso trabalho.
E sabemos o que é sofrer para sobreviver. Por isso, temam nossa revolta.
Vai chegar o momento em que vamos parar o mundo. E o mundo vai ter que olhar para nós.*

*Não tememos a morte, pois já morremos todos os dias desde que o tempo é o tempo.
Sabemos o que é lutar pela vida. Pois são séculos de exploração, e ainda estamos aqui.
Morremos e nascemos todos os dias. Por isso, temei aqueles que sabem viver e morrer todos os dias.
Temei, nós somos a imagem e a semelhança do Criador. E podemos transformar a vida e o mundo.*

*Nós enfrentamos o calor do sol e o frio da noite. Todos os dias.
Nós enfrentamos o não ter o que comer e o não ter o que vestir. Todos os dias.
Nós enfrentamos a incerteza do se viver com a invisibilidade do existir. Todos os dias.
Nós enfrentamos a indiferença dos iguais que pensam ser diferentes. Todos os dias.*

*Não vamos parar de lutar. Nunca, jamais
Não vamos parar de lutar. Nunca, jamais
Não vamos parar de lutar. Nunca, jamais*

Os transformadores mesmo cansados e abatidos paravam para ouvir a canção que aqueles três jovens cantavam. E num momento, homens e mulheres de todas as idades passaram a cantar junto com aqueles jovens a música que falava de suas vidas. E aquele som passara a ecoar por toda cidade e região.

A canção que falava do dia a dia dos transformadores agora era cantada nas escolas, nas igrejas, nas praças, nas ruas, nas companhias e em todos os lugares. O som dessa canção começa a provocar inquietações e incômodos nos acumuladores e proprietários, pois o que se iniciou como uma canção de alento, foi se transformando num hino e num manifesto entoado pela sociedade que já não aguentava mais aquele modo de vida que lhes tiravam o sentido de viver.

Ao mesmo tempo em que aquela canção era entoada em todos os cantos da cidade e região, já não se conseguia mais ver ou ouvir aqueles três jovens rapazes que através de uma simples canção, que era cantada em uma praça, começara a mudar a realidade de um povo.

Preocupados com o sumiço daqueles jovens cantores, os transformadores buscaram as autoridades, os acumuladores e proprietários para saber do destino daqueles jovens. Tendo o silêncio como resposta.

Inconformados com a situação, os transformadores se organizaram através de cooperativas, associações e sindicatos para manifestarem suas insatisfações com o modelo de trabalho adotado pelas companhias, que muitas vezes se aproximavam de condições semelhantes à do trabalho escravo, pedindo mudanças e melhorias nas condições de trabalho e do justo reconhecimento do trabalho exercido pelos transformadores.

Mesmo com as incessantes buscas para encontrar ou saber o destino dos três jovens trabalhadores, que através de uma simples canção celebrada na praça de uma pequena cidade e que transformou a realidade de todos da região, não se via mais aqueles jovens cantando em lugar algum. Mas aquela canção que numa de suas partes dizia “*Não vamos parar de lutar. Nunca, jamais*”, continua sendo recitada em todas as partes do mundo. Como se fosse apenas três jovens cantando uma simples canção nas praças da vida.

TR – 40

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

As recentes crises econômicas que têm atingindo o mundo e mais fortemente o Brasil nos últimos tempos, resultaram em consequências negativas tanto sócias quanto econômicas que vão se manifestar por vários anos. Notadamente a classe trabalhadora torna-se a mais afetada de forma direta e fortemente porque perdem os seus empregos e sua capacidade de se sustentar dignamente, resultando numa sensação de instabilidade que lhes tiram a confiança no futuro.

Nesse sentido, buscar as garantias da retomada do crescimento da economia associada ao seu desenvolvimento de forma sustentável, torna-se emergente e necessária. A ruptura do modelo em que a classe trabalhadora sempre é mais afetada pelas crises econômicas globais, precisa ser posta em prática. A retomada da valorização da força de trabalho como elemento essencial para o crescimento e desenvolvimento das economias, torna-se uma ação urgente, principalmente nas sociedades ditas não desenvolvidas ou industrializadas.

A realidade econômica e social do Brasil nos últimos anos, vem demonstrando que os efeitos da crise desestabilizaram uma grande parte da sociedade que viram seus empregos sumirem e uma outra parte sendo ameaçada pela perda da estabilidade dos empregos ainda existentes. É um cenário que provoca incertezas tanto no presente quanto no futuro. Lutar pela mudança e transformação desse cenário para melhor, é uma ação que envolve todos os órgãos e entidades governamentais e não governamentais. Mas a ação da classe trabalhadora será determinante na construção dessa transformação.

Dessa forma, apresentamos como propostas de ações concretas para a mudança desse cenário os seguintes: a – lutar pela garantia da manutenção da estabilidade nos empregos tanto no setor público quanto no privado; b – retomada em caráter emergencial da valorização dos salários da classe trabalhadora em todos os níveis de maneira que se garanta a melhoria da qualidade vida dos trabalhadores em todos os setores; c – manutenção dos direitos adquiridos da classe trabalhadora em todos os setores da economia.

TEXTO 41

Contribuição do GTSSA-SEDUFMS

CRIAÇÃO DO ESTATUTO DE PROTEÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL PARA O PROFESSOR FEDERAL

TEXTO DE APOIO

-A vulnerabilidade do Professor Federal frente ao “Estado” (Gestão Pública) e aos Alunos.

-O professor e o aluno em pé de igualdade.

Analisando toda a legislação referente ao Professor Federal observa-se que o ordenamento jurídico apenas concede uma Proteção Econômica Financeira, no entanto quando se analisa sob o viés social e ambiental, não há proteção especial ou específica para esse profissional.

Esta análise fundamenta-se pelos inúmeros casos de professores afastados por doenças físicas e principalmente mentais, além de outros professores que permanecem em atividades com auxílio de remédios para stress, ansiedade, depressão e tantos outros sintomas oriundos da deficiência do Sistema em protegê-los como, por exemplo, os assédios por parte dos alunos e da Gestão Pública. Assim temos hoje:

1. Professor frente à Administração Pública (Gestão Pública):

– Vulnerabilidade Social e Ambiental;

2. Professor frente ao Aluno:

-Vulnerabilidade Ambiental.

Percebe-se sob o aspecto geral que quando esse profissional está FRENTE à GESTÃO PÚBLICA, representada pelo Estado, prepondera o interesse público administrativo, e frente ao aluno o ECA, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as demais normas que tem uma perspectiva totalmente protecionista ao aluno e deficiente quanto a vulnerabilidade do professor federal.

Desta forma, percebe-se que o Ordenamento Jurídico esqueceu o terceiro elemento que integra o Sistema Educacional Brasileiro: o Professor Federal que tem hoje sua autonomia profissional comprometida e conseqüentemente sua saúde física e mental, devido à vulnerabilidade social e ambiental estabelecida no Sistema Educacional.

Ressalta-se que mesmo as Comissões Permanentes de Docentes que poderiam ser Instrumentos de Apoio a Preservação dos Direitos do Professor, servem na grande maioria, de fórum de Proteção dos gestores que nomeiam para presidi-las cargos de confiança, não cumprindo assim o papel para o qual foram criadas.

TR - 41

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Pela criação do Estatuto de Proteção Social e Ambiental para o professor federal para que o mesmo não tenha apenas os seus direitos econômicos protegidos mas também a preservação de sua saúde física e mental.

TEXTO 42

Contribuição do GTCA DA SEDUFMe das sindicalizadas Juliana Petermann (SEDUFMS) e Luciana Carvalho (SEDUFMS).

TEXTO DE APOIO

Mais do que um momento conjuntural cheio de transformações, vivemos uma nova era no próprio fazer político. Uma época como nenhuma outra, e na qual a comunicação, que em momento algum deixou de estar entre as protagonistas da história, ocupa função mais central do que nunca. Hoje, sem sombra de dúvidas, podemos dizer que a comunicação é o agente prioritário na construção dos sentidos que regem a sociedade, em um processo pelo qual a classe trabalhadora – por óbvio – não passa ilesa. Além disso, nesse cenário, a comunicação, por sua íntima relação com a tecnologia, nos atropela mais que a própria conjuntura, com suas constantes e intermináveis transformações. Daí a importância vital de tornar a comunicação não apenas um objeto de ação, mas um objeto de estudo. E a luta sindical deve se prestar a essa tarefa. Do contrário, seguiremos sem entender como contrassensos científicos como a terra ser plana ou teorias conspiratórias envolvendo o uso de vacinas, alcançam mais receptividade e confiabilidade que as nossas próprias denúncias sobre as agruras da vida cotidiana no capitalismo. Agruras que a classe sente na pele, mas que compreende menos que ideias esdrúxulas e anticiência. Aliás, o pensamento científico, matéria-prima da nossa categoria, é um dos muitos poderes tradicionais postos em xeque pelas forças políticas mais nefastas, através – vejam só – do uso tático da comunicação (outro desses poderes, por exemplo, é o próprio sindicalismo). Jair Bolsonaro chegou à presidência da República por uma série de fatores, é fato, mas entre eles o de maior destaque possivelmente seja o uso metódico e habilidoso das novas ferramentas de comunicação, armas fundamentais na construção de todo e qualquer mito. É urgente que elevemos a um papel central, na prática, a reflexão a respeito da nossa comunicação, estudando e colocando em campo uma comunicação moderna, criativa e certa, assim como os novos tempos pedem. Para isso, é imprescindível a construção de um Grupo de Trabalho específico de comunicação, que aproxime e aproveite todo o conhecimento gerado em nossa base por estudiosos e estudiosas do campo, em parceria com profissionais de comunicação espalhados pelas seções sindicais de todo o país, assim como da sede nacional. Esse grupo deve cumprir o papel essencial de pensar e produzir uma comunicação que atenda aos desafios impostos não apenas por essa conjuntura, mas por essa nova era, objetivo que é prejudicado pela atual configuração do único grupo de trabalho que atualmente atende às demandas de comunicação, o Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes, o GTCA. Nessa formatação, o GTCA peca, em primeiro lugar, pela fusão de duas áreas que, apesar de possuírem interfaces, são conceitualmente diferentes. Além disso, o GTCA coloca, muitas vezes, como foco do debate, discussões que dizem respeito exclusivo a uma das duas áreas, deixando a outra deslocada ou como mera participante funcional do processo. Assim, nem comunicação e nem arte são atendidas com o devido empenho que merecem, impactando, por exemplo, na ausência de uma militância forte e realmente enraizada na base, na defesa de qualquer um dos temas.

TR - 42

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que seja criado um grupo de trabalho de comunicação social do ANDES-SN, que abarque discussões a respeito da política comunicacional da entidade e congregue docentes e profissionais de áreas como Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Produção Editorial e Design.
2. Que esse grupo de trabalho possua agenda de reuniões, assim como promova atividades desde o nível regional até o nível nacional.
3. Que seja criado um grupo de trabalho de artes, que abarque discussões sobre arte e cultura no sindicato nacional e que congregue docentes de áreas como Música, Teatro, Dança e Artes Visuais.
4. Que esse grupo de trabalho também possua agenda de reuniões e participe da proposição de atividades em nível regional e nacional.

TEXTO 43

Contribuição do GTCA DA SEDUFSMe das sindicalizadas Juliana Petermann (SEDUFSM) e Luciana Carvalho (SEDUFSM).

TEXTO DE APOIO

O objetivo do texto de resolução é que o ANDES-SN realize um seminário de caráter nacional, com a participação das seções sindicais, para definir uma política de comunicação que possa ser norteadora de toda a estrutura do sindicato, o que inclui a sede, em Brasília, e os seus braços na base, as seções sindicais.

Que possa esse seminário, que deve ter a participação não apenas de diretores dos sindicatos, mas também de profissionais das seções sindicais, e também de pesquisadores da área de comunicação, responder, entre tantas questões, por exemplo: qual a estrutura essencial para um trabalho de comunicação qualificado? Que profissionais devem estar envolvidos nesse trabalho? Qual o tamanho do investimento que um sindicato deve fazer para qualificar a comunicação?

O seminário deve ser organizado com a participação não apenas da diretoria nacional do ANDES-SN, mas também com integrantes de uma comissão indicada após reunião do GTCA nacional.

TR - 43

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN realize, em 2019, um Seminário Nacional sobre Política de Comunicação do ANDES-SN e de suas seções sindicais.

TEXTO 44

Contribuição dos sindicalizados Eduardo Antunes Dias (APROFURG) e Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).

APOIO AOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.

TEXTO DE APOIO

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior - SESU, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, publicou o Edital SESU/SETEC/SECADI/MEC Nº 2 em 5 de setembro de 2012, convocando as Instituições Federais de Educação Superior a apresentarem Projetos Pedagógicos de cursos presenciais de Licenciatura em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, em cumprimento à Resolução CNE/CEB nº 1, de 3/4/2002, ao Decreto nº 7.352, de 04/11/2010 e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO. O objetivo deste edital foi de reconhecer o modo próprio de vida social e de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, superando assim das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, além de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior para estas. Algumas destas escolas da educação básica estão localizadas em assentamentos, com a expectativa de contarem com os professores que sairão dos cursos de Licenciatura do Campo, e são estimuladas para uma nova forma de viver e conviver no campo e na cidade, respeitando o meio ambiente e incentivando a produção de alimentos saudáveis para um novo equilíbrio social e ambiental. A importância da agricultura familiar consiste na grande produção de alimentos direcionada ao mercado interno e aos programas governamentais como a merenda escolar. Segundo o IBGE (Censo Agropecuário), no Brasil, apenas 20% das terras agricultáveis pertencem aos pequenos produtores familiares. Mesmo assim, a agricultura familiar é responsável por mais de 80% dos empregos gerados no campo. Destaca-se também a sua grande importância para a fixação do homem no campo, além da geração de trabalho e renda iniciada pelo núcleo familiar.

A criação das Escolas de Agroecologia nos assentamentos e das Licenciaturas em Educação do Campo / Bacharelados em Agroecologia nas Universidades estimula o desenvolvimento da agroecologia como base de produção dos assentamentos, com vários exemplos nacionais de norte a sul. Com isso, a relação Cidade-Campo firma-se no contexto de uma alimentação saudável sustentada pelas feiras agroecológicas. Por exemplo, a 120 quilômetros da capital goiana, o município de Goiás, que tem o mesmo nome do estado do centro-oeste brasileiro, reúne no seu entorno 24 assentamentos de agricultores familiares. Os alimentos são produzidos sem agrotóxicos, em estufas, numa área de 500 metros quadrados. Os Sem Terra buscam agora a ampliação do local plantado, o cadastro de produtor rural, como já ocorre com acampados no Paraná, e a certificação orgânica da produção. No Ano de 2007, o MDA iniciou a formação de Especialista, agrônomos, Zootecnistas, Veterinários e Engenheiros Florestais para

atuarem nos assentamentos, visando fortalecer a produção agroecológica, denotando claramente o interesse da produção saudável e sustentável.

Na contramão do desenvolvimento sustentável está o agronegócio, que despeja milhares de toneladas de agrotóxicos por ano no território brasileiro, não gerando empregos ou recursos para o estado, uma vez que têm isenção fiscal sobre os agrotóxicos e sobre os produtos exportados. O emprego de mão de obra é reduzido e a pressão sobre os povos tradicionais e indígenas impõe a instabilidade no campo, com muitos casos de pistolagem envolvendo assassinatos de lideranças e de trabalhadores rurais, além de indígenas.

O presidente eleito Jair Bolsonaro já anunciou em entrevista exibida no dia 25/10/18, na TV Aparecida, que seria necessário fechar as escolas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e propôs a educação à distância para crianças em áreas rurais. Essa declaração, portanto, é uma ameaça direta às escolas do Campo e conseqüentemente aos diversos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de bacharelado em Agroecologia espalhadas nas Universidades Brasileiras, bem como uma ameaça indireta ao programa de alimentação saudável nas escolas. Desta forma, o ANDES-SN necessita urgentemente amparar os professores que atuam nestes cursos, além de defender as políticas públicas de educação para o campo e de alimentação saudável.

TR - 44

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Prestar apoio irrestrito às políticas públicas de educação do campo e de alimentação saudável.
2. Criar no ANDES-SN um conselho que desde agora planeje ações de proteção aos docentes que atuem nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de bacharelado em Agroecologia.
3. Estimular um programa de voluntariado para professores das Universidades atuarem, por módulos, nas escolas do Campo.
4. Estimular vivências acadêmicas de estudantes da IFES nas Escolas dos Assentamentos.

TEXTO 45

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lillian Silva Catenacci; Lucineide Moraes de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.

LUTA DE CLASSES NO BRASIL: ONDE ESTÃO OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS?

TEXTO DE APOIO

Escrever é um ato de autorreflexão que exige manter o otimismo, significa pensar o presente sob o alicerce dos ensinamentos do passado e, com mais ousadia, reinventar o tempo futuro. O diálogo entre Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos tem inspirado a leitura da realidade brasileira. Analiso, nesse artigo, como a esquerda, no Brasil, foi e ainda tem sido indiferente em relação à leitura da luta de classes em sua produção intelectualizada. A luta de classe tem sido silenciada pela esquerda como elemento estratégico de diagnóstico da correlação de forças na disputa do projeto de país. Dito isso, questionamos: por que a luta de classes se esvaziou como dimensão estratégica da leitura da realidade brasileira? Para onde marcha o silêncio dos intelectuais orgânicos, no Brasil?

A primeira tentativa de responder essa questão passa pela política de alianças. A aliança com as elites políticas não garantiu governabilidade, ao contrário, foi a base aliada do governo popular que deu golpe de Estado. Como analisa Boaventura Santos (2014): “entraram em alianças com forças políticas conservadoras que, historicamente treinadas para dominar o poder, foram sabendo extorquir cada vez mais concessões que acabaram por desfigurar ou eliminar os programas que mais potencial tinham para mudar as relações sociais de poder.” A esquerda brasileira, na luta pelo poder, revelou sua ingenuidade na convivência com as elites, sob a égide do “mito fundador do homem cordial”, como analisa Iannini (2015): “Somos uma pátria una, sem divisões de classe ou de raça. Esse é nosso mito fundador, que, contudo, contrasta com a percepção mais cotidiana de nossa realidade. Do alto do meu apartamento na zona sul, vejo mendigos na praça ou a favela [...]”. É sob esse julgo de dominação e de exploração que a elite brasileira tem constituído seu repertório reacionário, seu conteúdo colonial e sua ignorância indolente.

Contudo, a luta de classes não se perdeu, nem acabou com o entusiasmo da esquerda, ao assumir as funções do Estado com a eleição de governos progressistas e populares, tampouco se difundiu com a execução de programas sociais de redistribuição de renda e de redução das desigualdades sociais, condições para as classes populares e os setores operários avançarem em sua consciência de classe para luta por reformas, como defendia Rosa Luxemburgo (1988): “reforma e revolução não se opõem, mas que a luta por reformas é a maneira de educar politicamente o proletariado, de levá-lo a adquirir consciência de classe. No entanto, as reformas não alteram o caráter básico do capitalismo, nem resolvem suas contradições.” Como previsto por Karl Marx (1888), “o fim do capitalismo significaria o fim da luta de classe”. Ora, o capitalismo se mantém pujante. Por um lado, expande-se em seu processo de globalização colonial na destituição do estado social; por outro lado, coloca o Estado como campo estratégico principal de disputa para expansão do capitalismo no mundo. Diante dessa realidade, a dimensão da luta de classe como conteúdo das lutas anticapitalistas foi se perdendo como possibilidade de alternativa na correlação de força com as classes dominantes.

Apesar de esquecida nos estudos teóricos, a análise da luta de classe vai se impondo na realidade, em vários contextos do mundo e, novamente, questiona os pesquisadores, a exemplo da estudiosa do Centro de Estudos Sociais, em Portugal, Irene Ramalho (2016), que retoma essa questão ao refletir sobre a eleição de Trump: “Vejo-a [eleição de Trump] antes como o retrato fiel da degradação política, social, econômica e moral a que chegou esta nação, com os dois principais partidos a menosprezarem o governo e o serviço público – o republicano a radicalizar-se à direita e o democrático a esquecer-se da luta de classes. Ao contrário da esquerda, a direita adotou a luta de

classes como estratégia para manter sua tática de rearticulação das forças capitalistas e conservadoras para retomada do Estado como centro de seu poder e sustentação do capital.” Para isso, basta observar os ataques nos países da América Latina, destituição dos governos progressistas e o avanço de governos de extrema direita, os “homens do capital” na política sob a orientação dos organismos financeiros internacionais e dos interesses dos blocos econômicos hegemônico do globo.

Ao ignorar o capitalismo, a esquerda brasileira tem negado um de seus instrumentos principais: a correlação de forças na luta de classe. “[Homem] livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta, ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta.” Karl Marx (1888). A luta de classe estabelecida no Brasil, na atualidade, desafia os intelectuais orgânicos da esquerda dentro e fora da universidade, para sua ressignificação em torno de um projeto de “Brasil Livre” do colonialismo interno e externo que impede qualquer matriz emancipadora de sociedade.

Longe de reafirmar o discurso do “salvador” que será dirigido pelo “intelectual orgânico” das “incultas massas”, como dizia Paulo Freire (2012): “Seu discurso esperançoso às massas não é o discurso de quem se pensa libertando os outros, mas de quem convida os outros para libertarem-se juntos”. A partir dessa perspectiva, compartilhamos do conceito de intelectual orgânico defendido por Frei Betto (1985): “intelectual orgânico é aquele que, efetivamente, está ligado ao movimento popular [classes populares]¹, e cuja função é abrir o leque, abrir o ângulo e permitir que as pessoas entendam sua luta, os seus conflitos e os seus problemas, dentro de um contexto mais profundo, mais dinâmico, mais histórico e mais global.” Esse pensamento desafia a superação do individualismo, que passa, necessariamente, pela negação do intelectual profissionalizado para uma postura de intelectual orgânico. De outra forma, a realidade exige uma atitude de alteridade e coragem para ruptura com o monólogo intelectualizado.

Certamente, isso significa que os intelectuais da esquerda devem ser capazes de superar sua versão profissionalizada da velha burocracia que secundarizou a luta política; que requer o abandono do eurocentrismo que se reproduz pelo silêncio colonial de sua vida acadêmica, que requer a reinvenção da leitura da palavra a partir da leitura da realidade e que estejam passo a passo com o sonho da libertação das classes populares.

Para isso, é necessário que os intelectuais superem a ilusão da lógica capitalista entre “direitos financeiros” e direitos sociais, que materializa sua indiferença e que financia suas seis refeições diante da miséria e da fome de milhares de brasileiros; sua indiferença que financia a “segurança de suas casas”, erguidas sobre a violência que tem exterminado a juventude negra na periferia; sua indiferença por sua moradia arquitetônica, diante ainda de muitas casas de pau-a-pique; sua indiferença por ter um emprego diante de milhares de jovens desempregados ou trabalhadores em situação de escravidão, agora institucional, com o fim do Ministério do Trabalho, da qual seremos todos afetados; sua indiferença por ter um carro do ano, diante de uma maioria que depende de um péssimo e caro sistema de transporte público; sua indiferença que faz sucumbir uma posição política ativa como intelectuais orgânicos diante da ofensiva do agronegócio contra as vidas dos povos originários (indígenas), contra o movimento dos sem-terra, contra os direitos das gerações atuais e futuras de acesso à universidade.

¹ Grifos nossos.

Como dizia Gramsci (1917), “Odeio os indiferentes também, porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço contas a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe quotidianamente, do que fizeram e, sobretudo, do que não fizeram.” É a indiferença produzida pelo conhecimento mecanicista que impede qualquer possibilidade de transformação e de esperança, em um mundo, em que é cada vez mais impossível viver sem essas duas dimensões de nossa humanização.

É, mais que necessário, superar a marcha da profissionalização que viabiliza a lógica de manutenção d produtivismo científico para o capital, das desigualdades sociais e da multiplicação dos sistemas conservadores e fascistas. Diante desse contexto, indagamos: para onde marcha o silêncio dos intelectuais? Os intelectuais estão enfileirados na marcha do desenvolvimento do capitalismo, em que impera a lei do capital sob a luta por direitos para todos; profissionalizados para e pela disputa do poder que, negando a disputa de classes, tem ignorado os saberes populares. Os intelectuais marcham sobre o chão da periferia do mundo, com o *status* social de “nova classe média”, olham para as classes populares e para os oprimidos com os mesmos olhos dos colonizadores.

Os intelectuais desaprenderam a aprender com o povo, e achando que sabem tudo, seus conhecimentos definharam com a própria falência do paradigma positivista. Detentores da verdade, seus saberes se constituíram em uma relação de poder, incapaz de fazer autocrítica de sua apatia cognitiva e social. O problema de leitura da luta de classes não é matéria-prima intelectual, mas de intelectuais orgânicos comprometidos e envolvidos com os processos de emancipação e de libertação dos oprimidos, que significa sua própria libertação. É essa a tarefa que a luta de classe exige de um intelectual orgânico na reinvenção do conhecimento e de seu lugar no mundo.

Quase como inconcluso, devolvo a questão para aqueles e aquelas que lutam e acreditam que a justiça cognitiva é, obsoleta, se seu fim inviabiliza um projeto de sociedade de justiça social e um mundo humanamente justo: o que quer os intelectuais orgânicos com a produção acadêmica para o capital? Para onde marcha o silêncio dos intelectuais? Desejo que nosso silêncio, seja como aquele que veio da Marcha do Silêncio em Chiapas (1992), liderada por milhares de indígenas, cuja sintaxe é retumbante: “Nossas dores não diminuirão por nos abirmos aos que fazem sofrer o mundo. Escutaram? É o som do seu mundo desmoronando. É o do nosso ressurgindo. O dia que foi o dia, era noite. E noite será o dia que se tornará o dia.” O silêncio de sujeitos históricos, cuja participação ativa reafirma o lugar de uma epistemologia transgressora e de uma ciência descolonial.

TR -45

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Retomada da centralidade da luta de classes, situando os posicionamentos políticos do sindicato na defesa dos direitos dos trabalhadores e das classes populares e sintonia de um projeto de educação com o projeto de sociedade.
2. Articulação da produção acadêmico-universitária em sintonia com as lutas dos Movimentos Sociais, Centrais Sindicais e Entidades Representativas, no sentido de garantir a função social das universidades;

3. Incentivo a realização de Aulas Públicas e atividades acadêmicas para a discussão/garantia de um projeto de universidade pública, gratuita e democrática, em parceria com técnicos, estudantes, entidades representativas e comunidade em geral;
4. Garantia da escolha democrática dos Reitores(as) e demais dirigentes da IFES/IMES/IEES, a partir das eleições e vontade da maioria e construção de uma carta com princípios norteadores da Gestão Universitária;
5. Melhoria da articulação das lutas com o movimento estudantil, técnicos e demais setores da educação;
6. Garantia da participação e representação das Regionais nas ações do ANDES;
7. Realização de encontros com os(as) novos(as) professores(as) contratados(as) para entender seus perfis e visões político-sindicais.

TEXTO 46

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lílian Silva Catenacci; Lucineide Moraes de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.

CRISE POLÍTICA E DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA FRENTE AO AVANÇO DO GOVERNO DE EXTREMA DIREITA

TEXTO DE APOIO

A crise política brasileira é resultado do processo de globalização capitalista, enquanto processo de mundialização das economias nacionais, que instrumentaliza as “falsas crises” econômicas como campo fecundo para crises políticas. Diante dessa ofensiva, o capitalismo disputa o Estado como campo de consolidação de sua expansão colonial, não apenas territorial, mas também epistêmica. Ou seja, destitui o Estado Democrático de qualquer perspectiva de Estado Social.

A universidade tem sido um território epistemológico dessa disputa, ou seja, predomina a produção científica para o capital. Essa vulnerabilidade social da universidade perante as “crises financeiras” do capitalismo ocorre porque o conhecimento tem sido matéria-prima básica para o capital, como analisa Romão (2013). Então, como disputar um projeto de universidade democrática, pública e gratuita, diante do governo ultraliberal eleito, sem que, a luta por justiça cognitiva na universidade aprofunde as desigualdades educacionais e sociais?

Antes, importa destacar o que consideramos universidade pública – estatal, gratuita e de qualidade aquela que se concretiza pelas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão como parte e totalidade que garantem a produção do conhecimento científico universitário que se realiza na graduação e na pós-graduação para um desenvolvimento social e humanamente justo. Como ressalta Boaventura (2013) ao

dizer que “só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade”. Na produção científica para o capital, a essência da dimensão universidade, passa assumir caráter de instituição de ensino superior.

Esse cenário tem interpelado como setores organizados na universidade (docentes, discentes, técnicos) serão capazes de construir redes coletivas e articuladas para disputar o projeto de universidade. Em igual sentido, que desafios estão colocados para que a luta por justiça cognitiva na universidade esteja em sintonia com a luta por justiça social.

Como trabalhadores da educação, isso mesmo! Essa é a primeira questão que precisamos enfrentar, que significa nos reconhecer enquanto trabalhadores. Aqui reside a justiça cognitiva, ou seja, movimentar nosso conhecimento na totalidade das relações sociais. Ou seja, como qualquer outro trabalhador, temos posto de trabalho (universidade), sala de aula, realizamos assembleias departamentais, temos que mostrar produtividade, somos avaliados quanto a satisfação do cliente (avaliação dos alunos e agência de fomento), a diferença é que não somos máquinas da produtividade em alta escala. Por esse trabalho, recebemos renda mensal, como todos os outros trabalhadores assalariados, mas essa ascensão financeira (salarial) não nos eleva automaticamente como parte integrante da elite brasileira. O nosso malabarismo no primeiro dia útil do mês, representa concretamente que não somos parte da elite.

Portanto, é nosso dever moral e ético, como comunidade acadêmica garantir que aqueles que estão fora da universidade tenham acesso ao ensino superior público em condições de permanência. É nosso dever contribuir para o desenvolvimento de projetos educacionais que reduza os índices de analfabetismo em nosso Estado e na região Nordeste. Isso exige uma universidade pulsante e viva de ideias de educação, cujo princípio de justiça cognitiva seja um instrumento de justiça social, é essa a função social da universidade.

É nosso dever como educadores, garantir a autonomia da universidade diante da crise política brasileira que compromete a perspectiva humanista da universidade. Para isso, devemos construir uma pauta positiva a partir da articulação de uma ampla frente de luta dentro da universidade que deve reunir setores da educação, sindicatos e coletivos sociais organizados. Essa articulação não invisibiliza as especificidades e singularidades das lutas desses setores, ao contrário, coloca como desafio uma unidade em defesa do projeto de universidade pública.

TR -46

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realização de uma campanha nacional e eventos que debatam as conjunturas específicas com o tema "Universidade pública, direito de todos", o qual culminará com a construção de uma agenda de lutas a ser empreendida pelo ANDES.
2. Defesa irrestrita da expansão das vagas nas universidades (criação de cursos, expansão da multicampia, garantia e fortalecimento do “tripé” ensino-pesquisa-extensão), dos concursos públicos para docentes e valorização da carreira docente.
3. Promoção de um amplo debate com os variados setores da educação acerca da valorização da Universidade Pública, de qualidade e socialmente referenciada, garantia do financiamento e autonomia universitária e do direito de Cátedra.

TEXTO 47

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lílian Silva Catenacci; Lucineide Moraes de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, LIBERDADE DE CÁTEDRA E MULTICAMPIA

TEXTO DE APOIO

O tema que deve polarizar as atenções da academia nos próximos anos é a autonomia universitária. Ela não pode, todavia, ser vista como panacéia. Desde o surgimento da universidade, na Idade Média, a autonomia constituiu pressuposto básico da liberdade para a produção plena de conhecimento, ciência e tecnologia. A universidade, portanto, é criação anterior ao Estado moderno.

No Brasil, o autoritarismo estatal impediu por muito tempo o surgimento da universidade. Hoje (é necessário reconhecer), a universidade pública é instituição integrante do Estado, submetida às regras do Estado Democrático de Direito, mas não subordinada a nenhum dos seus Poderes. A natureza pública dos serviços da universidade exige controle e avaliação do Estado e da sociedade, mas isso não implica ingerência. Com base nesses pressupostos, sempre defenderemos a autonomia.

A universidade brasileira surgiu por iniciativa do poder de Estado e se expandiu na ditadura, para atender a projetos estratégicos dos militares. Esse processo a tornou uma instituição muito mais estatal do que pública. Por isso, a universidade brasileira nunca foi autônoma. Mesmo após a promulgação da Constituição de 88, a universidade pública continuou sendo extensão administrativa do poder estatal.

Agora, o governo que assumirá a partir de 2019 pretende impor mudanças no ensino superior público, reformular a BNCC e, sob o argumento da eficiência e da gestão pública, impor ao conjunto dos mais pobres da nação um modelo educacional tecnicista, voltado eminentemente para suprir a demanda por mão de obra no setor da indústria e comércio varejista. Para consolidar o projeto de desmonte da educação, o ataque às universidades surge sob o falso argumento do concentrado percentual de recursos do fundo do MEC estarem direcionados ao Ensino Superior. Para reverter esse quadro, o futuro governo propõe a tutela das universidades federais mediante a retirada da sua autonomia, supressão gradativa dos recursos públicos na educação e instituição de uma política de captação de recursos através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada, de modo afomentar o empreendedorismo e privatizar a educação. A universidade torna-se-á, portanto, uma extensão dos setores privados interessados unicamente numa proposta de Educação voltada aos interesses do capital nacional e internacional.

A Andes precisa avançar no debate sobre a ideia de que a autonomia exige a constituição de um ente jurídico voltado para o exercício autônomo de uma função

pública, não para o exercício descentralizado de uma função estatal, como é o caso das atuais autarquias universitárias. O exercício da autonomia precisa ser garantido em relação a quem mantém a instituição. A universidade pública tem de ser autônoma em relação ao Executivo; em particular, em relação à sua mantenedora.

A autonomia pressupõe uma nova relação da universidade com o Estado e com a sociedade. Ganhar o apoio da sociedade para impedir a destruição do sistema público de ciência e tecnologia exigirá da comunidade universitária romper com certas posturas corporativas e estabelecer mecanismos que permitam avaliar a quantidade e a qualidade do trabalho acadêmico. Queremos que as entidades ligadas à educação procurem elaborar uma proposta unitária de autonomia, que contemple o conjunto das entidades universitárias, para podermos, fortalecidos pela unidade, enfrentar o governo e o seu projeto de desmonte da educação em melhores condições.

A universidade precisa estar inserida em projetos de desenvolvimento nacional e regional que legitimem sua existência. É, portanto, urgente pensar as universidades nas suas múltiplas particularidades, associando, de modo prioritário, a excelência acadêmica e a qualificação profissional com os objetivos e potenciais de cada localidade. Diante do caráter concentrador das políticas públicas em áreas urbanas, as IES em formato multicampi surgem como ponto de inflexão, à medida que promovem o desenvolvimento cultural, tecnológico, científico e artístico em espaços geográficos pouco atraente ao capitalismo.

Nesse cenário, as universidades precisam se re/inventar diante dos desafios da contemporaneidade e, nesse sentido, se faz urgente construir, e que o ANDES defenda, uma proposta de universidade pública, que:

TR -47

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Defesa um sistema nacional de universidades autônomas, composto por instituições públicas (federal, estaduais e municipais), com o objetivo de assegurar alguns pressupostos básicos, tais como: 1) Financiamento público, exclusivamente para as instituições públicas e majoritariamente estatal. 2) Definição do modelo jurídico da universidade autônoma. 3) Manutenção do sistema federal de Ensino Superior, com garantia de carreira única, piso e teto salarial. 4) Avaliação institucional interna e externa. Temos de prestar contas à sociedade, que financia a universidade pública com seus impostos. 5) Gestão, escolha livre e democrática dos Reitores de cada universidade sem a interferência da Presidência da República;
2. Defesa de políticas afirmativas que supere o enorme débito do Estado brasileiro com os filhos das classes populares/trabalhadoras, cuja imensa maioria não tem acesso ao Ensino Superior, e promova novas políticas públicas de inclusão social;
3. Ampliação das vagas nas universidades públicas, possibilitando, com isso, maior mobilidade social e o uso do espaço público a serviço do alargamento da cidadania;
4. Que o MEC e os gestores das universidades em modelo multicampi compreendam o protagonismo dessas IES como propulsoras de uma proposta de universalização da educação pública, de qualidade e socialmente referenciada que supere as desigualdades regionais do Estado brasileiro, propondo, inclusive, novos aportes teórico-metodológicos no uso de tecnologias e plataforma digitais de ensino;

5. Que o ANDES-SN assumira a condição de protagonista na luta contra a proposta do próximo governo de mercantilização das universidades públicas e busque construir ao longo de 2019 uma Campanha nacional de valorização das IES.

TEXTO 48

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lillian Silva Catenacci; Lucineide Morais de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.

EM DEFESA DA AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES, DAS INSTITUIÇÕES E DOS SERVIDORES PÚBLICOS E CONTRA O DESMONTE DO ESTADO.

TEXTO DE APOIO

Os ataques às universidades nos últimos anos trouxeram para a cena pública alguns fatos que fugiram a normalidade do cotidiano das ações docentes e violaram a autonomia universitária. Como exemplo, temos o caso do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Prof. Dr. Luís Carlos Cancellier, que execrado e condenado antecipadamente pela mídia se suicidou -, destarte a necessidade de considerar a ampla defesa e o contraditório das partes envolvidas, condição que deve ser feita em juízo legal pelos atores nele envolvidos, nos chama a atenção para o contínuo e acintoso ataque às universidades públicas e a tentativa de expor agentes públicos, tentando consolidar na sociedade, a concepção de descompromisso destes com a educação e com o serviço público no país.

Para além disso, estamos assistindo a uma série de ações coercitivas por parte da Justiça contra Universidades, entidades sindicais e movimentos sociais, patrocinando nelas, mandatos de busca e apreensão de documentação e equipamentos, interrupção de atividades, notificações de esclarecimento, vistorias e ameaças de prisão de servidores(as) públicos. Tivemos mais de 29 Universidades ou sindicatos de classe, atingidas por tais práticas opressoras. Considerando que a Constituição Federal assegura a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às Universidades (art.207, caput, CRFB/88); que a liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado pelo art. 5º, IX da Constituição da República Federativa do Brasil, reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Resolução 59(I) da Assembleia Geral das Nações Unidas, e ratificado por outros instrumentos internacionais que garantem o efetivo exercício da livre expressão, manifestamos a nossa preocupação, enquanto sindicato de base, aos obstáculos criados para o livre debate de ideias e opiniões a partir das ações coercitivas da justiça e que ferem completamente a autonomia de pensamento dentro das Universidades.

Estas ações “ferem de morte” a livre iniciativa de seu corpo docente, discente e de servidores referente a qualquer tipo de manifestação de ideias. Cerceiam o exercício do direito à livre expressão e manifestação de posições político-ideológicas, princípios garantidos pela CF de 1988 e pelo regime democrático a qual estamos submetidos, direitos referendados em recente decisão do STF e que garantiu a liberdade científica e de expressão e cátedra universitária.

A ADUFPI e seus(uas) associados(as) têm acompanhado e combatido veementemente estes ataques que são impostos aos trabalhadores brasileiros, aos serviços públicos e às políticas públicas de alcance social, sobretudo à educação, à saúde, à segurança, à geração de emprego e renda, à previdência social e à política habitacional do país nos últimos anos.

Uma das formas mais cruéis de manifestação desta política fascista de desmantelamento do Estado, tanto do (des)governo Temer quanto da mídia e devendo avançar no atual projeto político do presidente recém-eleito Jair Bolsonaro, pode ser visualizado no ataque e desqualificação dos servidores e o serviço público, via retaliação em atos administrativos punitivos e, de forma mais assintosa, no corte de receitas e investimento no setor público, notadamente nas Universidades -, *locus* orgânico natural da crítica ao atual grupo político que chegou ao poder -, ameaçando o *status* da universidade no desenvolvimento da nação.

O desgaste político e moral que estes atos causam no interior do meio acadêmico e institucional são irreparáveis e, por vezes, trazem sequelas ‘capitais’ não só para as instituições públicas, mas às famílias, à sociedade e aos princípios democráticos e republicanos que devem nos orientar. Em regra, quando os direitos de defesa os colocam na situação de inocentes, os estragos produzidos pelas acusações indevidas, conduções coercitivas e achincalhamentos públicos, já não surtem efeitos de recuperação da moral “asassinada” publicamente.

Enquanto entidade classista e legítima representante da categoria docente, o ANDES deve construir estratégias de enfrentamento, em sintonia com suas AD’s, a todo e qualquer ato que, como objetivo último, deseje atingir a educação pública, os serviços públicos, buscando desqualificar socialmente o papel e importância do Estado como agente garantidor de direitos essenciais.

O ANDES precisa estar atento ao desenrolar dos acontecimentos em torno da Educação pública do nosso país e denunciante do Golpe Parlamentar-Jurídico-Midiático. Também deve situar os atuais acontecimentos envolvendo os gestores da IFES/IES/IMES como uma afronta às universidades públicas, à tentativa desenfreada de passarem a imagem destas como espaços da inoperância e do corporativismo do serviço público.

Nosso olhar sobre tais acontecimentos em sintonia com uma perspectiva de análise a nível nacional, naquilo que consideramos como uma política de desmonte do serviço público, da autonomia universitária e da educação pública enquanto direito básico dos brasileiros(as) praticada pelo governo de Michel Temer não nos furta, igualmente, de sugerir ao ANDES posturas progressistas claras, de denúncia ao Golpe, ao desmonte do Estado, dos serviços públicos e das Universidades, sendo esta a única via de enfrentamento ao que atualmente ocorre com a educação desse país.

TR -48

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1- Retorno à centralidade da luta com a atualização da análise de conjuntura, em consonância com o contexto político brasileiro, para a defesa dos direitos sociais e contra as desigualdades educacionais, em articulação com os demais setores da educação, com o intuito da aproximação de pautas e lutas gerais, evitando o isolamento do Sindicato com a sua base e demais movimentos sociais, percebido nos últimos anos.
- 2- Combate a qualquer proposta que tenha nos seus princípios a incitação ao ódio e a intolerância, o desrespeito à diferença e a constituição de projetos que primam pela implementação de regimes ditatoriais ou repressivos que desrespeito à livre manifestação de ideias e posicionamentos políticos!

TEXTO 49

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cleinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lillian Silva Catenacci; Lucineide Moraes de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.

ERRADICAR O ANALFABETISMO E DERROTAR A “ESCOLA SEM PARTIDO” NO NORDESTE

TEXTO DE APOIO

A ADUFPI evoca as forças progressistas no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e na sociedade civil organizada para organização de uma frente ampla de luta pela erradicação do analfabetismo no Nordeste. A erradicação do analfabetismo, na região Nordeste, não será possível com a implantação do Programa “Escola Sem Partido” proposta pela Lei nº 867/2015, ao contrário, agrava o corte de recursos públicos para as políticas educacionais, precariza as condições estruturais do ensino, aprofunda as desigualdades educacionais na região e aumenta os índices de pobreza e miséria no Nordeste.

É impossível pensar um projeto de desenvolvimento e justiça social, na região, sem um projeto de educação libertadora que viabilize um sistema educacional em redes escolares e não escolares para formação humana em sintonia com a realidade da região. O povo escolheu governos progressistas para governar uma região, que ainda registra os principais índices de analfabetismo do país, além de problemas educacionais estruturantes que compromete uma educação emancipadora.

O conhecimento que articula os saberes populares e os saberes científicos reafirma um projeto de ciência e tecnologia que possibilita o desenvolvimento de tecnologias sociais para erradicação da pobreza e do analfabetismo na região. Com o Programa “Escola Sem Partido” a ciência e tecnologia estarão comprometidas com a produção do conhecimento científico para o capital, com avanço da produção com agrotóxico, da mecanização do conhecimento e do sucateamento da educação presencial, modalidade necessária para sociabilidade dos sujeitos em processo de ensino

e aprendizagem. O Programa “Escola Sem Partido” visa acabar com o sentido de escola pública, gratuita e, sobretudo com seu sentido laico, porque reafirma a lógica do pensamento e da religião única.

Essa proposta abre caminho para o processo de desumanização da escola, comprometendo seu papel social na superação das desigualdades sociais como espaço formativo para superação das formas de preconceitos e discriminações e ataca sua proposta pedagógica de respeito a diversidade de sujeitos, contextos e seus saberes.

Por isso, o ANDES precisa solicitar posicionamento institucional dos governos do campo progressista para a apresentação de nota pública, como fez o governo do Maranhão e Ceará, contra o Programa “Escola Sem Partido”, como condição de defesa da liberdade de cátedra dos professores, conquista educacional necessária para o livre pensamento na produção da ciência e da tecnologia, como forma de reafirmar que o ensino das humanidades valoriza a produção de conhecimento para formação humana e que a “Escola Sem Partido” se contrapõe aos avanços necessários a erradicação do analfabetismo e igualdade de condições educacionais e sociais no Nordeste.

O Andes/SN, deve lutar pela revogação da Medida Provisória (MP) 746/16, que institui uma Contrarreforma do Ensino Médio do Brasil. O projeto aprovado pelo Senado Federal e que agora segue para sanção do presidente da República. A bem da verdade, o projeto de Estado que este governo implementa de forma imperativa não teve o crivo da sociedade, uma vez que não votou nestas propostas de reforma via sufrágio das urnas. Esta Medida Provisória de contrarreforma da educação no ensino médio, que não foi debatida com os setores da sociedade, afronta o princípio da igualdade preconizado na Constituição Federal de 1988 e agride a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao fracionar o Currículo Escolar nos chamados "itinerários formativos" que destinará aos pobres e negros deste país apenas uma formação técnica e profissional.

Ao associar educação e formação de mão de obra para o mercado de trabalho, por meio da ampliação da formação técnica e profissional, a contrarreforma em curso restringe ainda mais o acesso ao conhecimento de significativa parcela da sociedade brasileira e, por conseguinte, aos mundos da plena cidadania. Nesse aspecto, tal MP encontra-se em perfeita sintonia com outras medidas arbitrárias que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que visam, sobretudo, a retirada de direito dos trabalhadores e desmonte do Estado.

TR -49

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1- Combater o projeto “Escola sem Partido” e suas articulações para a aprovação em todas as esferas e a defesa intransigente de um Estado e educação laica no Brasil, além de posicionamento publicamente contrário aos caprichos de um governo que se recusa ao diálogo com educadores e universidade.
- 2- Garantir representação do ANDES em todos os fóruns de enfrentamento do projeto “Escola sem Partido”;
- 3- Elaborar e publicizar notas com análises técnicas do projeto “Escola sem Partido” e seus aspectos inconstitucionais, bem como os retrocessos para uma educação emancipadora.

TEXTO 50

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFPI – Seção Sindical: Ana Ester Maria Melo Moreira; Arnaud Azevedo Alves; Cledinaldo Borges Leal; Jaaziel de Carvalho Costa; Flávio Furtado de Farias; João Paulo Sales Macedo; Jurandir Gonçalves Lima; Larissa de Oliveira Fonte; Laurielson Chaves Alencar; Lillian Silva Catenacci; Lucineide Morais de Souza; Mairton Celestino da Silva; Maria do Socorro Pereira da Silva; Nilton Ferreira Bittencourt Júnior.

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: PRECONCEITOS DE RAÇA E GÊNERO, NO AMBIENTE DE TRABALHO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Sabemos que o racismo e as práticas de intolerância contra mulheres, lésbicas, gays, transgêneros, negros e indígenas são elementos presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Além de ato criminoso, tipificado em lei naquilo que denominamos de crimes de ódios, o preconceito e as intolerâncias raciais e de gênero devem ser severamente combatidas. E para combatê-las se faz com atitudes! No âmbito da ação sindical, nos últimos anos o ANDES-SN vem apoiando e construindo eventos com temáticas voltadas à publicização do assunto entre nossos associados(as), pautando com isso temas como escravidão, os racismos e intolerâncias do passado e do presente e, no plano das compreensões da formação do sindicalismo brasileiro, evidenciando as experiências de organização dos trabalhadores(as) a partir da diversidade étnica e sexual, traços característicos do sindicalismo nacional.

TR -50

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1- Promoção do debate em torno dos assédios, preconceitos de raça e gênero, no ambiente de trabalho docente;
- 2- Promoção do debate em torno da defesa dos direitos das populações tradicionais (quilombolas, indígenas, comunidades de terreiros) e a preservação dos seus espaços territoriais, além da garantia das liberdades religiosas, do direito à diferença e o respeito a diversidade originária da população brasileira;
- 3- Promoção do debate em torno da garantia dos direitos das mulheres, idosos, crianças (no que diz respeito asameaças que o ECA vem sofrendo).

TEXTO 51

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Antonio Eduardo Alves de Oliveira (APUR) e Adroaldo Oliveira (ADUFS-BA).

FORA BOLSONARO. LIBERDADE PARA LULA. COMBATER A ESCOLA COM FASCISMO NAS UNIVERSIDADES.

TEXTO DE APOIO

A política de consolidação do golpe e de aprofundamento dos ataques contra os trabalhadores teve no processo sucessório de 2018 um capítulo fundamental. Através de uma manipulação sem precedentes, através de uma série de recursos, entre os quais a fraude pura e simples, o cancelamento de títulos eleitorais, a insidiosa intervenção da imprensa golpista, entre muitos outros expedientes, a direita impôs uma grande farsa para dar aparência de legitimidade e legalidade ao regime golpista.

O ponto crucial dessa operação golpista para fraudar a vontade popular foi o impedimento, através de uma farsa judicial, da candidatura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que liderava todas as sondagens eleitorais com ampla margem. Podemos afirmar que a condenação de Lula através da operação Lava Jato pelo juiz Sergio Moro, agora indicado ministro do governo Bolsonaro, tinha como finalidade estratégica impedir a vitória do PT nas eleições de 2018.

O governo Bolsonaro não foi escolhido pelo povo, mas foi imposto pelos golpistas, isso é uma apreensão objetiva dos resultados das eleições. Neste sentido, é uma profunda capitulação da esquerda reconhecer a vitória de Bolsonaro.

De um ponto de vista da mobilização, a política de passividade, predominante na esquerda e nas direções sindicais (Andes e Proifes) diante desses ataques, em geral somente notas ou declarações, tem representado um equívoco político.

È preciso colocar a luta pelo Fora Bolsonaro de uma maneira aberta para se contrapor a ofensiva da direita. Além disso, é preciso impulsionar os comitês de luta e auto-defesa, como instrumentos para a defesa das universidades públicas e da comunidade universitária. Urgente uma ampla campanha contra a direita, através da proliferação de comitês de luta contra o golpe e contra os fascistas, levantando a bandeira de Liberdade para Lula.

Notem que a verdadeira medida de luta, ou seja a construção de comitês pela base, a diretoria do Andes não estimula, pois efetivamente não existe ação de luta por parte de uma diretoria vinculada a CSP/conlutas, que se omitiu da luta contra o golpe.

TR - 51

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Por uma frente de luta que coloque em movimento uma mobilização contra os fascistas da “escola sem partido”, pelo Fora Bolsonaro e todos os golpistas; pela Liberdade para Lula com o fortalecimento dos comitês de Luta.

TEXTO 52

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Celi Taffarel (APUB), Marize Souza Carvalho (APUB), Cássia Hack (SINDUFAP), Everaldo Andrade (ADUSP), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Liliam Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Flávio Pereira(ADUNIOESTE), Alessandra Carrijo(ADUNIOESTE), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eduardo Jorge Souza (ADUFERPE), Hélcio Batista (ADUFERPE), Isabelle Meunier (ADUFERPE), Márcia Félix (ADUFERPE), Tarcísio Augusto Silva (ADUFERPE), Flávio Dantas (ADUFERPE), Cristiano Bonneau (ADUFPB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Fernando Cunha (ADUFPB), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Helida Cristina Cavalcante Valerio (ADUFPB), Rita de Cassia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Antônio Joaquim Feitosa (ADUFPB), Eudes Baima (SINDUECE), Nelson Simões (SINDUECE), Lenúcia Moura (SINDUECE), Fred Costa (SINDUECE), Pedro Silva (SINDUECE), Joelma Albuquerque (ADUFAL), David Romão(APUR), Arlen Beltrão (APUR), Antônio Eduardo Alves De Oliveira (APUR), Paulo Riela (ADUFS-BA), Cláudio Felix (ADUSB), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Humberto Clímaco (ADUFG), Luiz Carvalho (ADCAC), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Francine Iegeslki (ADUFF), Juanito Vieira (APESJF), Giselle Moreira (APESJF), Lisleandra Machado (SINDIFSULDEMINAS), Luciana Campos (ADUFVJM), Gilberto Brito (ADUFU), Benerval P. Santos (ADUFU), Eduardo Fraga Tullio (ADUFU), Luiz Eduardo Simões (APRUMA), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Tatiana Berringer (ADUFABC), Fabio Pessoa (SINDUNIFESSPA), Cássio Augusto Guilherme (SINDUNIFESSPA), Maria Luiza Pinho Pereira (ADUnB), Ricardo Coelho de Barros (ADUFAL), Rita de Cássia Fraga Machado (SINDUEA), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI).

PELO DIREITO À LIVRE MANIFESTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO: NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

TEXTO DE APOIO

O ataque sistemático aos direitos sociais e trabalhistas, materializado na Reforma Trabalhista e na “Reforma” da Previdência pressupõe, para sua viabilidade, a criminalização das organizações e movimentos sociais, sindicais e populares. Tal estratégia está em curso por meio do projeto anunciado pelo governo eleito, baseado nos ataques de guerras multidimensionais e híbridas, que buscam caracterizar os movimentos sociais, especialmente MST e MTST, como organizações terroristas. Sinaliza, tal projeto, a ampliação e extensão para toda e qualquer luta em defesa dos direitos a caracterização de terrorismo.

Em sintonia com essa criminalização, o Governo golpista Temer publicou em 16 de outubro desse ano o Decreto 9.527/2018, que objetiva criar uma Força-Tarefa de Inteligência para analisar e compartilhar dados para produzir relatórios "com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas e a ação governamental no enfrentamento a organizações criminosas que afrontam o Estado brasileiro e as suas instituições". O teor genérico do decreto – que não define o que será considerado crime organizado nem delimita o grau de atuação do grupo responsável pela força-tarefa - é preocupante e coaduna com princípios antidemocráticos e que objetivam, na prática, criminalizar os movimentos sociais.

Trata-se de um ataque aos direitos de organização, de manifestação e expressão próprio de regimes totalitários e que é incompatível com a democracia. O combate a

qualquer alteração da legislação nesse sentido deve ser objeto destacado do plano geral de lutas do ANDES-SN.

TR - 52

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- O ANDES-SN defende a legitimidade das lutas e das organizações e movimentos sociais e mobiliza as Seções Sindicais e as forças democráticas para combater, inclusive no âmbito do Congresso Nacional, toda iniciativa de alterar a legislação no propósito de criminalizar os movimentos sociais.

- O ANDES-SN diz **Não ao Decreto 9.527/2018**, publicado por Temer, e que encampa, junto a outros movimentos sociais, a luta pela sua anulação.

TEXTO 53

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Celi Taffarel/APUB, Marize Souza Carvalho/ APUB, Cássia Hack/SINDUFAP, Everaldo Andrade/ADUSP, Alberto Handfas/ADUNIFESP, Fábio Venturini/ADUNIFESP, Marcia Morschbacher/SEDUFMS, Esmael Almeida Machado/ADUEMS, Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE, Flávio Pereira/ADUNIOESTE, Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE, Erika Suruagy/ADUFERPE, Eduardo Jorge Souza/ADUFERPE, Hélcio Batista/ADUFERPE, Isabelle Meunier/ADUFERPE, Márcia Félix/ADUFERPE, Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE, Flávio Dantas/Uferpe, Cristiano Bonneau/ADUFPB, Melina Silva Alves/ADUFPB, Fernando Cunha/ADUFPB, Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB, Edson Franco De Moraes/ADUFPB, Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB, Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB, Rita De Cassia Cavalcanti Porto/ADUFPB, Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB, Eudes Baima/SINDUECE, Nelson Simões/SINDUECE, Lenúcia Moura/SINDUECE, Fred Costa/SINDUECE, Pedro Silva/SINDUECE, Joelma Albuquerque/ADUFAL, David Romão/APUR, Arlen Beltrão/APUR, Antônio Eduardo Alves De Oliveira/APUR, Paulo Riela/ADUFES, Cláudio Felix/ADUSB, Domingos Garcia/ADUNEMAT, Humberto Clímaco/ADUFG, Luiz Carvalho/ADCAC, Marco Aurélio Gomes De Oliveira/SESDUFT, Francine Iegeslki/ADUFF, Juanito Vieira/APESJF, Giselle Moreira/APESJF, Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Campos/ADUFVJM, Gilberto Brito/ADUFU, Benerval P. Santos/ADUFU, Eduardo Fraga Tullio/ADUFU, Luiz Eduardo Simões/APRUMA, Maria Onete Lopes Ferreira/ADUFF, Tatiana Berringer/ADUFABC, Fabio Pessoa/SINDUNIFESSPA, Cássio Augusto Guilherme/SINDUNIFESSPA, Maria Luiza Pinho Pereira/ADUnB, Ricardo Coelho de Barros/ADUFAL, Rita De Cássia Fraga Machado/SIND-UEA, Maria De Lourdes Rocha Lima Nunes/ADUFPI.

AFASTA DE MIM ESTE “CALE-SE”: AMPLA UNIDADE PARA DERROTAR O “ESCOLA SEM PARTIDO”

TEXTO DE APOIO

1. Desde o fim do segundo turno se aprofundou a ofensiva, que já vinha de antes, contra a escola e o professorado por meio do chamado movimento Escola sem Partido. No último dia 28 de outubro, por exemplo, logo após o resultado das eleições presidenciais, a deputada estadual recém-eleita em Santa Catarina, Ana Caroline

Campagnolo (PSL) promoveu uma campanha nas redes sociais orientando os estudantes a filmar seus professores em sala de aula para denunciá-los por suposta “doutrinação”.

2. A iniciativa intimidatória da deputada se antecipa à tentativa de fazer avançar projeto de emenda à LDB (Projeto de Lei nº 7180, de 2014) que incluiria no seu Art. 3º, dos princípios do ensino, “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Trata-se de um ataque sem precedentes nos últimos anos à “liberdade de ensino e aprendizagem” prevista inclusive no Art. 206 da CF, que assegura ao professor o direito de “aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, garantido o pluralismo de ideias e concepções no ensino”.

3. Ao apagar das luzes do ano legislativo, a direita conseguiu ler o parecer do relator na comissão especial da Câmara, o que vinha sendo barrado pelas entidades sindicais e de estudantes, com a participação do ANDES-SN. A oposição tem adotado o recurso da obstrução, mas a matéria deve seguir para o Senado.

4. A ofensiva obscurantista integra o ataque à escola e à universidade (em particular as públicas) que se aprofundou com a edição da EC 95/2017 e, se se vale de um discurso moral, visa mesmo é a passar a política de desmonte do setor público e à introdução da privatização do ensino. Por outro lado, a chamada Escola sem Partido se inscreve no processo de esvaziamento do currículo escolar, em consonância com a contrarreforma do Ensino Médio e com a adoção da Base Curricular Comum, em fase de aprovação no Conselho Nacional de Educação.

5. Com efeito, Bolsonaro tem mencionado, embora confusamente, medidas como a introdução do sistema de *vaucher* (vales) como alternativa ao financiamento público da educação ou a cobrança de mensalidades (ou mesmo a privatização) nas universidades e institutos federais, e a quebra da carreira dos professores da esfera federal, onde as ascensões funcionais provenientes de qualificação acadêmica não seriam mais incorporadas, medidas que integrariam um novo arrocho fiscal exigido pelo imperialismo.

6. Assim, no fundo da ofensiva obscurantista contra o currículo e os conteúdos escolares e universitários, ou seja, contra o acesso das novas gerações ao acumulado da ciência, da cultura e das artes, está o desmonte do sistema escolar e universitário público.

7. O enfrentamento desta questão coloca em tela a necessidade da mais ampla unidade com o conjunto das entidades do setor da educação, bem como com consciência democrática, representada em diferentes organizações da sociedade civil. Em primeiro lugar, o ANDES-SN deve ocupar seu lugar devido no Fórum Nacional Popular de Educação, saído da CONAPE e que reúne praticamente a totalidade das entidades da educação e da juventude. Além disso, o ANDES-SN deve seguir animando, como já vem fazendo, a Frente Escola sem Mordança e Fóruns afins.

TR - 53

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

O ANDES-SN dará seguimento à luta pela Escola sem Mordança:

1. Incentivando e alimentando politicamente ações em todas as suas seções sindicais.
2. Seguir animando a Frente Escola sem Mordança e os fóruns afins que já existem em todo o país.

3. Integrando-se no Fórum Nacional Popular de Educação, saído da CONAPE, com o fim de ampliar e articular esta luta.
4. Que o Andes-SN incentive as seções sindicais a fornecerem meios de enviar o maior número possível de professores à Brasília quando nos momentos de votação do Projeto com o objetivo de compor as mobilizações que vem ocorrendo no sentido de barrar a proposta.

TEXTO 54

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Celi Taffarel/APUB, Marize Souza Carvalho/ APUB, Cássia Hack/SINDUFAP, Everaldo Andrade/ADUSP, Alberto Handfas/ADUNIFESP, Fábio Venturini/ ADUNIFESP, Marcia Morschbacher/SEDUFMS, Esmael Almeida Machado/ADUEMS, Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE, Flávio Pereira/ADUNIOESTE, Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE, Erika Suruagy/ADUFERPE, Eduardo Jorge Souza – ADUFERPE, Hélcio Batista/ADUFERPE, Isabelle Meunier/ADUFERPE, Márcia Félix/ADUFERPE, Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE, Flávio Dantas/ADUFERPE, Cristiano Bonneau/ADUFPB, Melina Silva Alves/ADUFPB, Fernando Cunha/ADUFPB, Edson Franco de Moraes/ADUFPB, Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB, Rita de Cassia Cavalcanti Porto/ADUFPB, Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB, Eudes Baima/SINDUECE, Nelson Simões/SINDUECE, Lenúcia Moura/SINDUECE, Fred Costa/SINDUECE, Pedro Silva/SINDUECE, Joelma Albuquerque/ADUFAL, David Romão/APUR, Arlen Beltrão/APUR, Antônio Eduardo Alves de Oliveira/APUR, Paulo Riela/ADUFS-BA, Cláudio Felix/ADUSB, Domingos Garcia/ADUNEMAT, Humberto Clímaco/ADUFG, Luiz Carvalho (ADCAC), Marco Aurélio Gomes de Oliveira/SESDUFT, Francine Iegeski/ADUFF, Juanito Vieira/APESJF, Giselle Moreira/ APESJF, Lisleandra Machado/ APESJF, Luciana Campos/ADUFVJM, Gilberto Brito/ADUFU, Benerval P. Santos/ADUFU, Eduardo Fraga Tullio/ADUFU, Luiz Eduardo Simões/APRUMA, Maria Onete Lopes Ferreira/ADUFF, Tatiana Berringer/ADUFABC, Fabio Pessoa/ADUNIFESSPA, Cássio Augusto Guilherme/ADUNIFESSPA, Maria Luiza Pinho Pereira/ADUnB, Ricardo Coelho de Barros/ADUFAL, Rita de Cássia Fraga Machado/SINDUEA, Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes/ADUFPI, Carime Rossi Elias/ADUFG, Arlene Carvalho de Assis Clímaco/ADUFG, Darcy Costa/ADUFG, Amoné Inácia Alves/ADUFG, Ana Lúcia da Silva/ADUFG, Rusvênia Luiza/ADUFG.

DEFENDER A DEMOCRACIA É DEFENDER LULA LIVRE

TEXTO DE APOIO

A continuidade do Golpe de 2016, que colocou Temer na presidência com o fim de entregar as estatais para os estrangeiros, destruir a legislação trabalhista e o regime solidário de previdência, reduzir os investimentos, com o sistema de controle da EC 95 e vender o Pré-sal teve sua continuidade na prisão e impedimento da candidatura de Lula (realizada pelo judiciário ao arrepio das leis e da jurisprudência), o que resultou na eleição de Bolsonaro.

A prisão de Lula é um poderoso símbolo do regime bonapartista jurídico-militar, a serviço do imperialismo que começou a se constituir com o golpe do impeachment. Símbolo de força das instituições que dão o quadro para o surgimento deste regime autoritário. Foram estas instituições que puseram Lula na cadeia, para impedi-lo de

vencer estas eleições. Cúmplices da manipulação eleitoral fraudulenta desde o 1º turno, elas assistiram à coação ilegal dos trabalhadores nas empresas, à orquestração dos TRES e PMs nas invasões de escolas, universidades e sindicatos na semana anterior ao pleito, assim como protegeram a ação também ilegal de certas igrejas. Foram estas instituições que deixaram impune o crime eleitoral do caixa 2 que financiou a indústria de fake news no Whatsapp. Não é com elas que podemos contar para resistir à extrema-direita. Para a instauração do regime de exceção, é fundamental manter Lula preso. Por isso a luta por sua liberdade é uma bandeira política da resistência que enfeixa as diversas reivindicações democráticas, ressaltada pelo perfil judicial-militar do novo governo, como atesta a indicação de Sérgio Moro como titular de um superministério.

TR - 54

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

O ANDES-SN, no quadro da luta em defesa da democracia, adota a consigna Lula Livre e reforça os comitês pela democracia e pela liberdade de Lula nas IES.

TEXTO 55

Contribuição da diretoria da Adunifesp Seção Sindical

CRIAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE GESTÃO E FEDERALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

TEXTO DE APOIO

A EBSEERH é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e prestadora de serviços exclusivamente públicos e gratuitos. A finalidade é a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

A contratação da EBSEERH pelas universidades é facultativa por meio de um contrato de gestão gratuita. Em termos de financiamento, a empresa é dependente do tesouro (100% financiamento público – MEC e Ministério da Saúde), a força de trabalho 100% admitida por meio de concurso público (Servidores públicos/RJU e empregados públicos/CLT) e o atendimento é de 100% SUS (Sistema Único de Saúde).

Vários dos hospitais universitários públicos federais foram passados à administração da EBSEERH, com exceção dos hospitais ligados às seguintes universidades federais: (i) UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (ii) UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, (iii) UFU – Universidade Federal de Uberlândia (que recentemente aderiu à EBSEERH) e (iv) UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo.

As críticas à EBSEERH são: (i) os concursados não possuem a mesma estabilidade que um servidor público porque são empregados da empresa e não da Universidade, com instabilidade no serviço à população devido à alta rotatividade; (ii) redução de autonomia universitária nos aspectos políticos e pedagógicos porque a sede da empresa é em Brasília e as decisões são tomadas a distância; (iii) a sua legislação permite que haja convênio entre o Hospital Universitário e outras consignatárias, o que pode levar à gradativa privatização e prejuízo de atendimento ao SUS e (iv) adesão à EBSEERH não precisa passar pelo debate nos Conselhos Universitários.

O caso complexo e particular do HSP permaneceu sem regulamentação até que repentinamente, em 2017, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, bloqueou as verbas do MS voltadas ao HSP alegando que, por ser um hospital privado, não faz jus aos montantes garantidos anteriormente, sugerindo inclusive que o HSP fosse repassado à EBSEERH, o que violaria o caráter facultativo de adesão à EBSEERH. O resultado ao longo do ano de 2017 foi o fechamento de setores, laboratórios e uma situação de precariedade que resultou em mortes de pacientes, encerramento de pesquisas e a completa precarização das atividades tanto de assistência quanto acadêmicas.

A Adunifesp-SSind tem se juntado à comunidade da UNIFESP na luta pela liberação de verbas e a ampliação do orçamento destinado ao SUS, bem como exige transparência na sua gestão. Ao mesmo tempo, a crise instaurada pelo Governo Federal oportuniza a intensificação da luta pelo HSP sem adesão à EBSEERH (com a administração pela universidade garantindo a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal e sem prejuízo do emprego dos celetistas envolvidos), aumentando o poder de argumentação e negociação do Andes-SN pelo fim da EBSEERH.

TR - 55

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Crie um grupo de trabalho encarregado de elaborar uma proposta de gestão dos hospitais universitários federais vinculados à EBSEERH, bem como a federalização daqueles que ainda possuem natureza jurídica distinta, para ser usada em negociações com o Governo Federal.
2. Que a proposta de federalização seja elaborada no sentido de garantir gestão 100% pública e estatal, com atendimento exclusivamente pelo SUS, bem como inclua a revisão da contratualização dos serviços prestados, no âmbito do SUS, com as secretarias Municipal e Estadual de Saúde.

TEXTO 56

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alyne Maria Barbosa de Sousa, Patricia Andrade (SINDCEFET-PI/SINDIFPI); Ana Luíza Pereira (ADUFSCar); Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE); Claudia Duran, Rosana Figueiredo (APRUMA); Daniela Batista Santos, Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB); Gelta Xavier (ADUFF); Graziela Lucci de Angelo, Gihad Mohamad (SEDUFMS); José Vitorio Zago (ADUNICAMP); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Levy Paes Barreto (ADUFERPE); Marcos Escher (APESJF); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE); Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raimundo Sergio de Farias Júnior (Sinduepa); Sandra Moreira

(ADUFPA); Sergio Darwich (Sinduepa); Vitor Wagner N. Oliveira (ADLeste); Waldir Bertúlio (ADUFMT); Wanderley Padilha (Sindunifesspa).

OPRESSÕES: UNIFICAR A CLASSE TRABALHADORA NA LUTA EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E DOS NOSSOS DIREITOS

TEXTO DE APOIO

O governo que se inicia em janeiro intensificará os ataques aos direitos da classe trabalhadora e investirá na repressão aos lutadores e lutadoras. Estarão na mira da repressão todos/as os/as ativistas. Todavia aqueles e aquelas que se organizam na resistência direta nas periferias das grandes cidades, nos acampamentos urbanos e rurais, nos quilombos e nas retomadas indígenas estarão em situação ainda de maior vulnerabilidade à repressão do Estado e de milícias autorizadas pelo governo. Essa população e lutadores/as historicamente vive no limite do alcance dos direitos democráticos e é vítima de tentativa de extermínio.

O capitalismo no campo brasileiro foi e é constituído pelo sangue indígena, negro e camponês. Em 2014² o latifúndio matou 138 indígenas, sendo 41 só no Mato Grosso do Sul, o Estado mais violento contra os povos originários. Em 2015 foram assassinados 137 indígenas pelo latifúndio, desses 36 no estado de onde se origina a futura Ministra da Agricultura de Bolsonaro. Nesses dois anos (2014 e 2015) o número de assassinatos mais do que dobrou em relação a 2013. Em 2016 houve uma pequena redução de mortes considerando todo o Brasil (118).³ Os relatórios do CIMI demonstram que a violência contra os povos originários segue uma linha de continuidade, com alguns picos, com destaque para 2014 e 2015.

Os números refletem a política de genocídio/etnocídio implementada pelo agronegócio que se utiliza dos meandros da lei para se efetivar e da complacência do Estado. As milícias armadas no campo são responsáveis por grande parte dessas mortes, e com o futuro governo esses grupos armados terão maior liberdade de ação. Não foi por acaso que a Deputada Federal pelo MS, Tereza Cristina, fora escolhida por Bolsonaro para ser Ministra da Agricultura. Expressa o que há de mais reacionário no campo brasileiro e representa a bancada da bala responsável pelo assassinato dos indígenas no MS. Todavia, ela não é tão diferente da ex-ministra de Dilma Rousseff e vice na chapa de Ciro Gomes, a pecuarista Kátia Abreu que em 7 de dezembro de 2013, antes de ser ministra e como presidente da Confederação Nacional da Agricultura (organização de classe do agronegócio), esteve em Campo Grande-MS no “leilão da resistência”, organizado pelos latifundiários para arrecadar recursos com objetivo de articular ações contra os indígenas. Neste evento esteve presente também o então deputado federal Luiz Henrique Mandeta, escolhido por Bolsonaro para ocupar o Ministério da Saúde.⁴ Isso é emblemático de como o capital agrário atua no parlamento, no executivo e no judiciário.

² Conselho Indigenista Missionário-CIMI. **Relatório: Violência contra os povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015.** <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>

³ Conselho Indigenista Missionário-CIMI. **Relatório: Violência contra os povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015.** <https://cimi.org.br/pub/Relatorio2016/relatorio2016.pdf>

⁴ <http://www.revistaforum.com.br/2013/12/09/ruralistas-organizam-leilao-da-resistencia-para-arrecadar-fundos-de-combate-aos-indios/>

O meio ambiente (em conjunto às populações tradicionais) será mais fortemente atacado no novo governo que deu indícios de abertura indiscriminada para a exploração dos recursos naturais da Amazônia. Após titubear sobre a permanência do Ministério do Meio Ambiente, Bolsonaro indicou para Ministro desta pasta o ex-secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Salles, defensor do Projeto de Lei Federal 6.290/2002 (PL do Veneno) que muda os critérios de aprovação da produção de agrotóxicos. O Ministro também questiona os números do desmatamento. Os povos da floresta estarão ainda mais ameaçados com a política entreguista que visa facilitar a exploração do solo e dos recursos da superfície amazônica.

O governo de Frente Popular perdeu a oportunidade de colocar limites mais claros na ânsia do capital no campo. Poderia, por exemplo, ter avançado na homologação das terras indígenas, como prevê a Constituição de 1988. O Relatório do CIMI de 2015 revela que nos treze anos de governo de Frente Popular foram homologadas menos áreas do que no curto governo de Fernando Collor e menos ainda do que no de Fernando Henrique Cardoso. E o governo que se instala a partir de 2019 promete ser ainda muito pior com o discurso de nenhum milímetro de delimitação de terra indígena, nem reconhecimento de terra quilombola, e tudo indica que a reforma agrária continuará estacionada, uma vez que no período dos governos do PT foi quando se teve menos assentamento, comparado aos governos de FHC⁵. Bolsonaro será um governo mais duro com o movimento indígena, quilombola e camponês, assim como com os movimentos sociais de uma forma geral.

Os números do encarceramento em massa no Brasil indicam a política de violência que atinge a população rural e urbana, especialmente da periferia. Em 2016 a população prisional no Brasil atingiu a marca de 726.712 pessoas, terceira população carcerária do mundo. 64% da população prisional é composta por pessoas negras, enquanto que a população negra brasileira acima dos 18 anos é de 53%.⁶ Em junho de 2016, conforme a mesma fonte, 40% das pessoas presas no Brasil não haviam sido ainda julgadas e condenadas. Em 2003 a população carcerária era de 308.304. Em 13 anos de governo de Frente Popular a população carcerária mais do que dobrou. No mesmo período observa-se um movimento contraditório: decresce em 11% o homicídio de mulheres brancas e aumenta em 19% o homicídio de mulheres negras.

Os governos de Frente Popular pouco fizeram para mudar essa tragédia brasileira, pelo contrário: cederam às pressões do imperialismo e da burguesia associada e impuseram diversas leis entre 2007 e 2018: Lei da Organização Criminosa (nº 12.850/2013) que possibilita que as organizações políticas sejam declaradas criminosas; Portaria Normativa de garantia da lei e da ordem (nº 3.461/2013); Lei Antiterrorismo (nº 13.260/2016), e Decreto do governo Temer criando a força-tarefa de inteligência (nº 9.527/2018). Essas leis facilitarão as investidas do governo que se instala em janeiro, pois este terá base legal para intensificar os ataques aos movimentos sociais.

Nossa atuação no próximo período será dura, especialmente para uma parte da militância que se formou ou se acostumou a lutar tendo garantias mínimas de liberdade e de alguma forma uma ressonância no Estado (o que não é a realidade da maioria do povo pobre, negro, indígena e sem terras). Todavia, a história ainda não está dada, e a atuação de nosso Sindicato e de nossa Central na construção da mais ampla unidade de ação da classe trabalhadora contra os ataques será fundamental para delinear

⁵ Instituto Socioambiental. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?** <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>.

⁶ INFOPEN. SANTOS, T. (org.) ROSA, M. I. et al (col.). *Levantamento nacional de informações. Atualização junho de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf.

alternativas e acelerarmos a crise de um governo que se elege com uma pauta moralista que encobre sua face neoliberal e entreguista. Um governo que se insere em um contexto de crise econômica e política.

TR - 56

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Convocar seminário conjunto do GTPFS, GTPAUA e GTPCGDS, com convidados de movimentos sociais do campo e da cidade, e da CSP-CONLUTAS, para debater formas de autodefesa e segurança diante do acirramento da luta de classes e dos ataques do Estado.
- Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais, com campanha de denúncia contra qualquer ataque que venha a ser desferido aos lutadores e lutadoras e ter uma política de acolhimento e solidariedade para com os/as companheiros e companheiras vitimados.
- Lutar pelo direito irrestrito de organização, manifestações, e greves.
- Exigir a anulação da sentença de primeira instância e a absolvição dos 23 ativistas que participaram das jornadas de junho/2013 e contra a Copa de 2014 no Brasil.

TEXTO 57

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFU-SSIND: Aurelino José Ferreira Filho, Benerval Pinheiro Santos, Clarice Carolina Ortiz de Camargo, Cláudia Lúcia da Costa, Eduardo Fraga Tullio, Gizelda Costa da Silva, Gilberto Augusto de Oliveira Brito, Luiz Carlos Avelino da Silva e Jorgetânia da Silva Ferreira.

EXISTIR PARA RESISTIR: APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES E SOCIAIS

TEXTO DE APOIO

Além da aceleração do processo de retirada de direitos da classe trabalhadora, a partir do impeachment de Dilma Rousseff com o governo golpista de Michel Temer, fruto do grande acordo, com frações da burguesia, judiciário, legislativo, grande imprensa, com o “Supremo e com tudo”, como afirmou Romero Jucá, a situação se agravou em 2018 com a eleição de Bolsonaro, que coloca em xeque não só os direitos sociais e as políticas públicas, mas a própria existência da democracia, com todos os limites que nossa democracia já tinha. Nesse contexto regressista, cabe-nos pensar não somente a defesa de nossos direitos como classe trabalhadora mas, sobretudo, a defesa da nossa existência como movimento sindical classista e a segurança e existência de lutadores e lutadoras. Sabemos que em nosso país a democracia é formal, sendo vivida de forma diferente por pobres, negros e negras, mulheres, LGBTs, indígenas, movimentos de lutas por terra e teto, pessoas com deficiência. Urge uma ampliação da democracia, que seja acolhedora das diferenças, promotora da igualdade. Mesmo essa democracia, nos termos de uma sociedade capitalista, está ameaçada. O presidente eleito e o ministério anunciado representam o que há de mais atrasado e conservador na sociedade brasileira. Neste contexto haverá mais espaço e legitimação do machismo, do racismo, da

LGBTfobia, do capacitismo, da desigualdade social. Bolsonaro foi eleito com discurso conservador e autoritário, prometendo combater as conquistas das mulheres, negros/as, indígenas, LGBTs, tirar a liberdade de ensino e aprendizagem e extirpar os vermelhos do país. Por conta disso não é possível desconsiderar o risco que implica para as organizações de esquerda, sindicatos, movimentos sociais. Durante a eleição várias universidades tiveram sua autonomia violada, com ações judiciais que buscavam criminalizar o debate político, assim como as seções sindicais também sofreram repressão, numa clara demonstração de fechamento do regime político. Todo este processo está em andamento, tanto por meios paralelos às leis (violando a Constituição), como demonstram o assassinato de lideranças do MST na Paraíba, no último final de semana (sábado, 08/12/2018), ou por meio institucional, como no incêndio de centenas de moradias em ocupações na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e a abordagem da Polícia Militar do Paraná (PM-PR) aos moradores da região (ocorridos na sexta-feira, 07/12/2018). Neste sentido, compreendemos que é necessário criar/fortalecer uma rede de solidariedade entre organizações do campo progressista, articuladas por um Fórum mais amplo, ao mesmo tempo em que vamos trabalhando para apoiar e defender militantes de esquerda dos processos de perseguição e criminalização. Sabemos que a luta política, o confronto com as elites truculentas de nosso país, sempre foi perigoso e muitos/as foram assassinados/as em defesa de direitos em nosso país. Ocorre que a fachada de democracia está sendo retirada e há uma legitimação da violência por parte do governo eleito, o que nos leva a preocupações com a segurança dos/as que lutam.

TR - 57

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Apoiar a criação de Associação em Defesa de Direitos Humanos, com vistas à defesa da democracia e do direito à manifestação, buscando coibir a perseguição política, a criminalização e judicialização das lutas e dos/as lutadores, com participação ativa do ANDES e das seções sindicais, garantindo, em parceria com outros sindicatos e organizações, o apoio jurídico e psicológico para as pessoas vítimas de perseguição e criminalização.

TEXTO 58

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFU-SSIND: Aurelino José Ferreira Filho, Benerval Pinheiro Santos, Clarice Carolina Ortiz de Camargo, Cláudia Lúcia da Costa, Eduardo Fraga Tullio, Gizelda Costa da Silva, Gilberto Augusto de Oliveira Brito, Luiz Carlos Avelino da Silva e Jorgetânia da Silva Ferreira.

“QUEM NÃO SE COMUNICA SE ESTRUMBICA”: FORTALECER A COMUNICAÇÃO POPULAR: APOIO À MÍDIA NINJA.

TEXTO DE APOIO

O presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, tem demonstrado ao longo de sua campanha e de seu plano de governo, um projeto político que, além de representar estritamente os interesses do grande capital, perpassa pelas ideias de militarização da vida em nome da ordem e do progresso. A democracia está em risco e a violência política e criminalização dos movimentos sociais são facetas dessa conjuntura. Como resistir e ter alternativas concretas a esse movimento são desafios postos para os diversos movimentos, como o ANDES. A unidade da luta é tarefa real para a classe trabalhadora. O momento é de resistência.

Escola com Mordança, ameaças ao serviço público, ataques à carreira estão entre os ataques à educação que exigem respostas. Nesse cenário, destacamos o papel que as mídias alternativas têm desenvolvido na sociedade, atingindo diferentes segmentos da classe trabalhadora, levando a informação e denúncias que vão ao encontro da unidade na luta em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as. As mídias contra-hegemônicas têm tido papel crucial no cenário da luta de classes. A grande mídia possui interesses explícitos de defesa da burguesia, do grande capital, interesses políticos e econômicos definidos, como bem destaca Gramsci, a imprensa é o grande partido do capital.

Segundo o jornalista mexicano Roberto Gonzales (2017), sobre as mídias hegemônicas: "Todas apoiaram golpes militares em nossa região. Todos os grandes grupos, por interesses políticos, também apoiaram a onda neoliberal dos anos 1990. Todos os grupos, o Clarín (Argentina), Mercurio (Chile), Globo, todos tiveram papel decisivo no desgaste de governos reformistas nos últimos anos. Fizeram todos os esforços e estão em uma grande ofensiva dupla de um movimento de ultraliberalismo e de negação da política". De modo que há uma necessidade de priorizar esses projetos de comunicação alternativos, livres de financiamentos que possam significar um sequestro da pauta.

O midialivismo terá um papel fundamental na resistência ao governo autoritário e conservador de Bolsonaro, que antes da posse já ataca a democracia e os direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido é preciso fortalecer iniciativas que contribuam para a difusão de informações do campo progressista, como parte da disputa de projetos em curso na sociedade brasileira. As eleições de 2018 não podem ser compreendidas só pelo papel das redes sociais. Sem analisar o peso das *fakenews* e como foram utilizadas essas redes, especialmente o *whatsapp*, não teremos uma análise completa.

Além de utilizar melhor todos os recursos da comunicação popular e comunitária, entendemos ser fundamental contribuir com as experiências de mídias alternativas em andamento. Os/as comunicadores/as populares são parte das lutas dos movimentos sociais e sua presença contribui para segurança das pessoas participantes, como no caso de ocupações, despejos, protestos. A mídia alternativa será fundamental nos enfrentamentos ao "novo" governo, nas votações em Brasília, nos processos de defesa da democracia em todo país. Neste sentido, compreendemos que as seções sindicais e o ANDES-SN devem contribuir com os custos de deslocamento, equipamentos, produção e edição.

Em função do papel que a Mídia Ninja tem desempenhado nas lutas sociais nos últimos anos, visibilizando as manifestações populares desde 2013, trazendo a notícia em tempo real, direto das manifestações e confrontos, do ponto de vista dos/as que lutam e, especialmente no papel que teve na luta contra as reformas a partir de 2016, dialogando com diversos setores do campo progressista, alcançando cada vez mais pessoas de diferentes segmentos sociais, compreendemos como sendo o grupo a ser fortalecido. Nas diferentes territorialidades os grupos de midialivismo precisam ser criados/fortalecidos, como estratégicos para a resistência no próximo período.

TR - 58

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1 – Autorizar a Diretoria do ANDES a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 3.000,00 (três mil reais) com a Mídia Ninja;
- 2 – Que as seções sindicais apoiem iniciativas da Mídia Ninja e outros movimentos de mídias alternativas, construindo lutas e resistências conjuntas.

TEXTO 59

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Eduardo Forneck (GTPAUA APROFURG), Jaqueline Durigon, (GTPAUA APROFURG), Márcia Umpierre (GTPAUA APROFURG), Tatiana Walter (GTPAUA APROFURG), Eduardo Antunes Dias (GTPAUA APROFURG), Cristiano Engelke (APROFURG)

A RESISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS

TEXTO DE APOIO

O processo de mudança da nossa relação com os recursos naturais, iniciada na *Revolução Industrial*, acabou por produzir uma nova ordem no campo, chamada comumente de *Revolução Verde*. Assim como a Revolução Industrial nas zonas urbanas, esta mudança provocou a piora das relações de uso dos recursos naturais, além de comprometer a justiça social no campo. Ao concentrar terras, intensificar o êxodo rural e degradar os ambientes, o sistema posto, ameaça tanto os ecossistemas como os modos de vida das populações tradicionais. Decorridas algumas décadas, tais mudanças nos levaram a uma situação socioambiental insustentável, na qual se intensificam ações violentas sob as populações remanescentes do campo e o envenenamento generalizado do solo, do ar, das águas e de todas as formas de vida do planeta.

Mais recentemente, no Seminário Nacional do GTPAUA sobre agrotóxicos, entre os dias 23 e 25 de novembro de 2018, foi destacado pelo Ministério Público do Trabalho as inúmeras denúncias em relação às condições de trabalho no campo: vários casos de adoecimento dos(as) trabalhadores(as) do campo com diagnóstico de câncer, suicídio, má-formação, intoxicação aguda, etc. Como agravante da situação, as indenizações no Brasil por adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos são irrisórias e humilhantes, quando comparadas com outros países, especialmente aos EUA que está entre os países que mais utiliza agrotóxicos. Parece existir uma epidemia silenciosa que afeta as populações do campo (pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores-agricultores, etc.), sobretudo daqueles mais vulneráveis. Estima-se que no Brasil, há 70 mil mortes por agrotóxicos e 22 milhões de casos de envenenamento, sendo menos de 2% dos casos notificados.

A mesma lógica do capital que degrada as condições de trabalho do campo está diretamente ligada à insegurança alimentar que a humanidade se encontra: 50% da alimentação mundial dependente de apenas três grãos (milho, trigo e arroz). Esta homogeneização da nossa alimentação concentra poder na mão de poucas indústrias, constituindo uma ameaça à soberania alimentar, ou até mesmo nacional. Nesse contexto, o grande poder político-econômico, especialmente da indústria do agrotóxico, vem pressionando para a flexibilização das leis ambientais, aprovação do pacote de

veneno (PL 6299/02), e intensificando as ações de renúncia fiscal e créditos subsidiados para o agronegócio, além da legitimação dos passivos ambientais. Em relação a este último, a NBR21 que rege o manejo com os agrotóxicos, na tentativa de reduzir tais passivos para o trabalhador do campo, é completamente descolada da realidade destes. Trata-se de uma norma feita para o agronegócio dando a falsa idéia que é possível manejar os agrotóxicos de maneira segura. Contudo, vários estudos mostram que os EPIs não protegem o trabalhador do campo, a lavagem do EPI não é viável para o pequeno agricultor.

Porém, é possível vislumbrarmos algumas ações de luta e resistência. Recentemente, no dia 4 de dezembro de 2018, foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara Federal, o texto da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA; PL 6670/16). Uma pequena batalha na luta contra o uso de agrotóxicos. A exemplo deste PL, é possível propor em cada estado, ou mesmo nos municípios, dispositivos legais semelhantes. Neste sentido, o papel dos conselhos estaduais e municipais, tanto de agricultura, quanto de meio ambiente e saúde, são colegiados-chave nesta função. A busca permanente por práticas agroecológicas parece ser o caminho acertado para lutar e resistir a esta nova crise do capital, no que tange as formas de produção do alimento do campo e a conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, a agricultura de base agroecológica se constitui como estratégia de combate e resistência, e que ainda aponta para uma saída concreta ao propor outro modelo de produção de alimento. As práticas agroecológicas alteram a relação de poder no campo e com desdobramentos na cidade, uma vez que se constitui de três eixos: produção, conhecimento e uso e conservação dos recursos naturais ou, ainda, prática, ciência e movimento social. Além de estreitar laços com os movimentos sociais, especialmente do campo, valoriza o saber tradicional como ferramenta indispensável aos modelos agroecológicos. Nesse sentido, é importante também destacar a importância do projeto das licenciaturas da Educação do Campo e das escolas do campo. Assim como a Agroecologia, a área do conhecimento da Educação do Campo, surgiu na militância dos movimentos sociais e contextualizada na realidade do campo. O papel transformador do ensinar nas diversas realidades do campo e seus recursos naturais estimulam a mudança da cultura de acumulação do capital para cultura contra-hegemônica. Assim, a Educação do Campo e a Agroecologia são práticas indissociáveis na busca pela soberania e segurança alimentar e nacional.

TR - 59

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Incentivar a promoção de Seminários Regionais do GTPAUA, articulados entre as Regionais e suas Seções Sindicais, que discutam as temáticas mais urgentes e que venham a fortalecer as lutas e resistências locais junto aos movimentos sociais, na defesa de seus territórios e da sociobiodiversidade. Estes seriam eventos de preparação e acumulação para os Seminários Nacionais do GTPAUA.
- Ocupar os espaços deliberativos locais, especialmente dos conselhos municipais e estaduais de meio ambiente, de agricultura e de saúde, para promoção de instrumentos de redução do uso de agrotóxicos e incentivo ao modelo agroecológico de produção.
- Multiplicar, nos espaços internos das IES, as feiras agroecológicas e de produção orgânica, como forma de garantir a comercialização solidária e justa e a aproximação com os diversos movimentos dos agricultores(as) agroecológicos e orgânicos.

- Na medida do possível, transformar as ações de resistência e luta dos sindicalizados na área ambiental em projetos de extensão, no que tange às ações construídas com as populações tradicionais e povos originários que atuam no sentido da resistência à expropriação dos recursos naturais, de forma a, consolidar e assegurar tais ações.
- Promover debates para desconstruir as supostas qualidades do agronegócio e mostrar as relações nefastas deste setor com políticas públicas de financiamento, isenções fiscais e perdões de dívidas, mostrando alternativas agroecológicas na produção de alimentos.

TEXTO 60

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da ADUFRJ-SSind: Alexis Saludjean, Ana Claudia Tavares, André Luis Mourão de Uzêda, André Malina, Alessandra Nicodemos, Carlos Eduardo Martins, Celéia Machado, Claudio Ribeiro, Elaine Moreira, Elen Martins da Silva Castelo Branco, Elídio Marques, Eunice Bomfim, Fernanda Vieira, Glaucia Lelis, Graça Reis, Jacqueline Girão, José Antonio Martins Simões, José Henrique Sanglard, José Miguel Bendrao Saldanha, Leila Bergold, Leticia Carvalho, Luciana Boiteux, Luciano Rodrigues de Souza Coutinho, Luís Eduardo Acosta, Marcelo Paula de Melo, Maria Coelho, Maria Cristina Miranda, Marinalva Silva Oliveira, Michelle Pereira S. Fonseca, Núbia de Oliveira Santos, Regina H. Simões Barbosa, Regina Pugliese, Renata Flores, Renato Barreto da Silva, Renato Monteiro, Rodrigo Volcan Almeida, Rogéria de Ipanema, Salatiel Menezes, Sandra Martins Souza, Selene Alves Maia, Sergio Pereira Andrade, Taís de Souza Lopes, Vania Motta, Walcyr Oliveira, Wilson Vieira.

ENFRENTAR A CONTRARREFORMA MORAL E INTELECTUAL

TEXTO DE APOIO

O triunfo eleitoral na última eleição para presidente da república de um candidato e de uma bancada parlamentar de orientação fascista em sua maioria coloca para o conjunto da classe trabalhadora renovadas tarefas de unidade, resistência e aprofundamento da luta com a finalidade de impedir que se consolide um regime fascista no país. Em nossa opinião há um entrelaçamento de tarefas predominantemente defensivas com tarefas de enfrentamento na perspectiva da retomada de iniciativas políticas que devem ser agregadas a um projeto de recomposição e reorganização das lutas da classe trabalhadora, processo este no qual o Andes-SN está empenhado.

O próximo governo que assumirá no dia 1^o de Janeiro de 2019 tem o compromisso de fazer prevalecer uma política monetária de caráter radicalmente neoliberal, alinhado com o grande capital, visando a expropriação de nossos recursos naturais, particularmente do petróleo e pré-sal; um projeto privatista, de corte dos investimentos sociais, cerceamento dos direitos sociais e apropriação privada do fundo público. Apresenta também um perfil militarista-autoritário de celebração do uso da violência como instrumento de segurança pública, criminalização da pobreza e das lutas sociais, funcional ao grande capital para controlar possíveis tensões que virão com a intensificação da barbárie resultante dessa acumulação de capital.

Postulando salvadores da Pátria, em favor da família e da sociedade, guiados e enviados pelo seu Deus, pregando a violência, a intolerância e uma única verdade. Capitaneando uma classe média insatisfeita pela sua decadência econômica e setores religiosos, emplacam na campanha eleitoral na direção de uma utopia regressiva focada

na restauração de uma idealizada família patriarcal com suas hierarquias, heteronormatividade, violência institucional intrínseca e a servidão do processo educativo formal, seja à sua visão de mundo, seja às necessidades do mercado.

Nesse sentido, as instituições de ensino superior públicas passam a ser alvo preferencial de ataques políticos, tanto como nicho de mercado, expresso pela ideia de privatização, como pelo suposto domínio da ideologia marxista, na palavra de ordem de extirpar o “marxismo cultural” das universidades. É um ataque às conquistas da modernidade ilustrada: humanismo, historicismo e razão dialética e seu projeto político fundado na fraternidade, igualdade e liberdade. Evidentemente, a expressão “marxismo cultural” é uma forma de fazer referência genérica ao pensamento crítico não se restringindo somente às diversas vertentes do marxismo.

Como formas de enfrentamento à contrarreforma moral e intelectual consideramos que o Andes-SN deve enfatizar diferentes estratégias, algumas das quais já estão em curso e formam parte do nosso patrimônio político-cultural. Entre as estratégias a serem implementadas de forma mais enfática, destacamos as seguintes:

1) Defesa intransigente da autonomia universitária como preceito constitucional que garante a autonomia na gestão financeira e patrimonial, autonomia administrativa e a liberdade de cátedra dentro das universidades, independente dos governos e dos estados onde elas estejam inseridas. É fundamental que possamos difundir a ideia para os demais setores da sociedade de que a liberdade de cátedra nas universidades é essencial na geração dos conhecimentos científico-tecnológicos, culturais e artísticos, alicerçada no diálogo e na reflexão coletiva, que são condições indispensáveis para o desenvolvimento do pensamento crítico e sistematizado, de forma a contribuir para a resolutividade dos grandes problemas nacionais inadiáveis, tais como, a superação de distintas modalidades de exclusão ou de carência socialmente estruturante, como a pobreza crônica, o analfabetismo, a quase ausência de alternativas econômicas, a exclusão social, dentre outros.

2) Divulgação e comunicação com a população para impedir que as universidades públicas e seus trabalhadores e suas trabalhadoras sejam isolados e atacados com o discurso de serem responsáveis da decadência e corrupção moral e intelectual da sociedade e, em particular, da família tradicional.

3) Resgate da memória social com relação às práticas de terrorismo de Estado durante os vinte anos de ditadura empresarial-militar. De forma inadmissível, a lei de anistia, convalidada pelo STF, na contramão da orientação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tem diluído a memória dos crimes e violações aos direitos humanos cometidos na ditadura. Vale destacar que outros países da América Latina que têm passado por estas experiências no quadro da estratégia dos EUA do Plano Condor, mesmo com leis de anistia, têm processado e condenado alguns responsáveis por estes crimes de lesa-humanidade.

4) Formação política e de defesa do pensamento crítico. Uma vez que há um movimento no governo, e em diversos aparelhos político-culturais irrigados com farto financiamento privado, que se propõe a combater e extirpar o “marxismo cultural” e considerando a constatação de que a Família, a Escola, o Estado, a Religião e o Trabalho não podem mais ser analisados e interpretados sem levar em conta as irradiações midiáticas, é necessário um forte investimento cultural sob o foco do papel contra-hegemônico e alternativo dos movimentos sociais e das camadas populares na direção da construção dos seus próprios aparelhos político-culturais. O Curso Nacional de Formação Política do Andes-SN tem se constituído num importante instrumento nestes últimos anos na mobilização, capacitação e organização da militância docente. A nova situação política impõe aprofundar a formação política e desenhar estratégias para

conservar e desenvolver o pensamento crítico nas suas diferentes formas de expressão. Nesse sentido, a criação de uma escola ou instituto de formação política ligada às lutas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras e grupos sociais oprimidos merece ser cuidadosamente avaliado.

TR - 60

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1) Que as Seções Sindicais, com o apoio das Secretarias Regionais, realizem como política nacional de mobilização e comunicação eventos periódicos e capilarizados de Universidade e Sociedade na Praça;
- 2) Que os eventos de Universidade e Sociedade na Praça, sempre que possível, sejam articulados com as atividades locais do Festival de Arte e Cultura do Andes-SN;
- 3) Fortalecer as atividades da Comissão Nacional da Verdade do Andes-SN como instrumentos de luta pela verdade, justiça e reparação no enfrentamento contemporâneo com as atitudes fascistas de celebração do terrorismo de Estado;
- 4) Que as Seções Sindicais pautem atividades de divulgação e denúncia do terrorismo de Estado acontecidas durante a ditadura empresarial-militar;
- 5) Que as Seções Sindicais promovam, assistidas pelas Secretarias Regionais, debates com a perspectiva de deliberar no próximo Conad a constituição de uma Escola de Formação Política do Andes-SN;
- 6) Que a diretoria nacional do Andes-SN apresente para o próximo Conad projeto de constituição de uma Escola de Formação Política do Andes-SN.

TEMA III- PLANO DE LUTAS DOS SETORES

CORREÇÃO DA REMUNERAÇÃO EM FACE DO REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS E DE 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM RAZÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DA LEI 13325/2016

TEXTO DE APOIO

Os Professores da atual Carreira do **MAGISTÉRIO FEDERAL (Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico)** tiveram suas carreiras criadas com a edição da Lei n. 7.596/87 e efetivamente instituída pelo Decreto n 96.664/87, que estruturou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, o PUCRCE. Durante sua trajetória sofreu sucessivas reestruturações que efetivamente levaram a várias perdas, dentre elas, a perda da relação entre os regimes de trabalhos: 20 h, 40h e 40 h com DE. Nesse sentido, propõem-se ações que viabilizem a **CORREÇÃO da remuneração em face do Regime de Trabalho de 40 h e de Dedicção Exclusiva (DE) proporcionalmente ao Regime de Trabalho de 20 h** na tabela da LEI 13.325/2016, Anexo IX, com base no PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL da ISONOMIA, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE e da PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL de REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, ainda que esta redução ocorra de Forma Indireta. Justifica-se tal solicitação tendo em vista que ambos os profissionais desenvolvem o **MESMO TRABALHO e OCUPAM O MESMO CARGO**, apenas alterando a carga horária. Foi constatado, que a hora de trabalho no Regime de 40 h sofreu redução em relação ao de 20 h, o que fere a Constituição Federal, *no Art 37 que estabelece:*

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, [...] obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998)

XV- o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Conforme NOTA TÉCNICA WAA/SM N 11/2018 “A teor da Constituição Federal tratando-se, portanto, de cargos com natureza, responsabilidade, complexidade, requisito para investidura e peculiaridades similares, a o dever da Administração de observar a necessária correspondência entre os padrões de vencimento e as demais verbas remuneratórias”.

Desta forma, a Lei 13325/2016 é inconstitucional no que se refere ao Regime de Trabalho de 40h e de 40h com DE. Além disso e, como agravante, o regime de 40 h com Dedicção Exclusiva (DE) restringe a possibilidade do professor do Magistério Federal (**Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**) de compensar a deterioração do seu salário, ganhando de forma

MUITO INFERIOR ao regime de 20 horas. Para solucionar tal discrepância, é necessário corrigir a TABELA do Anexo IX, da lei 13325/2016, da seguinte forma:

ATUALMENTE (ANEXO IX DA LEI 13325/2016)

Tabela 01:Variação Percentual da Remuneração em relação à Jornada de 20horas.

<i>Atual</i>		<i>Agosto de 2017</i>		<i>Agosto de 2018</i>		<i>Agosto de 2019</i>	
<u>Dedicação Exclusiva</u>	<u>40 horas</u>						
<u>98,83%</u>	<u>39,39%</u>	<u>99,22%</u>	<u>39,59%</u>	<u>99,61%</u>	<u>39,80%</u>	<u>100%</u>	<u>40%</u>

SUGESTÃO DE MODIFICAÇÃO

Tabela 01:Variação Percentual da Remuneração em relação à Jornada de 20 horas.

40 HORAS	DE
100%	210%

Esses PERCENTUAIS CORRESPONDEM AOS MESMOS QUE OS PROFESSORES FEDERAIS (Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino de 1º e 2º graus) RECEBIAM ANTES DE TEREM SUA CARREIRA DESESTRUTURADA (com estrutura física ampliada) E DESVALORIZADA (com aumento de atribuições e remuneração salarial condicionada a uma tabela remuneratória), ALÉM DE SEGUIR OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE DE VENCIMENTO Eda PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL de REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, ainda que esta redução ocorra de Forma Indireta.

Dessa forma o Regime de Trabalho fica:

1. Regime de Trabalho sem Dedicção de Exclusiva.

§ 1º - Com tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

§ 2º - Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas com valorização de um acréscimo de 100% sobre o regime de 20 horas.

2. Regime de Trabalho de 40 h com Dedicção Exclusiva (DE).

§1º Cumprimento em 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, com dedicação às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;

§2º Valorização de 155% sobre o Regime sem Dedicção Exclusiva (20 horas);

§3º Impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada com as exceções previstas na Lei N. 13325/2016;

Retorno de seis meses de licença sabática, assegurada à percepção da remuneração do respectivo cargo ou emprego de carreira, para docentes que atuam no Regime de Dedicção Exclusiva -DE por um período de dois anos.

TR - 61

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

REQUERER A CORREÇÃO DA REMUNERAÇÃO EM FACE DO REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS E DE 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM RAZÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DA LEI 13325/2016.

TEXTO 62

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s do GTSSA da SEDUFSM Seção Sindical.

CRIAR UMA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES VINCULADA AO MEC COMPOSTA, PARITARIAMENTE, POR REPRESENTANTES: DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, DA ANDIFES, DO CONIF, DO CONDITUF E DA ENTIDADE SINDICAL REPRESENTATIVA DO PROFESSOR FEDERAL PARA: CONSTRUIR, ANALISAR E DISCUTIR A PROPOSTA DE CARREIRA PARA O PROFESSOR FEDERAL. APÓS, ACOMPANHAR, ASSESSORAR E AVALIAR SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS IFES.

TEXTO DE APOIO

A Lei Nº 11344/2006, reestruturou as Carreiras do Ensino Superior e do Magistério de 1º e 2º Graus.

Na carreira do Magistério Superior, reestruturou em:

I Professor Titular;

II Professor Associado;

III Professor Adjunto;

IV Professor Assistente; e

V Professor Auxiliar.

Desta forma ao alterar a estrutura física da Carreira do Magistério Superior, criando a Classe do Professor Associado, totalizando dezesseis níveis, a lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma classe inferior (com quatro níveis), a posição dos docentes aposentados, que se aposentaram no topo da

carreira, Professor Adjunto IV (Professor Titular não fazia parte da carreira), bem como aos demais, ocasionando perdas significativas porque esta transposição não guardou a mesma relação com a situação na carreira antiga.

Já, para o Magistério de 1º e 2º graus, reestruturou em seis classes - A, B, C, D, E e Classe Especial. Também, ao criar a classe especial, totalizando dezesseis níveis, à lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma posição inferior, por ocasião da aposentadoria, a ocupada pelos docentes aposentados e conseqüentemente perdas.

Em 2008, novamente, os professores federais têm sua carreira reestruturada, principalmente os professores de 1º e 2º graus, os quais têm tanto a denominação de sua carreira alterada de Magistério de 1º e 2º Graus para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – quanto as suas atribuições, através da Medida Provisória Nº 431/2008, que foi convertida na Lei Nº 11784/2008.

Nessa trajetória de reestruturação, já se evidenciava perdas para categoria:

- Pela alteração na estrutura física da carreira;
- Aumento de atribuições do professor, que em grande parte comprometeu o planejamento das atividades educadoras e lesou a identidade do professor, transformando muitas vezes esse profissional em um instrutor.

Posteriormente, através da Lei Nº 12772/2012, os docentes do Magistério Superior e do EBTT passaram a fazer parte da estrutura do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal.

Finaliza-se esta trajetória de aproximadamente trinta anos com a LEI Nº 13.325/2016, na qual se tem novamente alterado a valorização do Regime de Trabalho do docente do Magistério Superior e do docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Nestas reestruturações fica evidenciada a inexistência de representação técnica das categorias quando da formulação das mesmas o que se fez refletir em significativas perdas, principalmente aos professores aposentados.

TR - 62

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

CRIAR UMA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES-CND- VINCULADA AO MEC, COM A FINALIDADE DE FORMULAR PROPOSTA DE CARREIRA, ACOMPANHAR, ASSESSORAR E AVALIAR A SUA IMPLEMENTAÇÃO, PARA O PROFESSOR FEDERAL COMPOSTA, PARITARIAMENTE, POR REPRESENTANTES DO MEC (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO), DIRIGENTES DAS IFES E ENTIDADE REPRESENTATIVA DA CATEGORIA: ANDES-SN (Membros titulares da CND do ANDES).

UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DE HIPER AJUSTE FISCAL E RESTRIÇÃO À DEMOCRACIA: NENHUM DIREITO A MENOS!

TEXTO DE APOIO

Estamos imersos em um contexto tenso e dramático no Brasil. Soluções apregoadas durante a campanha eleitoral de eliminação dos adversários, detenções em massa, e promoção do ódio estimulam que a intolerância e a violência se instalem em todo o tecido social. Todas as nações que experimentaram a valorização de preconceitos e discriminações perderam simultaneamente a perspectiva de sua diversidade e pertencimento comum. Lutaremos para que o presente e futuro do país não sejam comprometidos por perversões fiscalistas e autoritárias.

As declarações do futuro super ministro da fazenda Paulo Guedes: *“mudar o modelo econômico social-democrata (...) esse modelo social-democrata é ruim, somos prisioneiros do baixo crescimento, temos impostos altos, temos juros muito altos, comercializamos com poucos países (...)”* (Revista Exame, 28/11/2018), deixam claro a intenção de suprimir o pacto social expresso na Constituição de 1988. Mas a vitória nas eleições não autoriza ninguém a decretar a impossibilidade dos direitos sociais. E sabemos que estados de bem estar social propiciam melhores condições para a sociabilidade humana no capitalismo. Lutaremos para que os princípios e direitos promulgados pela Constituição de 1988 sejam efetivados e ampliados.

Porta-vozes de grupos empresariais, bancos e fundos de investimentos nacionais e internacionais manifestaram simpatia a Bolsonaro e ao seu *power point* apresentado como “programa” de governo, no qual frases de efeito se misturam com informações desatualizadas e falaciosas. Intercorrências na campanha e omissão do Ministério Público e do Poder Judiciário em relação aos discursos de ódio contribuíram para disseminar falsas acepções que estabelecem relações causais espúrias entre corrupção e dívida pública. Enquanto isso, os processos de concentração e centralização de capitais, destruição de postos de trabalho e exploração dos trabalhadores avançam: 1% de grandes grupos econômicos e das famílias ricas do planeta controlam a maior parte renda e da riqueza do planeta. Lutaremos para que as universidades sigam produzindo e difundindo conhecimentos e alternativas contrárias a restrição de gastos e investimentos públicos.

Bolsonaro se apresentou nas eleições como apolítico e prometeu cuidar do bem público com um governo constituído por técnicos. Entretanto, organizou seus ministérios por meio da convocação do que existe de mais representativo no campo político da direita. O Presidente eleito conjugou a mobilização de grupos políticos tradicionais com lideranças financeiras, religiosas, e também acolheu partidos “novos”, formados a partir de uma reorganização de espaços que abrigam negociações lícitas e ilícitas. Esses deslocamentos políticos permitiram a emergência “gurus” sem reconhecimento, inclusive entre os conservadores internacionais, tal como o “filósofo” que indicou dois ministros entre os quais o da educação. Também participam do governo o velho PFL (agora DEM), o mais vetusto oportunismo peemedebista e

quadros militares de alta patente que, por incrível que pareça, se apresentam como mais moderados do que seus pares civis. O governo Bolsonaro não é meramente uma composição improvisada de personagens que estavam à sombra, mas tenta se incorporar à complexidade da política global e a uma agenda de expansão do capitalismo e irrelevância da democracia e desigualdades. Lutaremos para produzir e divulgar conhecimentos e alternativas contra a despolíticação e pela reafirmação da democracia.

Estavam equivocados os que consideraram que o Bolsonarismo seria apenas um acidente de percurso e não um projeto para combater os traços sociais democratas de governos anteriores. O projeto do neoliberalismo rentista, sua inclinação à vassalagem internacional requer a desregulação radical da proteção ao trabalho e o sucateamento das políticas de educação e saúde, para atrair novos investidores privados para substituir o público. Lutaremos contra a restrições de direitos sociais. Lutaremos para organizar e fortalecer uma ampla frente democrática em defesa de direitos e valores democráticos e igualitários.

Direitos humanos, culturais, à educação e ambientais estão sendo questionados pela negação simultânea da laicidade do Estado e evidências científicas. O projeto "Escola sem Partido" nada mais é do que a "escola do outro partido", ou seja, uma imposição ideológica que afeta a livre expressão das identidades raciais, étnicas e de gênero. Valores morais conservadores devem ser devidamente respeitados no âmbito das liberdades individuais, mas não são parâmetros aceitáveis para orientar políticas públicas. Mentiras e dogmatismo já geraram repercussões sobre proteção ambiental e medidas para mitigar a crise climática. O Brasil, que detém em seu território a maior floresta tropical do planeta, não irá sediar a próxima Conferência do Clima, a COP 25, em 2019. Lutaremos contra a condenação de milhões de brasileiros às consequências de uma educação que limite perspectivas de compreensão sobre o mundo e suas possibilidades de uma vida plena.

Existem ameaças concretas de privatizar universidades públicas. Diversos integrantes e apoiadores do governo eleito emitiram declarações favoráveis à cobrança de mensalidades e críticas à suposta ineficiência dos cursos superiores públicos. Alegam gastos excessivos e desproporcionais àqueles relativos ao ensino fundamental, e que a universidade pública serve, predominantemente, a alunos ricos. Apregoam ainda que as universidades se tornaram abrigos de "comunistas" e não *loci* de produção e circulação de sentidos, sensibilidades, diálogos e conhecimentos. Na prática busca-se interditar o diálogo e o acesso de gerações futuras à universidade. Lutaremos para responder os ataques à universidade pública com outro vocabulário e outra sintaxe, uma gramática da tolerância e identificação de fraudes científicas e falsificações de fatos históricos. Lutaremos para defender a qualidade do ensino e pesquisa.

TR - 63

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1 – Lutar pela revogação da EC 95, que, como precursora do hiper ajuste fiscal vindouro, impede a alocação dos recursos apropriados para a educação.
- 2 – Lutar contra a implementação da cobrança de mensalidades na Universidade pública.
- 3 – Atuar, junto ao congresso e todas as entidades interessadas, para impedir a aprovação do projeto "Escola sem partido".

4 – Lutar contra a regressão ou supressão das políticas de inclusão relativas ao acesso à universidade.

5 – Atuar, junto a outras sociedades e entidades, pela manutenção e o fortalecimento das agências de fomento à ciência brasileira.

TEXTO 64

Contribuição da Diretoria da ADUFRJ.

PRIORIDADES PARA A ATUAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL E SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Como teremos muitos desafios nessa nova conjuntura, elencamos uma série de ações e reflexões que entendemos ser prioridades para o ANDES-SN:

Respeito aos processos democráticos de escolha de dirigentes e autonomia das universidades

Participar e apoiar a realização de consultas de acordo com as regras vigentes e exigir a nomeação daqueles ou daquelas indicados;

Ensino

Lutar pela ampliação do orçamento de custeio e investimento das universidades públicas

Estabelecer diálogos permanentes sobre a qualidade do ensino nas universidades públicas com parlamentares das três esferas de governo, Ministério Público e Poder Judiciário

Realizar e divulgar relatórios sobre os impactos das universidades públicas no ensino superior no Brasil considerando dimensões como: participação e relevância de ex-alunos na força de trabalho de setores específicos; inserção de ex-alunos em determinadas empresas e postos de trabalho governamentais e expectativas de alunos e seus familiares em relação ao ensino em universidades públicas.

Contribuir para Efetivação do Direito ao Ensino Universitário por meio da preservação de cotas; assegurar boas condições das instalações físicas das universidades, incluindo alojamentos, restaurantes universitários e acesso permanente a bibliotecas físicas e virtuais.

Lutar pela preservação e ampliação de bolsas de iniciação científica e pós-graduação, organização e ampliação de cursos interdisciplinares e disciplinas eletivas.

Exigir a garantia de bolsas e apoio para alunos provenientes de famílias de menor renda, alojamentos e restaurantes universitários suficientes e de qualidade bem como transporte e acessibilidade para deficientes físicos, acesso a serviços de saúde e apoio psicológico.

Contribuir com as administrações das universidades para a expansão do acesso à internet nas dependências das universidades públicas e organização de cursos de reforço, especialmente língua portuguesa, matemática e línguas estrangeiras

Propor e organizar atividades conjuntas com entidades estudantis e sindicatos de servidores técnico-administrativos como: cursos livres, exposições e debates sobre temas políticos prioritários, atividades culturais.

Pesquisa

Lutar pela ampliação do orçamento para ciência, tecnologia e inovação e dos fundos setoriais

Colaboração do Andes e suas seções sindicais com entidades como SBPC e ABC e presença em eventos científicos nacionais e regionais

Lutar pela ampliação e aumento do valor de bolsas de produtividade e editais de pesquisa

Extensão

Lutar por recursos para a preservação, expansão e institucionalização de projetos e atividades de extensão

Apoiar os esforços para a inclusão institucionalizada de mestres populares em atividades de ensino e pesquisa

Carreira Docente

Lutar pela efetivação dos aumentos previstos para 2019 e apresentar projeto para aumentar em termos reais os salários de ingresso e ascensão na carreira dos docentes das universidades federais; rever os critérios de escalonamento na carreira.

Participar da formulação e operacionalização dos critérios estabelecidos para ascensão horizontal e vertical na carreira

Organizar uma força-tarefa para atuação permanente no Congresso Nacional e Ministério da Educação para garantir aumentos devidos aos docentes e apresentação de projetos para carreira que sejam atraentes para novos professores bem como remunerarem adequadamente os que integram os quadros universitários

Condições Físicas dos Campi

Apoiar o uso de matrizes poupadoras de energia, reciclagem e usobicicletas nos campi e estimular a presença e da população do entorno nos campi seja para atividades físicas, seja para visitas a exposições ou atividades de ensino, pesquisa e extensão

Obter e divulgar informações sobre obras iniciadas, exigir a conclusão daquelas paradas ou abandonadas e riscos de incêndio e desabamento.

TR - 64

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 – Estruturar, priorizar e contextualizar as ações e reflexões elencadas acima.

TEXTO 65

Contribuição da diretoria da SESDUF-RR.

ADICIONAL DE FRONTEIRA- UM DIREITO A SER CONQUISTADO DE FATO

TEXTO DE APOIO

O Brasil é um país extremamente vasto no aspecto geográfico. Já no século XVI, na tentativa de “colonizar” o interior do país foi utilizada a primeira estratégia, a qual foram as bandeiradas. Sem entrar no mérito e valor daquela empreitada, o fato é que mesmo depois de cinco séculos, ainda temos uma desigualdade regional exacerbada no país, que provoca um inchamento populacional nas grandes cidades e capitais litorâneas do país e um esvaziamento da população nos locais mais distantes. Seja pelos meios de transportes precários e caríssimos, seja pelo custo de vida mais alto pelos preços dos alimentos e itens de consumo serem valorados pelo frete, seja pela carência de profissionais nas áreas de saúde, educação e cultura, entre outros.

Este desejo de grande parte da população em morar nas regiões litorâneas não é diferente na carreira de professor universitário. Considerando que profissionais que tiveram acesso aos níveis mais superiores e se tornam professores universitários em sua grande maioria ainda é oriundo destas regiões mais populosas, muitos ao encontrarem uma oportunidade de voltar a sua terra natal, onde terão o mesmo salário e menores custos, incluindo deslocamento para visitar familiares, resolvem ir embora das universidades mais distantes, permanecendo o círculo vicioso da maior qualificação nos grandes centros.

Foi criado o dispositivo legal prevendo o pagamento para diminuir esta desigualdade, em que prevê o pagamento de atividades de adicional de insalubridade, periculosidade e penosidade, neste caso conforme o artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal e artigo 61, inciso IV da Lei 8.112/93 que assim dispõem:

“CF

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

8.112/93

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:

IV - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;” (Grifo nosso).

Temos de forma bem clara e objetiva, na lei n. 8112/90, lei que rege os servidores da União, em seu art. 69, a menção ao adicional de penosidade, bem como, a citação do termo “local”, conforme se vê a seguir:

“Art. 69. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.” (Grifo nosso)

Mais adiante, a lei anteriormente citada, apresenta em seus artigos 70 e 71, como será dado a gratificação de localidade, bem como haveria por parte de “legislação específica” conforme vemos a seguir:

Art. 70. Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Art. 71. O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. (Grifo nosso)

Ademais é necessário fazer um estudo da legislação vigente referente ao caso, pois conforme pode-se verificar da Lei 8.270/91, a mesma garante a referida gratificação de localidade aos servidores públicos federais da seguinte forma:

“Art. 17. Será concedida gratificação especial de localidade aos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, conforme dispuser regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo:

a) é calculada com base nos percentuais de quinze por cento sobre o vencimento do cargo efetivo, no caso de exercício em capitais, e de trinta por cento, em outras localidades;

b) não se incorpora ao provento de aposentadoria ou disponibilidade;

c) não serve de base de cálculo de contribuição previdenciária;” (Grifo nosso).

No presente caso, percebemos que todos os servidores que estão lotados em zona de fronteira, dentro do limite de até 150 Km, conforme dispõe o artigo 20 § 2º da CF,

deverá receber a referida gratificação ou mesmo adicional, termo adequado para o presente caso.

Ocorre que apesar de reconhecer que os servidores públicos federais nestas condições tem o direito ao recebimento de tal verba, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que tão somente por meio de Regulamento próprio do Poder Executivo estes poderiam passar a receber, o que fez com que todas as ações judiciais do país fossem julgadas improcedentes, portanto não havendo mais espaço para a luta jurídica, cobrando inclusive taxas de sucumbências de professores que nunca receberam nenhum pagamento deste adicional em seu salário.

No ano de 2018, algumas categorias de servidores públicos em negociação com o Executivo Federal conseguiram incorporar este direito às suas carreiras. Diante da conquista destas categorias que trouxe um alento e esperança a nossa base, a SESDUF-RR convocou assembleia no dia 09 de fevereiro de 2018, para tratar da questão. Na assembleia, deliberou-se que não deveríamos negociar com os parlamentares federais do estado, uma vez que estes vinham sendo contrários aos direitos dos trabalhadores, mas que deveríamos levar esta reivindicação ao ANDES-SN e também ao Reitor para que este reivindicasse junto à ANDIFES tal direito.

Entendendo que a luta legítima do ANDES-SN por uma única linha do contracheque (sem gratificações ou retribuições) deve permanecer para acabar com a insegurança salarial, entendemos que assim como o trabalhador que exerce atividades com reagentes químicos, radiográficos, biológicos, etc tem o direito de receber a insalubridade e se aposentar mais cedo, antes que o organismo reflita o sofrimento causado pelo contato com agentes insalubres, assim o trabalhador que vive em regiões fronteiriças e distantes do grande centro e com todos os custos extras, alguns deles relatados no início deste texto, deve lutar pelo seu direito garantido por lei e sustentado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Neste sentido, a diretoria da SESDUF-RR, elaborou este texto para ser apreciado pela plenária do 38º Congresso e, sendo aprovado, seja incorporado ao plano de lutas do ANDES-SN, ao qual é o detentor da carta sindical e nosso representante legal e legítimo para atuar junto aos ministérios do poder executivo.

TR - 65

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Que o ANDES-SN incorpore nas negociações com o MEC e MPOG, a reivindicação ao pagamento da Gratificação de Localidade ou Adicional de Penosidade conhecido popularmente como Adicional de Fronteira às carreiras do magistério de ensino superior e de EBTT dos professores que estejam lotados em universidades ou campi localizados até 150km de distância de fronteiras com países sulamericanos.

TEXTO 66

Contribuição da Diretoria Executiva da ADUNEMAT – SSIND, e do(a)s sindicalizado(a)s Clementino Nogueira de Souza (ADUNEMAT), Laudemir Luiz Zart (ADUNEMAT), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira (ADUNEMAT), Luciana Melhoranca Moreira (ADUNEMAT), Giulianna Miguel (ADUNEMAT), Edna Luzia Almeida Sampaio (ADUNEMAT), Tânia Paula da Silva (ADUNEMAT), Dimas Santana Souza (ADUNEMAT), Heloisa Salles Gentil (ADUNEMAT), Aparecido de Assis (ADUNEMAT), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Leni Hack (ADUNEMAT), Eudes Baima (SINDUECE), Nelson Simões (SINDUECE), Lenúcia Moura (SINDUECE), Fred Costa (SINDUECE), Pedro Silva (SINDUECE).

CONSTRUIR UMA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES UNIFICADA PARA O SETOR DAS IEESs E IMESs

TEXTO DE APOIO

“A vitória da extrema-direita nas eleições de 2018 coloca para os movimentos sociais, sindicatos e demais forças progressistas da sociedade um desafio imenso. Precisamos reconhecer os enormes riscos que as forças vitoriosas na eleição representam para a democracia e para os direitos sociais, sem nos deixar abater pelo medo que, na prática, restringe o papel que devemos cumprir nesse momento histórico” (Manifesto Renova ANDES São Paulo – outubro 2018).

A eleição de Jair Bolsonaro e de diferentes governos estaduais identificados com a sua política, notadamente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, tende a colocar as universidades estaduais em situação mais difícil do que aquela em que já se encontram, como revelam os relatos do encontro nacional do setor das IEES e IMESs realizado em setembro de 2018 em Campos dos Goytacazes.

As políticas anunciadas pelos futuros ministros do presidente eleito estão alinhadas com os interesses do capital financeiro e das grandes empresas, focadas no desmonte dos serviços públicos, no corte de direitos trabalhistas e nas privatizações. O resultado dessas políticas poderá ser sentido com violência pelas universidades públicas, com ataques à sua autonomia, seu financiamento e aos direitos de servidores docentes e técnicos.

Dispersas, muitas vezes com ADs enfraquecidas e fragilizadas pela intensidade e precariedade no trabalho, os docentes das IEESs e IMESs enfrentam com muita dificuldade a luta de resistência contra os ataques que estão se intensificando contra seus direitos e garantias.

Esses ataques se materializam no achatamento e no atraso de salários, na desregulamentação da carreira com sua precarização, e no corte de recursos para manutenção e custeio, que acentua a precarização nas condições do trabalho docente.

Esse quadro difícil atinge IEES e IMES de diferentes regiões do Brasil, seja em Estados considerados mais pobres, como é o caso do Rio Grande do Norte (UERN),

seja em Estados considerados centrais e mais ricos, como são os casos das universidades estaduais do Rio de Janeiro, do Paraná ou de São Paulo.

Resultado de cortes orçamentários derivados de queda de receitas, de aumento nas isenções fiscais e de políticas de terceirizações e privatizações, as IEES e IMES estão na alça de tiro de diferentes governos estaduais. Em geral os ataques ganham a forma de cortes orçamentários que rapidamente derivam para ataques à autonomia universitária, aos planos de carreira dos docentes e técnicos administrativos, e avançam para propostas de terceirizações e privatizações. Esses ataques são embalados com discursos de que essas IEES e IMES são caras, ineficientes e trazem pouco retorno para a população. Alguns discursos chegam a caracterizar essas universidades como “elitistas”, por supostamente abrigar os jovens de extratos mais ricos da população, enquanto os mais pobres iriam para as instituições privadas de ensino superior. Daí para propostas mais identificadas com o mercado é um pulo, como aquela feita em Minas Gerais pelo governador eleito, de distribuir *voucher* para os estudantes “escolherem” a universidade em que deseja estudar, para a satisfação dos grupos privados que avançam na educação superior brasileira.

A situação das IEES e IMES estão se agravando também com o resultado da EC 95/2016 (Teto de gastos), que congelou o orçamento da União por 20 anos, e que vem sendo replicada nos Estados e Municípios de diferentes formas, embasadas na Lei Complementar 159/2016, feita sob medida para aumentar o controle da União sobre os demais entes federativos e tutelá-los à política de ajustes do imperialismo que o governo golpista implementa.

Esses ataques generalizados devem receber um tratamento especial pelo ANDES-SN, porque o seu agravamento não só fragiliza ainda mais as IEES e IMES, como abre o caminho para novos ataques às IFES.

O quadro de deterioração acelerada das IEES e IMES enfrentou forte reação da comunidade acadêmica no último período, em particular dos docentes, com grandes greves e mobilizações, que varreram os Estados, do Ceará ao Paraná, do Rio de Janeiro a Mato Grosso, mostrando grande disposição de luta e de resistência das docentes do setor, que é necessário potencializar e avançar em sua unificação nacional.

Apesar da diversidade de situações de Estado para Estado, é necessário que o ANDES-SN coloque como tarefa a articulação de ações que unifiquem as lutas dos docentes das IEES e das IMES, levantando as reivindicações básicas para todo e qualquer trabalhador: salário, carreira e condições de trabalho. O ANDES-SN deve lançar campanhas nacionais que procurem unificar ao máximo possível as diferentes situações dos docentes das IEES e IMES, construindo uma pauta de reivindicações unificada para potencializar a luta por piso salarial e plano de carreira comuns, além da luta por financiamento, com percentuais definidos e repasses obrigatórios garantidos em lei.

A luta por piso salarial, plano de carreira e definição de recursos e mecanismos de repasses certamente estão na contramão dos interesses dos banqueiros e grandes capitalistas, do governo de Jair Bolsonaro e da maioria dos governos estaduais

recentemente eleitos, mas são um poderoso mecanismo de mobilização unitária da categoria em nível nacional, ajudando a superar a sua fragmentação em nível estadual.

De outro lado, em cada Estado as seções sindicais do setor devem ser estimuladas a construir pautas unificadas com os demais servidores do Estado e dos municípios. Nesse sentido, a constituição de fóruns de servidores nos Estados e municípios, reunindo os sindicatos das diferentes carreiras, ainda que tenha o caráter amplo e heterogêneo, ajuda na mobilização e nas ações em torno de pautas comuns, como a cobrança de pagamento de salários em atraso, reajuste e recomposição salarial, concursos, defesa de planos de carreiras, entre outros pontos. A existência desses fóruns em alguns Estados tem ajudado os trabalhadores dos serviços públicos estaduais a frear parcialmente a implementação de políticas de ajustes e assegurar conquistas importantes, com o reconhecimento da população, ao compreenderem que o alvo são os serviços públicos básicos, portanto são os seus direitos como cidadãos que estão em questão.

TR - 66

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Fazer uma proposta, definida pela coordenação do setor, que seja a mais unificada possível, para um piso salarial nacional para os docentes das IEES e IMES em 2019. Uma referência para esse piso pode ser o salário mínimo do DIEESE (hoje em torno de R\$ 3.750,00), a ser adotado para o professor 20 horas com graduação. A partir desse piso a elevação de nível e de classe seguiria o plano de carreira da instituição, referenciado em titulação e tempo de serviço.
2. Lançar campanha nacional pela garantia de financiamento para as IEESs e IMESs, com percentuais definidos e repasses obrigatórios garantidos em lei, de forma que essas instituições possam exercer de fato a sua autonomia e planejar o seu funcionamento, em condições de garantir o ensino público, gratuito e de qualidade para a população onde atua. Essa campanha deve ser precedida de um estudo sobre as diferentes situações do financiamento das IEESs e IMESs, procurando formular inicialmente propostas que mais unificam essa luta, como projetos de lei que proponham a definição de percentuais e de mecanismos de repasses a instituições do setor, a ser apresentado nas assembleias legislativas dos Estados e nas câmaras dos Municípios.
3. Ajudar as ADs ligadas às IEESs e IMESs a articular nos Estados e Municípios a formação de fóruns de sindicatos e associações de servidores, como organismos de articulação das lutas em defesa dos serviços públicos, incluindo os direitos dos trabalhadores, como pagamento em dia, reposição e reajuste dos salários, defesa das carreiras, realização de concursos e melhoria nas condições de trabalho. Nos Estados onde esses fóruns já foram constituídos, as seções sindicais ligadas às IEESs e IMESs devem ser orientadas a reforçá-los como instrumento de articulação das lutas dos

servidores estaduais e municipais, e do povo pelos direitos a serviços públicos de qualidade, que atenda às suas necessidades.

TEXTO 67

Contribuição da Diretoria da ADUNEMAT e do(a)s professore(a)s sindicalizado(a)s da ADUNEMAT: Clementino N. de Souza, Laudemir Luiz Zart, Dinairan Dantas Souza, Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira, Luciana Melhorança Moreira, Giulianna Zilocchi Miguel, Edna Luzia Almeida Sampaio, Tânia Paula da Silva, Dimas Santana Neves, Heloisa Salles Gentil, Domingos Sávio da Cunha Garcia, Aparecido de Assis, Leni Hack, Luciene Neves Santos, Leonice Rodrigues Pereira, Sandra Neves, Silvia Regina Nunes.

TEXTO DE APOIO

“A vitória da extrema-direita nas eleições de 2018 coloca para os movimentos sociais, sindicatos e demais forças progressistas da sociedade um desafio imenso. Precisamos reconhecer os enormes riscos que as forças vitoriosas na eleição representam para a democracia e para os direitos sociais, sem nos deixar abater pelo medo que, na prática, restringe o papel que devemos cumprir nesse momento histórico” (Manifesto Renova ANDES São Paulo – outubro 2018).

A eleição de Jair Bolsonaro e de diferentes governos estaduais identificados com a sua política, notadamente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, tende a colocar as universidades estaduais em situação mais difícil do que aquela em que já se encontram, como revelamos relatos do encontro nacional dos setoras das IEEs e IMESs realizado em setembro de 2018 em Campos dos Goytacazes.

As políticas anunciadas pelos futuros ministros do presidente eleito estão alinhadas com os interesses do capital financeiro das grandes empresas, focadas no desmonte dos serviços públicos, no corte de direitos trabalhistas e nas privatizações. O resultado dessas políticas poderão ser sentidas com violência pelas universidades públicas, com ataques à sua autonomia, seu financiamento e aos direitos de servidores docentes e técnicos.

Dispersas, muitas vezes com ADs enfraquecidas e fragilizadas pela intensidade e precariedade do trabalho, os docentes das IEEs e IMESs enfrentam com muita dificuldade a luta de resistência contra os ataques que estão se intensificando contra seus direitos e garantias.

Esses ataques se materializam no achatamento e no atraso de salários, na desregulamentação da carreira com sua precarização, e no corte de recursos para manutenção e custeio, que acentua a precarização nas condições do trabalho docente.

Esse quadro difícil atinge IEEs e IMES de diferentes regiões do Brasil, seja em Estados considerados mais pobres, como é o caso do Rio Grande do Norte (UERN), seja em Estados considerados centrais e mais ricos, como são os casos das universidades estaduais do Rio de Janeiro, do Paraná ou de São Paulo.

Resultado de cortes orçamentários derivados de queda de receitas, de aumento nas isenções fiscais e de políticas de terceirizações e privatizações, as IEEs e IMES estão na

alça de tiro de diferentes governos estaduais. Em geral os ataques ganham a forma de cortes orçamentários que rapidamente derivam para ataques à autonomia universitária, aos planos de carreira dos docentes e técnicos administrativos, e avançam para propostas de terceirizações e privatizações. Esses ataques são embalados com discursos de que essas IEES e IMES são caras, ineficientes e trazem pouco retorno para a população. Alguns discursos chegam a caracterizar essas universidades como “elitistas”, por supostamente abrigar os jovens de extratos mais ricos da população, enquanto os mais pobres iriam para as instituições privadas de ensino superior. Daí para propostas mais identificadas com o mercado é um pulo, como aquela feita em Minas Gerais pelo governador eleito, de distribuir *vaucher* para os estudantes “escolherem” a universidade em que desejam estudar, para a satisfação dos grupos privados que avançam na educação superior brasileira.

A situação das IEES e IMES está se agravando também como resultado da EC 95/2016 (Teto de gastos), que congelou o orçamento da União por 20 anos, e que vem sendo replicada nos Estados e Municípios de diferentes formas, em base da Lei Complementar 159/2016, feita sob medida para aumentar o controle da União sobre os demais entes federativos e tutelá-los à política de ajustes do imperialismo que o governo golpista implementa.

Esses ataques generalizados devem receber um tratamento especial pelo ANDES-SN, porque o seu agravamento não só fragiliza ainda mais as IEES e IMES, como abre o caminho para novos ataques às IFES.

O quadro de deterioração acelerada das IEES e IMES enfrentou forte reação da comunidade acadêmica no último período, em particular dos docentes, com grandes greves e mobilizações, que varreram os Estados, do Ceará ao Paraná, do Rio de Janeiro a Mato Grosso, mostrando grande disposição de luta e de resistência das docentes do setor, que é necessário potencializar e avançar em sua unificação nacional.

Apesar da diversidade de situações de Estado para Estado, é necessário que o ANDES-SN coloque como tarefa

a articulação de ações que unifique as lutas dos docentes das IEES e das IMES, levantando as reivindicações básicas para todo e qualquer trabalhador: salário, carreira e condições de trabalho. O ANDES-SN deve lançar campanhas nacionais que procurem unificar a máxima possível das diferentes situações dos docentes das IEES e IMES, construindo uma pauta de reivindicações unificada para potencializar a luta por piso salarial e plano de carreira comuns, além da luta por financiamento, com percentuais definidos e repasses obrigatórios garantidos em lei.

A luta por piso salarial, plano de carreira e definição de recursos e mecanismos de repasses certamente estão na contramão dos interesses dos banqueiros e grandes capitalistas, do governo de Jair Bolsonaro e da maioria dos governos estaduais recentemente eleitos, mas são um poderoso mecanismo de mobilização unitária da categoria em nível nacional, ajudando a superar a sua fragmentação em nível estadual.

De outro lado, em cada Estado as ADs devem ser estimuladas a construir pautas unificadas com os demais servidores do Estado e dos municípios. Nesse sentido, a constituição de fóruns de servidores nos Estados e municípios, reunindo os sindicatos das diferentes carreiras, ainda que tenha o caráter amplo e heterogêneo, ajuda na mobilização e nas ações em torno de pautas comuns, como a cobrança de pagamento de salários em atraso, reajuste e recomposição salarial, concursos, defesa de planos de carreiras, entre outros pontos. A existência desses fóruns em alguns Estados tem

ajudado os trabalhadores dos serviços públicos estaduais a frear parcialmente a implementação de políticas de ajustes e assegurar conquistas importantes, com o reconhecimento da população, a compreenderem que o alvo são os serviços públicos básicos, portanto são os seus direitos como cidadãos que estão em questão.

TR - 67

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Fazer uma proposta, definida pela coordenação do setor, que seja a mais unificada possível, para um piso salarial nacional para os docentes das IEESeIMES em 2019. Um referencial para esse piso pode ser o salário mínimo do DIEESE (hoje em torno de R\$ 3.750,00), a ser adotado para o professor 20 horas com graduação. A partir desse piso a elevação de nível e de classe seguiria o plano de carreira da instituição, referenciado em titulação e tempo de serviço.
2. Lançar campanha nacional pela garantia de financiamento para as IEESS e IMESs, com percentuais definidos e repasses obrigatórios garantidos em lei, de forma que essas instituições possam exercer de fato a sua autonomia e planejar o seu funcionamento, em condições de garantir o ensino público, gratuito e de qualidade para a população onde atua. Essa campanha deve ser precedida de um estudo sobre as diferentes situações do financiamento das IEESS e IMESs, procurando formular inicialmente propostas que mais unificam essa luta, como projetos de lei que proponham a definição de percentuais e de mecanismos de repasses a instituições do setor, a ser apresentado nas assembleias legislativas dos Estados e nas câmaras dos Municípios.
3. Ajudar as ADs ligadas às IEESS e IMESs a articular nos Estados e Municípios a formação de fóruns de sindicatos e associações de servidores, como organismos de articulação das lutas em defesa dos serviços públicos, incluindo os direitos dos trabalhadores, como pagamento em dia, reposição e ajuste de salários, defesa das carreiras, realização de concursos e melhoria nas condições de trabalho. Nos Estados onde esses fóruns já foram constituídos, as ADs ligadas às IEESS e IMESs devem ser orientadas a reforçá-los como instrumento de articulação das lutas dos servidores estaduais e municipais, e do povo pelos direitos a serviços públicos de qualidade, que atenda às suas necessidades.

TEXTO 68

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alberto Handfas/ADUNIFESP; Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE; Ana Carolina Galvão Marsiglia/ADUFES; Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB; Arlen Beltrão/APUR; Cássia Hack/ADUFAP; Cássio Augusto Guilherme/ADUNIFESSPA; Celi Taffarel/APUB; Cláudio Felix/ADESB; Cláudio Lira/APUB ; Cristiano Bonneau/ADUFPB; David Romão/APUR; Domingos Garcia/ADUNEMAT; Edna Castro Oliveira/ADUFES; Edson Franco De Moraes/ADUFPB; Eduardo Jorge Souza da Silva/ADUFRPE; Eliane de Souza Cruz /ADUNIFESP; Erika Suruagy/ADUFRPE; Eliane de Souza Cruz/ADUNIFESP; Esmael Almeida Machado/UEMS; Eudes Baima/SINDUECE; Everaldo Andrade/ADUSP; Fabio Pessoa/SINDUNIFESSPA; Guilherme/SINDUNIFESSPA; Fábio Venturini/ADUNIFESP; Fernando Cunha/ADUFPB; Flávio Dantas/ADUFERPE; Flávio Pereira/ADUNIOESTE; Fred Costa/SINDUECE; Francine Iegeslki/ADUFF; Gilberto

Brito/ADUFU; Giselle Moreira/ADUFJF; Hélcio Batista/ADUFERPE; Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB; Humberto Clímaco/ADUFG; Isabelle Meunier/ADUFERPE; Joelma Albuquerque/ADUFAL; Janes Jorge/ADUNIFESP; José Tarcísio de Lima/ADUFLA; Juanito Vieira/APESJF; Lenúcia Moura/SINDUECE; Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE; Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares/ADUFES; Luiz Eduardo Simões/APRUMA; Luciana Campos/ADUFVJM; Luiz Carvalho/ADUFG (ADCAC); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos/ADUFU; Luiz Rojo/ADUFF; Marcelo Martins Barreira/ADUFES; Márcia Morschbacher/SEDUFMS; Márcia Félix/ADUFERPE; Marco Aurélio Gomes de Oliveira/SESDUFT; Mari Inez Tavares/ADUFES; Maria Onete Lopes Ferreira/ADUFF; Marize Souza Carvalho/APUB; Marlene de Fátima Cararo/ADUFES; Melina Silva Alves/ADUFPB; Odilea Dessaune de Almeida/ADUFES; Paulo Riela/ADUEFES; Pedro Silva/SINDUECE; Rita de Cassia Cavalcanti Porto/ADUFPB; Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB; Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE; Tatiana Berringer/ADUFABC.

EM DEFESA DA CATEGORIA DOCENTE, DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, CRÍTICA, DE QUALIDADE E SOCIALMENTE REFERENCIADA

TEXTO DE APOIO

- CONSIDERANDO os recentes ataques à categoria docente e às instituições de Ensino, com invasões e impedimento de atividades político-pedagógicas nos campi, bem como o incentivo de realização de denúncias, intimidações e assédio aos professores, divulgados por políticos signatários do projeto “Escola sem Partido”;
- CONSIDERANDO que essas propostas revelam desrespeito ao exercício da função do professor, atacando princípios garantidos constitucionalmente como liberdade de opinião, de livre manifestação e de cátedra;
- CONSIDERANDO o flagrante ataque à autonomia das Instituições de ensino, também garantida constitucionalmente;
- CONSIDERANDO que esse tipo de prática incentiva a animosidade, o clima de desconfiança em sala de aula, fatores esses que comprometem a qualidade do processo pedagógico de ensino e aprendizagem, que só se dá com base em uma relação de respeito e camaradagem mútua;

Diante desse grave contexto, faz-se necessária a tomada de ações concretas de enfrentamento que incluam campanhas nacionais de valorização da categoria docente e do trabalho produzido nas Universidades Federais, Estaduais e municipais, Institutos Federais, Colégios de Aplicação etc, a criação de frentes na defesa da categoria docente e da liberdade de cátedra etc.

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- O envio, às seções sindicais, de recomendação de convocação de assembleias com vistas a definir um calendário de lutas na defesa da categoria docente e das Instituições públicas de ensino. Essas assembleias devem deliberar sobre paralisação de um dia e /ou um dia nacional de lutas com manifestações nas cidades;
- As ações devem ser realizadas, sempre que possível, em parceria com sindicatos das instituições municipais e estaduais de educação, bem como frentes articuladas em torno da defesa da “Escola sem Mordada”;
- Que o Andes-SN promova uma ampla campanha nacional de defesa da categoria docente, que inclua a grande mídia nacional, redes sociais etc., que explique os direitos constitucionais dos professores, bem como saliente a importância da categoria para a produção da ciência, da tecnologia, da pesquisa, do ensino, da extensão, na formação ética, crítica e profissional;
- Que o Andes-SN produza vídeos, cartazes, adesivos, camisetas e demais materiais nacionais de valorização da categoria docente.
- Que as seções sindicais do Andes-SN divulguem recomendações de como agir no caso de intimidações e assédios aos professores, além da disponibilização de assessoria jurídica.
- Que as Seções sindicais, reivindiquem nas IFs, via Conselhos Universitários, a criação de Resoluções Internas, que garantam a liberdade de Cátedra, que façam cumprir os critérios de uso de aparelhos celulares e demais tecnologias quando de caráter não pedagógico e que forneça demais instrumentos de defesa do trabalho docente.

TEXTO 69

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alberto Handfas/ADUNIFESP; Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE; Ana Carolina Galvão Marsiglia/ADUFES; Antônio Joaquim Feitosa/ADUFPB; Arlen Beltrão/ APUR; Cássia Hack/SINDUFAP; Cássio Augusto Guilherme/SINDUNIFESSPA; Celi Taffarel/APUB; Cláudio Felix/ADUSB; Cláudio Lira/APUB; Cristiano Bonneau/ADUFPB; Cristina Simões Bezerra/APESJF; David Romão/APUR; Domingos Garcia/ADUNEMAT; Edna Castro Oliveira/ADUFES; Edson Franco De Moraes/ADUFPB; Eduardo Jorge Souza Da Silva/ADUFRPE; Eliane De Souza Cruz/ADUNIFESP; Erika Suruagy/ADUFRPE; Eliane De Souza Cruz/ADUNIFESP; Esmael Almeida Machado/ADUEMS; Eudes Baima/SINDUECE; Everaldo Andrade/ADUSP; Fabio Pessoa/SINDUNIFESSPA; Guilherme/SINDUNIFESSPA; Fábio Venturini/ADUNIFESP; Fernando Cunha/ADUFPB; Flávio Dantas/ADUFERPE; Flávio Pereira/ADUNIOESTE; Fred Costa/SINDUECE; Francine Iegeslki/ADUFF; Gilberto Brito/ADUFU; Giselle Moreira/APESJF; Hélcio Batista/ADUFERPE; Helida Cristina Cavalcante Valerio/ADUFPB; Humberto Clímaco/ADUFG; Isabelle Meunier/ADUFERPE; Joelma Albuquerque/ADUFAL; Janes Jorge/ADUNIFESP; José Tarcísio De Lima/ADUFLA; Juanito Vieira/APESJF; LENÚCIA MOURA/SINDUECE; Liliam Faria Porto Borges/ADUNIOESTE; Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares/ADUFES; Luiz Eduardo Simões/APRUMA; Luciana Campos/ADUFVJM; Luiz Carvalho/ADUFG (ADCAC); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos/ADUFU; Luiz Rojo/ADUFF; Marcelo Martins Barreira/ADUFES; Márcia Morschbacher/SEDUFMS; Márcia Félix/ADUFERPE; Marco Aurélio Gomes de Oliveira/SESDFUT; Mari Inez Tavares/ADUFES; Maria Onete Lopes

Ferreira/ADUFF; Marize Souza Carvalho/APUB; Marlene de Fátima Cararo/ADUFES; Melina Silva Alves/ADUFPB; Odilea Dessaune de Almeida/ADUFES; Paulo Riela/ADUFS-BA; Pedro Silva/SINDUECE; Rita de Cassia Cavalcanti Porto/ADUFPB; Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB; Silvina Carrizo/APESJF; Tarcísio Augusto Silva/ADUFERPE; Tatiana Berringer/ADUFABC.

PELO DIREITO DE APRENDER E ENSINAR

TEXTO DE APOIO

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, proposta pelo governo golpista Temer, estabeleceu arbitrariamente a “Reforma do Ensino Médio”. A proposta atingirá níveis preocupantes e impactantes para a juventude e classe trabalhadora visto que traz uma concepção limitada e rasa de ensino ao impor a dissociação da formação humana, propedêutica e crítica da formação profissional. De fato, a contrarreforma desvaloriza a importância de áreas essenciais na formação integral do sujeito ao negar o direito à formação comum e ao desenvolvimento pleno do indivíduo – apregoados nos artigos 22 da LDB e 205 da Constituição Brasileira. A Reforma ficou a depender da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e já se avistava o enxugamento da estrutura curricular, ao manter a obrigatoriedade apenas das disciplinas de português, matemática e inglês num primeiro momento, e condicionar a permanência das demais à sua inclusão na Base. Ademais, a proposta insere os Itinerários formativos que reforça uma divisão do conhecimento e a aniquilação de uma concepção crítica, cidadã e de qualidade socialmente referenciada de escola, além de coadunar com Projetos como o Escola sem Partido com claros ataques à autonomia das instituições de Ensino e ao direito de Cátedra, também garantidos constitucionalmente

Nesse contexto, merece preocupação também o contingenciamento dos recursos públicos federais, em virtude do estabelecimento do teto para os investimentos por vinte anos que comprometerá o aumento da carga horária proposta pela Reforma do Ensino Médio, e incidirá no reforço das desigualdades de oportunidades educacionais, já que impõem que as redes de ensino deverão decidir quais itinerários, (divisões das áreas de conhecimento por grupos de interesse dos alunos, previstos na Contrarreforma) poderão ser oferecidos. O teto também limitará a criação e reposição de vagas de concurso de professores e técnico-administrativos, bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a garantia do cumprimento dos planos de carreira de docentes e técnico-administrativos, além da assistência estudantil.

Com a proximidade do fim do Governo Temer, a BNCC do Ensino Médio, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 04 dezembro de 2018, e entrará em vigor após aprovação do MEC, prevê apenas as disciplinas português e matemática como disciplinas obrigatórias nos 3 anos do Ensino Médio, referendando os problemas e riscos anunciados com a Contrarreforma do Ensino Médio. De fato, essa perspectiva para a educação fere direitos básicos de acesso ao conhecimento, ao patrimônio científico, cultural, histórico, artístico, estético, ético, ao esporte etc. Fere, inclusive, direitos garantidos constitucionalmente ao limitar e/ou impedir esse acesso.

O direito à educação é um direito humano, previsto desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando da sua adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), na qual o Brasil é signatário. São também direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro como essenciais à existência da condição humana.

O art. 206 da Constituição Brasileira (art. 206, CF/88) estabelece os princípios através dos quais o direito à educação deverá ser pautado e, conseqüentemente, o ensino deverá ser ministrado. São eles:

a. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

b. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

c. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

d. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

e. valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira.

No art. 205 estão também previstos os objetivos da educação. São eles: a) pleno desenvolvimento da pessoa; b) preparo da pessoa para o exercício da cidadania; c) qualificação da pessoa para o trabalho. Segundo Silva (2008, p. 312) “integram-se, nestes objetivos, valores antropológico-culturais, políticos e profissionais”⁷.

A Constituição Brasileira, portanto, prevê a garantia a educação e assim o faz de forma implícita como inseridos no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e ainda com seus objetivos principais, quais sejam: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalidade, redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem comum. Entende-se que o direito à educação plena constitui-se em direito fundamental e elemento indispensável ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e à concreção da cidadania individual. Os direitos sociais são "*cláusulas pétreas*" e, portanto, dotados de “proteção”.

Isso posto, entende-se que tanto a contrarreforma do Ensino Médio, como a proposta da BNCC infringem princípios constitucionais, ao reduzir, limitar e atacar o direito à formação plena dos indivíduos, bem como a autonomia das instituições de ensino e o direito de cátedra. É, portanto, imperativo barrar esses ataques à educação, aos direitos, à Constituição, a uma concepção de educação plena, crítica, pública, laica, socialmente referenciada e que proporcione o acesso à juventude ao patrimônio científico, cultural, artístico e assegure acesso ao mundo do trabalho. Em associação, que assegure a autonomia das Instituições de ensino e a liberdade de cátedra de professores, particularmente os que ministram aulas em Colégios de Aplicação, Institutos Federais e congêneres, da carreira EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) que hoje se encontram mais ameaçados em suas carreiras e liberdade de ensinar.

⁷SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 31. Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

TR – 69

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 Que o Andes-SN intensifique a luta para se revogar a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) da educação infantil e ensino fundamental e a Reforma do Ensino Médio, bem como barrar e evitar a homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC do ensino médio) bem como a Reforma do Ensino Médio, com base no que determina a Constituição Brasileira, utilizando de todos os meios jurídicos possíveis, inclusive com ação direta de Inconstitucionalidade.

2 Criação, no âmbito do Andes-SN, de Grupo de Trabalho de professores EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), que permita a discussão e atenção às questões específicas e contrarreformas que atingem mais diretamente a categoria.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 70

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Airton Paula Souza (ADUFS), Alair Silveira (ADUFMAT), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU), Antônio José Mayhe Nunes (ADUR-RJ), Antonio Luiz de Andrade (ADUNESP), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ), Denise Monte Brás (ADUR-RJ), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL), Janete Luzia Leite (ADUFRJ), Leandro Tomáz de Araújo (ADUR-RJ), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ), Marília Leite Washington (ADUFSCAR), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP), Olinto Silveira (ADUFS), Vera Lucia Jacob (ADUFPA).

TEXTOS DE CONJUNTURA (TEMA 1) PARA O ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

TEXTO DE APOIO

O 62º CONAD aprovou resolução que estabelece que a apresentação de textos de conjuntura para o Anexo ao Caderno de Textos nos Congressos e CONAD seria aceita, desde que estes textos fossem oriundos e aprovados em assembleia de base.

É fundamental que todas as contribuições políticas do conjunto do Sindicato possam se expressar nos espaços de discussão sobre a conjuntura e plano de lutas do ANDES-SN. Principalmente numa conjuntura como a atual, devemos facilitar o debate e a riqueza de contribuições possíveis, evitando criar barreiras e restrições à chegada destas à base docente e posteriormente às instâncias deliberativas.

TR - 70

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A partir do próximo CONAD do Andes - SN, também será possível a apresentação dos textos de conjuntura (Tema 1) para o Anexo ao Caderno de Textos, mesmo que oriundos de Diretorias, assembleias de base, Conselhos de Representantes e/ou Sindicalizado(a). Esta resolução passa a valer para envio de textos para o Congresso e para o CONAD.

TEXTO 71

Contribuição da diretoria da Adunifesp Seção Sindical

PELA REESTRUTURAÇÃO DOS EVENTOS ORGANIZATIVOS DA CATEGORIA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

A cada ano, o Andes-SN realiza dois eventos de abrangência nacional: o Congresso e o Conad, sendo este dedicado à atualização do Plano de Lutas e atuando como Conselho Fiscal do Sindicato Nacional. Entre cada um deles, há encontros de grupos de trabalho, bem como dos setores das Federais e Estaduais/Municipais.

Tal formato foi adotado para que a administração se desse de forma compartilhada. Na prática, esta dinâmica penaliza financeiramente a maioria das seções sindicais, com as inúmeras e custosas viagens, impondo gastos com hospedagens e eventuais diárias. Ademais, o trabalho de base local, a partir das regionais, também é comprometido pelo preenchimento de agenda com as demandas dos eventos de cunho nacional.

Nesse sentido, buscando facilitar a participação de todas as ADs, especialmente daquelas em maior dificuldade financeira, bem como fomentar a organização da base para o topo, propomos a reestruturação dos eventos organizativos do Andes-SN.

TR - 71

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 – Transformação dos congressos do Andes em bianuais, precedidos de uma etapa preparatória, também de caráter bianual, promovida no âmbito das regionais, com o mesmo formato do Congresso Nacional do Andes-SN e duração reduzida para três dias.

2 - Adotar para os eventos o seguinte protocolo:

A – Plenárias Iniciais

Plenária de Abertura – conjuntura geral: debate aberto, sem deliberações.

Plenária de Instalação: debate e aprovação do regimento do congresso

B – Trabalhos temáticos: manter-se-ão os quatro temas do formato atual, a saber:

- Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.
- Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.
- Tema III – Plano de lutas dos setores.
- Tema IV – Questões organizativas e financeiras

A partir desses eixos, cada tema será debatido da seguinte forma:

I – Plenária Temática de Abertura, com mesa e debates, oferecendo subsídios para todos os delegados participarem da análise das teses.

II – Grupos Temáticos: aos quais os delegados e observadores se dirigem para os GTs por eles próprios escolhidos, condicionados a critérios estabelecidos pela coordenação do Congresso (tamanhos das salas e razão delegados/número de GTs) de modo que cada Seção Sindical tenha pelo menos um delegado ou observador em cada foro de debate e não restem grupos esvaziados. Nesses grupos temáticos se apresentarão e se debaterão as teses enviadas por seções sindicais ou sindicalizados. Ao final, a coordenação do GT deverá construir uma tese de consenso. Não havendo tal possibilidade, as teses divergentes serão remetidas à plenária.

III – Plenária Temática de Encerramento: onde serão apresentadas as teses consensuais, bem como se realizará o debate e a votação das teses divergentes.

IV – Os trabalhos do Tema III serão realizados em seções paralelas respectivas aos setores das IFES e das IMEES para que professores de um não deliberem sobre os temas do outro e vice-versa.

C – Plenária de Encerramento: as coordenações dos grupos temáticos apresentam os resultados. A plenária será complementada pela análise de moções, leitura da carta do evento, aprovação de contas e definição de local do congresso posterior.

3 – Os CONADs serão realizados em caráter anual e ordinários na sede em Brasília, com um delegado por Seção Sindical, tendo como única finalidade atuar como Conselho Fiscal do Andes-SN.

TEXTO 72

Contribuição da Assembleia Geral da APROFURG Seção Sindical.

REFORMULAÇÃO DOS EVENTOS NACIONAIS DELIBERATIVOS (CONGRESSO E CONAD) DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN têm grande importância no contexto organizacional e político do nosso sindicato. Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN são instâncias que contribuem de maneira significativa para a manutenção e o avanço da democracia interna no sindicato, assim como funcionam como importantes espaços-tempo de formação e articulação dos sindicalizados. Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN têm cumprido papel fundamental na organização das lutas do setor da educação no país e contribuído relevantemente com os avanços da classe trabalhadora de maneira geral. Entretanto, é nossa avaliação que os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN mais contemporaneamente começaram a apresentar questões que podem ser mitigadas para que seu funcionamento seja aperfeiçoado.

Apresentaremos três áreas que em nossa avaliação podem ser atacadas para que entendamos os problemas que identificamos no funcionamento dos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN: a questão do custo, a questão da utilização do tempo e a questão da qualidade dos debates.

Os custos do Congresso do ANDES-SN e do CONAD vem crescendo, de acordo com o crescimento do sindicato e do número de associados. O Congresso de 2018, por exemplo, teve um total de despesas realizadas de R\$ 429.441,80. O 63 CONAD teve despesas previstas na ordem de R\$ 313.118,57. Tais valores são consideráveis e tem

impacto tanto no tesouro do sindicato nacional quanto nos cofres das seções sindicais. Procurar formas de diminuir os custos dos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN pode contribuir para que as lutas que se farão mais do que necessárias no período próximo futuro sejam melhor financiadas.

Os eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN tem ganho importância, como dito acima, organizacional e política no contexto do sindicato. Um elemento que corrobora é o fato de que as pautas e os debates têm se feito cada vez mais complexos e extensos. Isso não pode ser considerado ruim. Entretanto, a preparação de tais eventos e sua realização tem sido consideradas crescentemente difíceis por muitos. Adicionalmente, é preciso frisar que os eventos tomam vários dias e quase todos os turnos desses dias, se tornam cansativos e algumas pessoas diriam que inclusive contra produtivos.

Por fim, a qualidade dos debates parece ter caído, em função do formato atualmente utilizado. Plenárias que duram 6, 8, 12 horas, grupos de discussão que atropelam debates, falta de tempo para refletir e deliberar sobre assuntos relevantes têm sido lugar comum em nossos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD). Isto pode mesmo estar minando, por exemplo, o processo riquíssimo de democracia interna que o sindicato construiu ao longo de sua história. Um exemplo recente foi a organização dos grupos mistos do CONAD 2018. A diretoria, sentindo com antecedência que a agenda de tais grupos era demasiadamente extensa, organizou os trabalhos de forma que cada grupo focasse mais especificamente em determinados temas. Isso pode ter impedido que delegados e observadores pudessem incidir sobre assuntos de temas que não aqueles designados a seus grupos. Assim, propostas que estes pudessem fazer aos TRs dos temas que tais delegados e observadores não puderam debater em seus grupos talvez tenham sido impedidas de ser discutidas, logo que estas podem também não ter tido espaço nas plenárias.

Uma parte das causas dos problemas apresentados é insolúvel, isto está claro. Algumas discussões durarão muito tempo, certos temas serão debatidos ao extremo, financiar uma estrutura gigantesca como a do nosso sindicato custará caro. Entretanto, nos parece que chegamos a um determinado ponto onde todas essas questões estão contribuindo ao mesmo tempo para que nossos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) decaiam em qualidade interna e, talvez, enquanto instrumento da classe. Assim, apresentamos a TR abaixo, como forma de tentar organizar coletivamente, no coração do sindicato, formas de mitigar as questões apresentadas e outras que possivelmente surjam no decorrer do processo.

TR - 72

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 - Que o ANDES-SN crie uma comissão especial para apresentar proposta de reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN;

2 - Que a Comissão para a reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN seja composta por 3 diretores nacionais do ANDES-SN e 3 sindicalizados escolhidos em plenária no 38 Congresso do ANDES-SN;

3 - Que a Comissão para a reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN apresente arrazoado com suas reflexões iniciais, com base em consultas à base do ANDES-SN, no CONAD 2019;

4 - Que a Comissão para a reformulação do Congresso e do Conselho das Associações Docentes (Conad) do ANDES-SN apresente no 39 Congresso do ANDES-SN (2020) uma minuta/relatório com linhas gerais e ações específicas com vistas a reformular eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN.

TEXTO 73

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Carolina Ferreira Souza (AdCAJ); André Felipe Soares de Arruda (AdCAJ); Deborah Fontenelle (Asduerj).

SEGURANÇA DIGITAL E MOVIMENTO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A rede mundial de computadores (*internet*) foi desenvolvida a partir de princípios democráticos e colaborativos, conforme Castells¹, no entanto, tem sido cada vez mais dominada pelo capital, especialmente na última década, apesar de continuar sendo um território em disputa². A captação ilícita de nossos dados pessoais enquanto navegamos na internet torna-se um mercado cada vez mais lucrativo e está concentrada, basicamente, nas mãos de cinco grandes corporações do meio ambiente digital: *Amazon, Apple, Facebook* (que é proprietária do *Whatsapp, Instagram e Twitter*, entre outras), *Google* (proprietária do *Gmail, Google Drive, YouTube, Android*, entre outras) e *Microsoft* (proprietária do *Windows, Hotmail, Outlook, Skype*, entre outras).

A organização da classe trabalhadora no próximo período enfrentará inúmeros desafios. As eleições estadunidenses e as brasileiras escancaram as inúmeras formas de manipulações de dados digitais para fins espúrios. Um elemento imprescindível nesse momento, portanto, é a necessidade aprofundar os conhecimentos em segurança digital. Para isso é essencial se apropriar das tecnologias digitais que se desvinculem dessa lógica de negócio e sejam baseadas em outras premissas colaborativas, utilizando-se de programas gratuitos e com código aberto (*open source*) que são transparentes e democráticos.

O Andes-SN ciente de seu papel fundamental nesse momento, organizou no último Seminário para Reorganização da Classe Trabalhadora, que ocorreu nos dias 30/11 e 01/12 em Brasília uma mesa para discutir alguns cuidados com segurança digital. Tal mesa foi indispensável para demonstrar para a classe a necessidade ampliar os conhecimentos em cibersegurança. Todavia também evidenciou como esse espaço, diante da demanda e da atual conjuntura, foi insuficiente, sendo necessário ainda

aprofundarmos o debate acerca da segurança digital, especificamente no que tange ao movimento sindical.

¹ CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 13-15.

² CASTELLS, Manuel. *Networks of outrage*. Londres: Polity, 2012.

TR - 73

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Que o Andes-SN realize um Seminário em Segurança Digital no primeiro semestre de 2019, que aborde: 1) Questões estruturais referentes à Sociedade da Informação e ao funcionamento do Meio Ambiente Digital; 2) Outras abordagens que esclareçam mais especificamente como as grandes corporações detêm nossos dados e informações (Megadados ou Big Data); 3) E, oficinas práticas para diferentes níveis de conhecimento.

TEXTO 74

Contribuição da Diretoria da APROFURG

TEXTO DE APOIO

As Universidades, em sua grande maioria, contam com uma estrutura de multicampia, a qual teve um crescimento com a expansão das universidades federais, em especial a partir de 2007, o que gerou a criação de centenas de novos *campi* em um processo de interiorização da Universidade. A relevância da inserção da Universidade em cidades do interior é muito grande, permitindo o acesso de milhares de estudantes, bem como contribuindo com o desenvolvimento regional dessas localidades. Outro fator importante, é atuação de alguns docentes junto aos movimentos sociais e ações solidárias, respondendo às demandas regionais específicas das populações mais vulneráveis, como economia solidária, agroecologia, extensão rural e direito dos animais, por exemplo, além de servir de espaço para a construção de pensamento crítico e de articulação com sindicatos e movimentos sociais, representando uma nova dinâmica nas regiões em que os campi se instalam.

Esse processo veio muitas vezes acompanhado de uma estrutura provisória e precária, acarretando grandes dificuldades ao trabalho docente, inclusive com alto índice de adoecimento de professores e professoras. Por outro lado, os ataques às Universidades são ainda mais intensos nos campi fora da sede e, portanto, torna-se muito importante que haja um maior fortalecimento das seções sindicais na estrutura multicampia, buscando também uma maior divulgação das atividades exercidas.

De acordo com Lauxen, Universidade Multicampi pode ser compreendida como:

“o termo remete a uma concepção de universidade com uma estrutura organizacional distribuída em vários espaços geográficos, sem estabelecimento de ordem de importância para qualquer um deles. Isso quer dizer que ela forma unidades com pólos de ação situados em contextos físico-territoriais diferentes e procura atender aos interesses das regiões em que atua. Tem o propósito de alavancar o desenvolvimento a partir de discussões sobre a natureza e especificidade de cada região de modo a aproveitar o potencial e gerar oportunidades aos que vão estudar. É uma proposta que favorece a interiorização da Educação Superior, onde cada campi é sede da universidade e pólo importante na formação do conhecimento. Possui administração própria e autonomia para gerir seus recursos, regular suas especificidades acadêmico-científicas tendo sempre presente a integração entre as unidades, comportando, dessa forma, uma profunda relação com o contexto urbano e regional de cada comunidade em que está inserida de modo a buscar seu desenvolvimento social, econômico, cultural. (LAUXEN, S. L. Universidade multicampi. In MOROSINI, M. Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário. V. 2. INEP/MEC: 2006.)

As seções sindicais, aos poucos, vão se apropriando dessa estrutura, buscando formas de alcançar a categoria em todos os *campi*, com avanços na comunicação, mobilização, ações e assembléias. Ainda assim persiste uma dificuldade de atuação por parte de muitas seções sindicais, sendo assim também muito importante que o ANDES-SN e as seções sindicais tenham um grupo de trabalho que trate especificamente do tema da multicampia, que discutiria assim tanto a multicampia e as IES, como a própria estrutura multicampia das seções sindicais. As poucas atividades que já trataram desse tema são insuficientes e demonstram que o tema da multicampia ainda é pouco discutido no ANDES-SN. Dessa forma acreditamos que a criação de um GT que trate dessa temática no ANDES-SN acrescentaria uma discussão que diz respeito diretamente da vida de milhares de docentes que atuam nesses campi.

TR - 74

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN crie o GT Multicampia, um grupo de trabalho para tratar questões relacionadas à estrutura de multicampia das IES, tanto no que diz respeito à estrutura dos *campi* a precariedade das condições de trabalho, bem como à estrutura multicampia e sua continuidade como política pública que atende uma parte significativa de estudantes e suas comunidades com ensino, pesquisa e extensão.

Bem como à estrutura multicampia das seções sindicais do ANDES-SN.

TEXTO 75

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alessandra Carrijo/ADUNIOESTE; Ana Carolina Galvão Marsiglia/ADUFES, Celi Taffarel/APUB; Edna Castro Oliveira/ADUFES; Eduardo Jorge Souza/ADUFERPE; Eliane de Souza Cruz/ADUNIFESP; Erika Suruagy/ADUFERPE; Eudes Baima/SINDUECE; Flávio Dantas/ADUFERPE; Flávio Pereira/ADUNIOESTE; Giselle Moreira/APESJF; Janes Jorge/ADUNIFESP; José Tarcísio de Lima/ADUFLA; Lisleandra Machado/APESJF; Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares/ADUFES; Luiz Rojo /ADUFF; Lurdes Sarmiento/ADUEPB; Marcelo Martins Barreira/ADUFES; Mari Inez Tavares/ADUFES; Marlene de Fátima Cararo/ADUFES; Odilea Dessaune de Almeida/ADUFES; Pedro Claesen Dutra Silva/ SINDUECE; Sérgio Murilo Ribeiro Chaves/ADUFPB.

ALTERAÇÕES NO REGIMENTO DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Os Grupos mistos, que antecedem as plenárias de discussão e deliberação dos Textos de Resolução, oportunizam aos participantes do Congresso, uma discussão qualificada das temáticas e, deve, portanto, ser um espaço democrático e de livre escolha dos mesmos. Entende-se que a formação dos Grupos Mistos deve respeitar o interesse das/dos delegadas/delegados e observadoras/observadores pelos assuntos abordados nos Textos de Resolução, situação hoje impedida devido à formação dos grupos ser definida pela Diretoria do Andes-SN. Ademais, o critério de formação dos grupos por indicação pela Diretoria do Andes-SN impede, inclusive, que docentes discutam e defendam TRs que eles mesmos tenham escrito e/ou assinado.

TR - 75

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Supressão do item: VI do Art. 11 – Seção 3 Da Comissão Diretora:

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 38º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Inclusão na Seção 4 dos Grupos Mistos:

Artigo 12, incluir o Item V:

V - Os Grupos Mistos nos Congressos do Andes-SN devem ser formados por delegados e observadores de acordo com a escolha dos mesmos, inscritos através de listagem com as TRs divididas por Grupos. Essa listagem com as TRs devem ser criadas segundo critérios definidos pela Comissão Diretora e fornecidas no momento de assinatura no Caderno de Presença da Plenária de Tema 1. Os dispositivos dos Artigos 13 e 14 devem ser respeitados e conferidos pela Comissão Diretora, a qual cabe fazer os ajustes necessários, respeitada a ordem de inscrição dos participantes.

Obs: Nos demais Congressos, a Redação para esse item deve ser:

V - Os Grupos Mistos nos Congressos do Andes-SN devem ser formados por delegados e observadores de acordo com a escolha dos mesmos, inscritos através de listagem com as TRs divididas por Grupos. Essa listagem com as TRs devem ser criadas segundo critérios definidos pela Comissão Diretora e fornecidas no momento de Credenciamento no Congresso. Os dispositivos dos Artigos 13 e 14 devem ser respeitados e conferidos pela Comissão Diretora, a qual cabe fazer os ajustes necessários, respeitada a ordem de inscrição dos participantes.